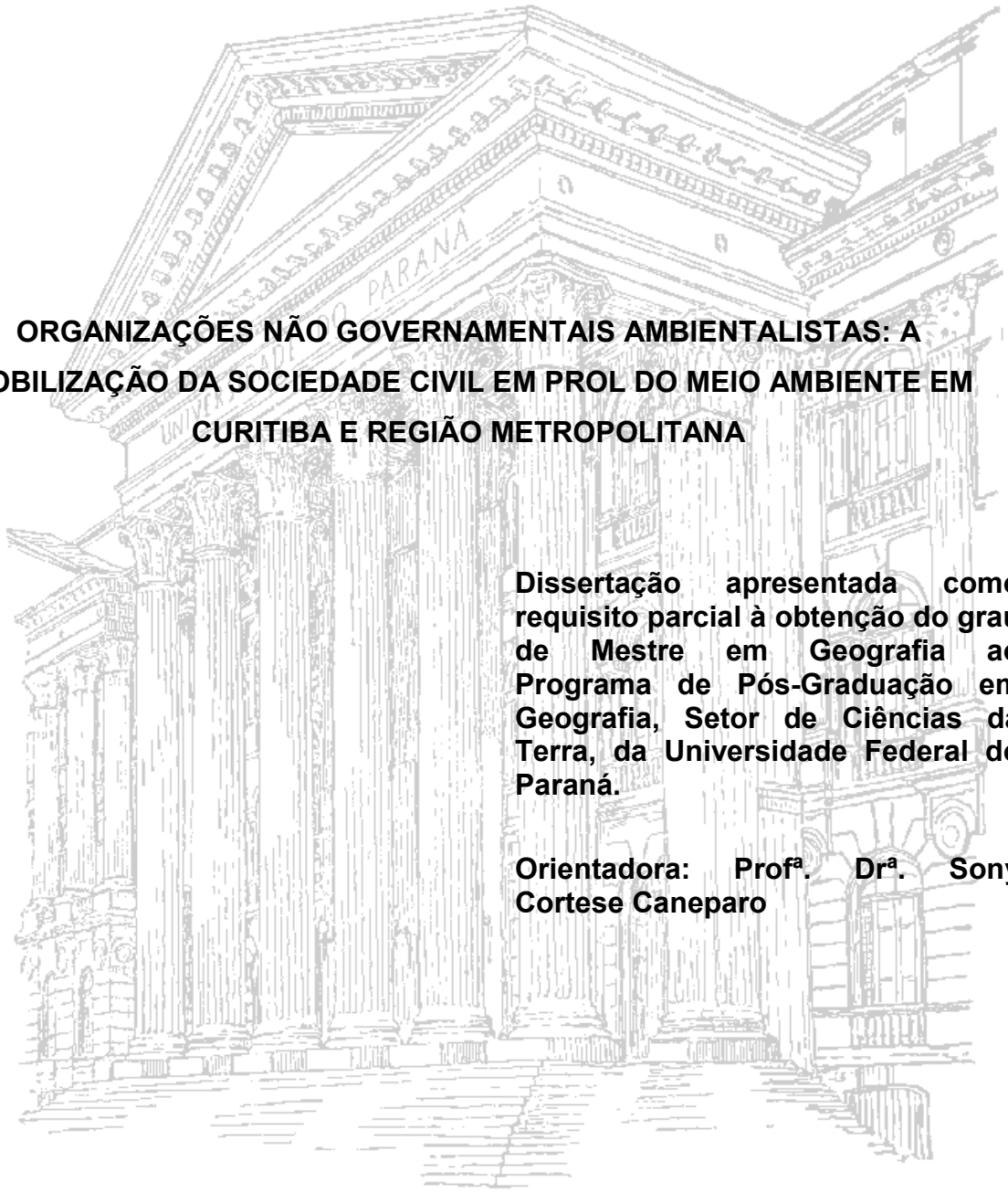
CLEUSA MARA WOLSKY CARNEIRO



ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS AMBIENTALISTAS: A MOBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL EM PROL DO MEIO AMBIENTE EM CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Geografia ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profª. Drª. Sony Cortese Caneparo

CURITIBA

2009

DEDICATÓRIA

Primeiramente a Deus, pelo dom da vida por permitir a realização deste trabalho.
Ao meu marido, companheiro e amigo Douglas que, além demonstrar sempre muita dedicação, incentivo e amor, é a quem devo todo o equilíbrio para finalizar este trabalho.
Aos meus filhos Déborah e Johan Victor por me permitirem vivenciar o mais belo e profundo amor.
Aos meus pais que estiveram sempre ao meu lado nas importantes decisões que tomei.

AGRADECIMENTOS

A todos os que direta e indiretamente contribuíram para a realização desta pesquisa.

Agradeço de modo especial minha orientadora Profª. Drª. Sony Cortese Caneparo pela compreensão, incentivo, orientação e amizade, além da confiança em mim depositada.

Ao Curso de Pós-Graduação em Geografia, do Setor de Ciências da Terra, da Universidade Federal do Paraná pelo apoio recebido.

À professora Ana Lúcia Jansen de Mello de Santana pelas contribuições nas idéias da pesquisa, em sua fase de nascimento.

Aos entrevistados das organizações não governamentais que gentilmente me receberam, pois esta seriedade e este compromisso com a pesquisa é que transformam o país.

Ao secretario do curso de mestrado, Luis Carlos Zem, ou simplesmente “Zem”, pelo apoio e pela grande pessoa que é.

A Lázaro Filipe Souza pela prontidão e boa vontade na confecção dos mapas e cartograma.

"O futuro das organizações - e nações - dependerá cada vez mais de sua capacidade de aprender coletivamente. "

Peter Senge

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS..... viii
LISTA DE GRÁFICOS..... ix
LISTA DE QUADROS..... x
LISTA DE IMAGENS..... xi
RESUMO..... xii
ABSTRACT..... xiii
1 INTRODUÇÃO 01
1.1 OBJETIVOS E HIPÓTESE DA PESQUISA 05
1.1.1Objetivo Geral 05
1.1.2 Objetivos Específicos..... 05
1.2 HIPÓTESE 06
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 07
2.1 CONCEITOS DE ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS 07
2.2 UM BREVE HISTÓRICO DO SURGIMENTO DAS ONGS 11
2.2.1 No Mundo..... 11
2.2.2 No Brasil..... 13
2.3 O PAPEL DAS ONGS..... 16
2.4 PODER, REDES E NOVAS TERRITORIALIDADES..... 21
2.4.1 A Questão do Poder..... 21
2.4.2 A Dinâmica das Redes..... 25
2.4.3 Binômio Território – Rede..... 29
2.5 A ARTICULAÇÃO ENTRE ONGS E ESTADO..... 35
2.6 ONGS E OS DISPOSITIVOS LEGAIS NO BRASIL..... 36
2.7 A FORMAÇÃO E A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO AMBIENTALISTA 38
2.8 SUA GÊNESE MUNDIAL 39
2.9 O CONTEXTO BRASILEIRO 42
2.10 AMBIENTALISMO E MOVIMENTOS SOCIAIS 46
2.11 AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS AMBIENTALISTAS 49
2.12 A QUESTÃO AMBIENTAL EM CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA. 52
2.12.1 A Cidade de Curitiba..... 52

2.12.2 A Região Metropolitana de Curitiba..... 59
3 MATERIAL E MÉTODOS..... 63
3.1 ASPECTOS GERAIS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA..... 63
3.1.1 A Região Metropolitana de Curitiba..... 63
3.1.2 Aspectos Físicos 66
3.1.3 Aspectos Populacionais..... 67
3.1.4 Aspetos Socioeconômicos..... 69
3.2 METODOLOGIA..... 71
3.2.1 O Tipo de Pesquisa..... 71
3.2.2 A Escolha das Organizações de Estudo..... 73
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES 79
4.1 ANO DE INSTITUIÇÃO FORMAL DAS ENTIDADES 79
4.2 RELAÇÃO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DAS INSTITUIÇÕES..... 80
4.3 RELAÇÃO DO PÚBLICO ALVO DAS INSTITUIÇÕES..... 81
4.4 PERFIL DAS INSTITUIÇÕES 82
4.5 PARTICIPAÇÃO EM CONSELHOS E COMITÊS AMBIENTALISTAS 84
4.6 ESCALA DE ABRANGÊNCIA DAS AÇÕES 86
4.7 INFRA-ESTRUTURA DAS ORGANIZAÇÕES ENTREVISTADAS..... 87
4.8 AÇÕES E PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS ONGS APÓS 1992 (FORA DA REGIÃO DE ANÁLISE)..... 89
4.9 COMO SÃO VERIFICADAS AS NECESSIDADES LOCAIS QUE JUSTIFIQUEM A IMPLANTAÇÃO DOS PROJETOS..... 95
4.10 AÇÕES E PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS ONGS APÓS 1992 NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA..... 97
4.11 PROCESSO PARTICIPATIVO DA COMUNIDADE 112
4.12 PERCEPÇÃO DA ACEITAÇÃO DA COMUNIDADE LOCAL COM RELAÇÃO ÀS AÇÕES DESENVOLVIDAS 114
4.13 DIFICULDADES ENCONTRADAS NA RELAÇÃO ESTABELECIDA ENTRE A ORGANIZAÇÃO E O GOVERNO, EMPRESAS E A COMUNIDADE 116
4.13.1 Governo 116
4.13.2 Empresas..... 117
4.13.3 Comunidade..... 119

4.14 PREOCUPAÇÃO COM OS RESULTADOS E A EFICIÊNCIA DAS AÇÕES 120
4.15 OBSERVAÇÕES E COMENTÁRIOS 121
CONCLUSÃO..... 124
REFERÊNCIAS 131
ANEXO – QUESTIONÁRIO APLICADO NAS ENTREVISTAS 137

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APA – Área de Proteção Ambiental
AGAPAN - Associação Gaúcha de Proteção Ambiente Natural
BIRD – Banco Internacional para reconstrução e Desenvolvimento
CEENG - Cadastro Estadual de Entidades Não-Governamentais (do Paraná)
CEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente (do Paraná)
CIC – Cidade Industrial de Curitiba
CNEA - Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas
COMEC – Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
ECOLISTA - Cadastro Nacional de Instituições Ambientalistas
FBCN - Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
MMA – Ministério do Meio Ambiente
ONG – Organização Não-Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
OSCIP - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PDI – Plano de Desenvolvimento Integrado
PMC – Prefeitura Municipal de Curitiba
PROSAM - Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba
RMC – Região Metropolitana de Curitiba
SEDU – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano (do Paraná)
SMMA – Secretaria Municipal do Meio Ambiente (de Curitiba)
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNILIVRE – Universidade Livre do Meio Ambiente
WWF – Fundo Mundial para a Natureza

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – RELAÇÃO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DAS INSTITUIÇÕES..... 80
GRÁFICO 2 – RELAÇÃO DO PÚBLICO ALVO DAS INSTITUIÇÕES..... 82
GRÁFICO 3 – PERFIL DAS INSTITUIÇÕES..... 83
GRÁFICO 4 – ESCALA DE ABRANGÊNCIA DAS AÇÕES..... 86
GRÁFICO 5 - PROCESSO PARTICIPATIVO DA COMUNIDADE..... 113
GRÁFICO 6 - PERCEPÇÃO DA ACEITAÇÃO DA COMUNIDADE LOCAL COM RELAÇÃO ÀS AÇÕES DESENVOLVIDAS..... 115

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – RELAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES QUE SE ENQUADRAVAM NA PESQUISA..... 74
QUADRO 2 – RELAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES PARTICIPANTES DA PESQUISA..... 76
QUADRO 3 – ANO DE INSTITUIÇÃO FORMAL DAS ENTIDADES..... 79
QUADRO 4 – PARTICIPAÇÃO EM CONSELHOS E COMITÊS AMBIENTALISTAS 84
QUADRO 5 – INFRA-ESTRUTURA DAS ORGANIZAÇÕES ENTREVISTADAS 87
QUADRO 6 – AÇÕES E PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS ONGS APÓS 1992 (FORA DA REGIÃO DE ANÁLISE)..... 89
QUADRO 7 – COMO SÃO VERIFICADAS AS NECESSIDADES LOCAIS QUE JUSTIFIQUEM A IMPLANTAÇÃO DOS PROJETOS 95
QUADRO 8 – AÇÕES E PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS ONGS APÓS 1992 NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA..... 98
QUADRO 9 - PERCEPÇÕES ENCONTRADAS COM RELAÇÃO AO GOVERNO 116
QUADRO 10 - PERCEPÇÕES ENCONTRADAS COM RELAÇÃO ÀS EMPRESAS 118
QUADRO 11 - PERCEPÇÕES ENCONTRADAS COM RELAÇÃO À COMUNIDADE 119
QUADRO 12 - PREOCUPAÇÃO COM OS RESULTADOS E A EFICIÊNCIA DAS AÇÕES 120
QUADRO 13 - OBSERVAÇÕES E COMENTÁRIOS REALIZADOS PELOS ENTREVISTADOS 121

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 – CARTOGRAMA DE LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO – REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA..... 65
IMAGEM 2 – MAPA 1 LOCALIZAÇÃO DASA SEDES DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS..... 77
IMAGEM 3 – MAPA 2 ÁREA DE ATUAÇÕES DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS..... 108
IMAGEM 4 – MAPA 3 REDES FORMADAS PELOS LOCAIS DE ATUAÇÕES DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS..... 110

RESUMO

Este trabalho realiza um diagnóstico das principais ações das organizações não-governamentais (ONGs) ambientalistas que atuam em Curitiba e Região Metropolitana, bem como compreender as relações estabelecidas por estas organizações na mobilização da sociedade para a construção de um meio socialmente justo e ambientalmente sustentável. Para tanto foram levantadas, as principais atividades realizadas por estas organizações nas últimas décadas através de entrevistas com seus representantes, visitas às sedes e levantamento de documentos institucionais disponibilizados. O estudo revela que as ONGs, ao entenderem que houve uma redução da participação do Estado neste setor e utilizando-se do poder a elas instituído pela população, procuram realizar ações que promovam um modelo sustentável de desenvolvimento. Para tanto, necessitam criar uma rede de relacionamentos que envolva comunidade, agentes privados e públicos e ONGs, com o objetivo de conhecer os problemas, apontar soluções e elaborar modelos de intervenções ambientais, legitimando, assim, suas ações. Sendo assim, a territorialidade que estas organizações procuram criar, dependem de decisões integradas e de uma busca contínua por pessoas, informações e mobilizações, configurando novos atores sociais e assegurando as atividades e o desenvolvimento destas organizações.

Palavras-chave: Organizações Não-Governamentais (ONGs) – Ambientalismo – Redes Sociais

ABSTRACT

This production makes a diagnosis of major actions of environmental non-governmental organizations (NGOs) that actuate in Curitiba and Metropolitan Area and comprehend the report established for these organizations in the society mobilize for the construction with a socially place fair and environmental sustainable. For both, were raised the main activities undertaken by these organizations in recent decades through interviews with yours representatives, visitations to headquarters and verification of institutional documents available. The study expose that the NGOs understanding which had a reduction of State participation in this sector and making useful of hers power founded for the people, searching to realize actions that raised a sustainable model of development. Add than, needed to create a net of relationships which included community, private and public agents and NGOs, with the objective of known problems, point solutions and to develop environmental interventions models, legitimizing, thus, their actions. Thus, the territoriality that these organizations seek create, depend of integrated decisions and a continuous search of people, information and mobilization setting up news socials actors and ensuring the development and activities of these organizations.

Key-Words: Non-Governmental Organizations – Environmentalism – Social Networks

1 INTRODUÇÃO

Na última década observa-se uma crescente participação da sociedade civil organizada nas discussões, elaborações e execuções de políticas públicas. Estas instituições desenvolvem um trabalho multifacetado, atuando em programas que buscam a redução das desigualdades sociais, melhoria na qualidade de vida e ambiental dos cidadãos, preenchendo uma lacuna que, por um motivo ou outro, o Estado não pode ocupar.

Visando defender seus direitos, a sociedade civil se organiza, criando as chamadas “ONGs”, Organizações Não-Governamentais, com capacidade de gerar projetos, assumir responsabilidades, empreender iniciativas e mobilizar recursos necessários ao desenvolvimento socioambiental do país.

Segundo Campos (2008), estas organizações surgiram de um entusiasmo assistencialista, quase caritativo, constatando, desta forma, que para solucionar os problemas que afligem o mundo era necessário influenciar as decisões políticas governamentais, passando então a exercerem atividades de influência política, a funcionarem como “grupos de pressão” ante o poder público. Configurando assim, como uma característica peculiar destas organizações.

De certo modo, as ONGs são a resposta dada pela sociedade à falência de diferentes setores governamentais sem que isso signifique , no entanto, que o seu surgimento se dê em substituição ao Estado. O que se observa é o fato de que estas organizações, por apresentarem certa credibilidade e capacidade de formar redes de comunicações, podem ocupar com eficácia espaços e lacunas deixados pelo Estado. Além, é claro, “de serem usadas pelo próprio Estado, atolado em uma máquina burocrática sucateada incapaz de desempenhar as suas incumbências” (MATTOS, 2002, p. 14).

Ao longo dos anos, observa-se uma multiplicação destas organizações não governamentais e, neste mosaico de organizações, providas de uma capacidade singular de executar ações locais em diferentes setores, especial atenção será despendida ao trabalho das ONGs ambientalistas, as quais, como bem afirma Mattos (2005, p. 190), ao promoverem o trabalho voluntariado, ao despertarem o sentimento de cidadania e ao ajudarem na conscientização da população acerca da

preservação do meio ambiente, apresentam-se como um eficiente instrumento de planejamento e execução de políticas públicas na área ambiental.

A expressão Organização Não-Governamental – ONG foi criada em meados da década de 1940 para designar entidades não oficiais que recebiam ajuda financeira de órgãos públicos para executar projetos de interesse social dentro de uma linha de trabalho denominada 'desenvolvimento de comunidade' (GOHN, 1997, p. 54).

Porém, como bem explana Bayma (1995, p. 183), foi somente na década de 1980 que elas passaram a ser conhecidas como tal, ao assumirem espaços cada vez maiores dentro da sociedade, envolvendo-se em campanhas que visavam o pleno exercício da cidadania e mudanças nas políticas públicas relacionadas à exploração do meio ambiente, a produção de energia nuclear e ao extermínio de espécies animais.

Na história recente destas organizações observa-se uma multiplicação destas entidades e uma diversificação de seus projetos, os quais incorporam aos seus 'antigos', questões como a dos moradores de ruas, negros, AIDS, dentre outras (LANDIM, 1993, p. 179).

No Brasil, o surgimento das ONGs ocorreu na década de 60, durante a vigência do regime militar, a partir de experiências adquiridas por lideranças estudantis que se encontravam exiladas no exterior (BAYMA, 1995, p. 184). Elas teriam surgido neste período porque o povo, na carência de suas entidades representativas (sindicatos, partidos políticos), buscou meios alternativos de representação.

O desenvolvimento destas organizações é observado na década de 1980, quando ocorre uma mobilização para fundar entidades de assessoramento à sociedade civil na luta pela redemocratização do Brasil. Na década de 1990 estas entidades tornam-se presentes e, conseqüentemente, polêmicas, principalmente em virtude de sua multiplicação e atuação em diversos setores da vida nacional.

Portanto, observa-se que as ONGs não são um fenômeno organizacional novo, elas acompanham o processo de desenvolvimento do sistema capitalista e a consolidação do Estado/Nação. Dotadas de objetivos diversos, mas, basicamente, com preocupações com o ser humano, estas entidades se apresentam relacionadas com as condições fundamentais para a sobrevivência do homem no planeta Terra,

como bem explana Arantes (2000, p. 3).

Ressalta-se que autores ligados a esta área compactuam com a idéia de que nem a diplomacia mais tradicional e nem a economia global serão capazes de lidar com os desafios postos pela crise ambiental que ora se descortina. Tal situação, sem precedentes, coloca a sociedade em uma situação de propor uma nova forma de política que contenha novos dimensionamentos e diretrizes para que, harmonicamente, possa se obter um somatório de caminhos mais positivos, e menos onerosos para a resolução das questões mais dificultosas, principalmente, aquelas ligadas à ordem ambiental.

A emergência das ONGs, nesse contexto, indica uma situação de profunda transformação política que, sem dúvida, se faz necessária e, por que não, emergencial, antes que tardia. As ONGs, portanto, figuram como agentes desta transformação. O papel desempenhado pela educação se faz fundamental, mas não se apresenta como suficiente para se chegar ao denominador comum, se fazendo necessária uma ação múltipla, através da promoção de medidas, estas de ordem política, de pesquisa, de monitoramento das tendências ambientais (FURRIELA, 2002, p. 148).

Pode-se colocar que a questão ambiental constitui uma das mais importantes dimensões de atenção e de análise por parte dos vários segmentos que se fazem ligados à sociedade contemporânea. Tal colocação pode ser melhor vislumbrada através do aumento significativo, tanto na qualidade quanto na quantidade, de participações, de debates, de produções teóricas e de manifestações sociais, que abordam toda a problemática ligada às questões ambientais, desde os anos setenta.

Devido às diversas motivações, bem como às múltiplas necessidades, todo indivíduo, bem como toda a coletividade, menciona e reconhece o ambiente como ponto preponderante, marcante e essencial à vida humana e como base, como núcleo de perpetuação para toda forma de vida e, por que não dizer, para a sobrevivência da Terra (LOUREIRO, 2006 , p. 11).

Cada atuação, positiva ou negativa, reflete, e sempre refletirá, as atitudes das pessoas e seus respectivos ambientes de sobrevivência. A contaminação ambiental, a exploração desmedida dos recursos naturais - ponto inicial da problemática de manutenção e conservação dos recursos naturais, elo com as crises alimentares e energéticas -, o anseio desmedido do mercado consumista, refletem uma situação

global da questão ambiental, permanentemente ameaçada. O risco de se ter elevado o padrão econômico e não se ter condição ambiental, fator preponderante à dignidade da pessoa humana, o direito a um meio ambiente equilibradamente saudável, se faz realidade no presente.

Diante deste quadro, destaca-se o trabalho realizado pelas ONGs, mais especificamente as ambientalistas, as quais são caracterizadas por diferentes autores – Mattos (2002), Fonseca e Pinto (2002), Born (2003), Lima (2002), Furriela (2002) – como instituições que procuram contribuir para a resolução dos problemas ambientais, incluindo uma postura reflexiva no mundo e a coexistência mais harmônica entre o ser humano e a natureza.

Um ponto importante e que não pode deixar de ser lembrado é o de que as necessidades de tais entidades fazem-se mais urgentes na medida inversa em que os meios governamentais se demonstram inadequados, ineficientes, arcaicos e, infelizmente, despreparados e sem diretrizes específicas para a resolução de problemas que, por vezes, são inicialmente simples e, devido ao descaso, se transformam em grandes e verdadeiros problemas.

Diante deste cenário, estas entidades denominadas ONGs, buscam mostrar em suas estratégias de trabalho, novos modelos de desenvolvimento que conservem os recursos naturais e apresentem soluções pragmáticas para os desafios locais. Para isso, elas contam com o trabalho voluntário de técnicos de nível médio e superior, acadêmicos, professores, agentes comunitários e estudantes, atuando por meio de projetos, cooperações técnicas e convênios com outras instituições.

Esta reflexão leva à necessidade de analisar e caracterizar, mediante estudos de diversos casos, as diferentes ações que as ONGs ambientalistas desempenham nas atividades ligadas às questões socioambientais. Para tanto, foram pesquisadas algumas experiências obtidas pelas organizações não-governamentais, com sede na Região Metropolitana de Curitiba, quando atuaram em prol do meio ambiente.

Das partes constituintes deste trabalho, ressalta-se, na abertura, a introdução ao tema bem como os objetivos e a hipótese que norteia a pesquisa. No capítulo dois apresenta-se a fundamentação teórica que discute o conceito, a formação, o papel e as articulações das Organizações Não-Governamentais. Posteriormente, a discussão continua com a análise do processo de formação e atuação do movimento ambientalista e, por fim, buscou-se analisar a inter-relação das ONGs com o

movimento ambientalista, ou seja, as ONGs ambientalistas. No terceiro capítulo o trabalho apresenta a metodologia da pesquisa com explicação do material e dos procedimentos utilizados que, no quarto capítulo, são apresentados com seus resultados e discussões.

1.1 OBJETIVOS E HIPÓTESE DA PESQUISA

1.1.1 Objetivo Geral

Realizar um diagnóstico das principais ações das ONGs ambientalistas, atuantes no município de Curitiba e Região Metropolitana a fim de compreender as relações instituídas por estas organizações na mobilização da sociedade civil em prol do meio ambiente.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Verificar como as ONGs se mobilizam em torno do planejamento e da execução de projetos e ações socioambientais.
- Examinar os critérios que balizam a formulação e a implantação dos projetos.
- Identificar em que medida as comunidades são influenciadas e beneficiadas pelas ações das ONGs ambientalistas.
- Avaliar o interesse e a participação dos atores envolvidos com as atividades propostas.
- Constatar se existe uma formação de redes de atuações entre as ONGs e os demais atores da sociedade, como governo, empresas e a comunidade.
- Verificar como as ONGs manifestam a preocupação com a eficácia de seu trabalho.

1.2 HIPÓTESE

A hipótese que orienta esta pesquisa admite que a partir da compreensão das ações praticadas pelas ONGs ambientalistas pode-se chegar ao conhecimento da capacidade que estas organizações apresentam na mobilização da sociedade civil para atuar em defesa do meio ambiente.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONCEITOS DE ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

Antes de serem tiradas as conclusões necessárias para o entendimento da situação atual das ONGs no cenário brasileiro, faz-se necessária uma abordagem diversificada sobre as definições de organização não-governamental, devido à complexidade que se reveste o campo de estudo destas entidades. Para que, somente então, possa-se entender os passos dados por tais instituições, bem como perceber se houve determinada evolução, tanto em setores isolados como num todo, se não houve evolução ou, até mesmo, se houve alguma deturpação nas reais finalidades para as quais tais organizações foram criadas.

Entende-se que é difícil atribuir às ONGs uma definição única e precisa, considerando-se que dentre seus aspectos típicos destacam-se a pluralidade e a heterogeneidade. A própria denominação “não-governamental” revela a dificuldade de delimitação enfrentada uma vez que não define sua natureza fundamental, apenas nega a condição de pertencer ao Estado (FERREIRA, 2005, p. 37).

Uma das primeiras pessoas a utilizar este termo no Brasil foi Leilah Landim (1993, p. 16), a pesquisadora afirma que a expressão “ONG” nasceu na ONU no período pós-guerra e, embora nunca tenha sido muito utilizada por aqui, a cada ano que passa vem ganhando uma certa visibilidade pública, aparecendo em jornais, virando tema de trabalhos acadêmicos e figurando em debates nos meios intelectuais. Porém, segundo a autora, foi a partir da ECO-92 que esse nome vira mercadoria simbólica de valorização crescente. Neste contexto, ser ONG definia inclusões e exclusões, levando as mais diversas organizações a manipularem sua identidade de serem ou não “ONG”, jogando em diferentes contextos, com diferentes imagens e critérios de legitimidade.

Para Landim, as ONGs têm a ver com “servir aos outros, não a si”, ressaltando que “não a quaisquer outros, ou de qualquer forma, e sim existem ‘a serviço’ de determinados movimentos sociais de camadas da população oprimidas, ou exploradas, ou excluídas, dentro de perspectivas de transformação social”. Elas são entidades representativas e ligam-se aos movimentos sociais sem se

confundirem com eles (LANDIM, 1993, p. 27).

Gohn (1997, p. 54), corrobora com Landim quando afirma que a expressão ONG foi criada pela ONU na década de 40 para qualificar organizações não-oficiais que eram ajudadas financeiramente por órgãos públicos para realizar projetos de interesse social, apresentando uma filosofia de trabalho denominada “desenvolvimento de comunidade”.

Furriela (2002, p. 147), comenta que o termo ONG possui usos diferenciados e diversas conotações. Esta dificuldade de caracterizar o fenômeno como um todo advém da grande diversidade encontrada neste tipo de organização, sendo que, tal diversidade, está relacionada ao tamanho, à duração, ao alcance e ao escopo de suas atividades, bem como depende da ideologia, da formação cultural, da estrutura organizacional e do status legal por elas apresentado. Enquanto as ONGs do Norte, por exemplo, podem ter orçamentos multimilionários, a maioria das ONGs no mundo, atua com recursos mais reduzidos.

Importante colocar que alguns critérios devem ser observados para se designar um ator social como ONG. Bovo (2002, p. 28), em seu trabalho, diz que nem sempre é fácil estabelecer quais são estes critérios, mas que a maioria dos autores que estudam as ONGs apontam os seguintes:

a) não pertencer ao governo (como o próprio nome diz) embora, possam atuar em parceria com ele;

b) não fazer parte do setor privado tradicional (empresas), podendo ser enquadradas num possível Terceiro Setor...;

c) não possuir fins lucrativos e empregar seus recursos nas atividades-fim além, da remuneração de funcionários e profissionais relacionados às suas atividades;

d) possuir uma certa organização formal (registro legal além de uma racionalidade baseada em documentos, estatutos, assembléias, etc.);

e) envolver algum nível de trabalho voluntário, mesmo que possuam funcionários;

f) apresentar um caráter público.

Faz-se necessário observar, cuidadosamente, o posicionamento de cada item acima citado, tendo em vista a diversidade de posicionamentos sobre tais afirmativas. A afirmação de que as Organizações Não-Governamentais não se

encontram amarradas a fins lucrativos dotam-nas de caráter diferente das empresas que atuam no ramo privado ou público, na proporção em que não apresentam, como objetivo principal, a obtenção de recursos. Porém, não se pode afirmar que as ONGs não juntem tais recursos com o intuito de investimentos na manutenção das próprias finalidades, de seus próprios objetivos; e também, não se pode afirmar que todas as ONGs são dotadas de licitude em seus setores financeiros pois, sabe-se que há ONGs com fins escusos, cujo único intuito é o de obtenção de fins lucrativos para a ordem pessoal.

No que diz respeito à probabilidade do caráter público das organizações em questão Bovo (2002, p. 29), coloca que não se faz de todo correto enfatizar que as ONGs são dotadas de caráter público, ligadas à idéia de utilidade pública, dando-lhes uma aparência de legalidade , pois, outros organismos pertencentes à sociedade, com diversos fins, também são intitulados como de utilidade pública. Assim, torna-se dificil afirmar sobre a efetiva e real utilidade pública das referidas organizações, principalmente se for distinguir o que vem a ser utilidade pública ou caráter público ou se for analisar o quantitativo de organizações que se intitulam como tal.

Uma ONG pode funcionar muito mais do que um organismo estatal, como bem coloca Nalini (2001, p. 220), onde “a burocracia, a dispersão da responsabilidade, a complexidade dos fluxos, os trâmites hierárquicos e outros vícios estatais impedem a eficiência”. Estas organizações apresentam uma certa capilaridade que o Estado não pode apresentar, elas são eficientes, pouco dispendiosas, não desperdiçam recursos com as estruturas públicas, não são burocráticas nem (devem ser) corruptas, demonstrando ser uma alternativa ideal para substituir ou complementar a atuação pública na defesa do ambiente.

Paiva (2003, p. 67), acredita que a “infantaria dos órgãos oficiais e da iniciativa privada” diluiu o significado da expressão ONG, pois colocou num mesmo patamar um “sem-número de organizações com semelhança jurídica, mas imbuídas dos mais variados propósitos”. Para o autor, a diferença entre ONGs e as demais associações sem fins lucrativos, mesmo que consideradas oficialmente de utilidade pública, está no efeito de suas ações e não na verborragia das respectivas missões e objetivos (PAIVA, 2003, p. 68). Para o autor, não é difícil verificar se tais ações são verdadeiramente transformadoras e de longo prazo ou se surgem apenas para

“acalmar os pobres, conformá-los e fazê-los compreender as razões divinas, comerciais e naturais das desigualdades”.

Interessante observar a visão de Fernandes (1994, p. 25), que entende essas organizações como decorrência lógica da própria denominação: “não são governamentais, não são lucrativas, não fazem parte de estruturas maiores, não são representativas, não financiam”. Portanto, elas não tendo as características apresentadas, diferenciam-se das demais organizações da sociedade civil, que apresentam uma ou outra das características citadas. Para se obter uma definição mais próxima da atual realidade pode-se dizer que “são organizações, de iniciativas privadas que visam a produção de bens e serviços públicos” (FERNANDES, 1994, p. 21).

Diante do exposto, verifica-se que uma das dificuldades para se trabalhar com o tema Organizações Não-Governamentais consiste no fato de não haver uma classificação oficial que diferencie e estratifique os diferentes segmentos formados por estas instituições. Há uma gama enorme de conceitos que as tornam semelhantes ou diferentes. Algumas são conservadoras, não questionam a realidade, aceitando os valores dominantes; outras são moderadas, não desejam mudar a estrutura da sociedade e fazem uma interpretação da realidade segundo critérios dúbios; outras são questionadoras, desenvolvem atitudes pró-ativas, denunciam contradições, indicam alternativas, propõem novos valores e, por fim, têm-se as transformadoras que, com o objetivo de transformar a realidade, propõem alternativas ao sistema dominante, colocando-se como atores coletivos, propondo alternativas que fortaleçam a sociedade civil, a ética solidária, a qualidade de vida, a participação (LIMA, 2002, p. 50).

Segundo Menescal apud Furriela (2002, p. 140), a definição de ONGs como instituições que não foram criadas pelo governo, ou não são parte dele, englobaria uma grande quantidade de instituições, tais como sindicatos, igrejas, partidos políticos, institutos de pesquisa, grupos de bairros, dentre outros. Assim, tal definição não satisfaz também se levar-se em conta que várias ONGs são criadas pelo governo ou integram o governo. Em geral, as ONGs devem apresentar determinadas características, sendo estas:

- serem formais, pois não constituem apenas um agrupamento de pessoas, mas possuem estrutura estabelecida com a finalidade explícita de cumprimento de

certos objetivos;

- não possuírem fins lucrativos;

- apresentarem certa autonomia;

- realizarem atividades, projetos e programas na chamada área de “política de desenvolvimento”, com o escopo de contribuição para a erradicação das condições de vida desiguais e injustas apresentadas no mundo.

Diante do que foi exposto constata-se que não há um consenso sobre uma única definição acerca do instituto ONG, pois seus diversos campos de atuação, bem como as várias correntes ideológicas, nas quais se encontram fundadas tais entidades, tornam tal objetivo praticamente impossível der ser cumprido. Porém, alguns aspectos de ordem comum existentes entre os diversos tipos de ONGs como, por exemplo, a solidariedade e a militância no campo político, não podem escapar à observação. Tais entidades são consideradas como verdadeiras provedoras de bens coletivos, que possuem como meta o ato de suprir a sociedade de determinados bens e serviços de responsabilidade originária do Estado, o qual se encontra simplesmente ausente ou, infelizmente, omisso (FURRIELA, 2002, p. 141).

Portanto, não é fácil uma definição precisa e unânime de ONG, mas existem certas características comuns que podem ser encontradas. A nosso ver estas organizações não devem se constituir um mero agrupamento de pessoas, mas sim, apresentar uma estrutura formalmente constituída, outra característica desejável é que possuam autonomia na realização de suas ações, não se submetendo a nenhum poder ou hierarquia e, por fim, que atendam as demandas da sociedade civil, apresentando projetos que realmente contemplem o bem-estar e a ampla participação da comunidade.

2.2 UM BREVE HISTÓRICO DO SURGIMENTO DAS ONGS

2.2.1 No Mundo

A questão sobre o surgimento das Organizações Não-Governamentais remonta à 2ª Grande Guerra, quando as igrejas mobilizam esforços para apoiar a população européia que se encontrava em estado de carência devido ao conflito

(LIMA, 2002, p. 68). Nesta época a sociedade civil passa a ter um papel central no processo de reconstrução da democracia mundial. Lançando diversas campanhas que, ao mobilizarem o cidadão comum e integrarem diferentes setores - direitos humanos, meio ambiente, assistência humanitária, desenvolvimento sustentável, entre outros - conseguem obter uma ampla repercussão de suas atividades, bem como resultados satisfatórios dos projetos executados.

O processo de recuperação dos países do pós-guerra ocorreu num período relativamente curto e, após este tempo, em vez destas organizações se dissolverem, passaram a voltar seus esforços para captação de recursos financeiros com o objetivo de apoiar ações das igrejas voltadas para atendimento da população carente dos países subdesenvolvidos (LIMA, 2002, p. 69).

Bayma (1995, p. 183), coloca que a partir dos anos 70, estes movimentos sociais ocorridos na Europa, deram origem às chamadas ONGs, as quais congregavam diferentes posições ideológicas e religiosas. A autora afirma que a existência destas organizações foi assegurada devido à associação com igrejas, universidades, partidos políticos, que propiciaram condições e recursos necessários para que elas emergissem do campo das idéias para a realidade das práticas.

Outro motivo da expansão das Ongs mundialmente, segundo Ferreira (2005, p. 43), foram as revoluções ocorridas em fins da década de 80 no leste europeu, as quais contribuíram para o fortalecimento da sociedade civil. Para os líderes destes movimentos revolucionários, o Estado totalizador ameaçava acabar com a possibilidade das pessoas se agruparem e formarem comunidades. O crescimento da área de atuação dos países que apregoavam estas idéias cria problemas, fazendo com que as reações da sociedade civil a esse crescimento proporcionem uma cultura favorável às ONGs.

Lombardi (2006), afirma que “o florescimento das Ongs no mundo ocidental, ocorreu principalmente com a crise do *welfare state*, o Estado não protegia eficientemente as minorias e os economicamente desfavoráveis e as ações privadas diretas mostravam-se mais eficientes e menos dispendiosas para os governos”.

Ainda, segundo o autor, outros fatores que estimularam iniciativas privadas foram o aumento da escolaridade mundial, o aumento do acesso à informação, surgimento de uma classe média urbana, desejosa de melhorias na qualidade de vida e, também, a crise ambiental global, devido aos níveis crescentes de

degradação ambiental em todo o mundo, resultando em sentimentos de frustração dos cidadãos em relação ao governo e motivando as iniciativas de organizações não-governamentais.

Ainda, não se pode esquecer que as ONGs relacionadas, direta e indiretamente, com os direitos humanos também despontam no cenário mundial, principalmente no pós-guerra do Iraque e nos conflitos a ele ligados, bem como nos problemas do continente africano, que refletem um mosaico de apoderamento praticado pelas nações de primeiro mundo.

2.2.2 No Brasil

O surgimento das ONGs no Brasil se faz de difícil constatação, pois, embora o termo exista desde a década de 40, entidades assemelhadas às ONGs já se apresentavam anteriormente. No passado, existiam entidades assistenciais, basicamente filantrópicas, que não se intitulavam “não-governamentais”, mas faziam parte da realidade sócio-política do Brasil, ligadas à questões de participações caritativas (PEREZ, 2005, p. 33).

Ao analisar-se profundamente a gênese das ONGs no Brasil, verifica-se que estas surgiram como filiais de agências de promoção do desenvolvimento na década de 1950, objetivando a promoção do ‘mundo desenvolvido’, diferente de países onde estas entidades foram combatidas por grupos de esquerda, por serem rotuladas como conservadoras ou representantes de interesses imperialistas (LIMA, 2002, p. 87).

O surgimento destas entidades no Brasil, conforme Ferreira (2005, p. 44), costuma estar relacionado à falta de representações legítimas dos movimentos sociais no período pós-64 onde, devido a ditadura militar, os partidos políticos encontravam-se desfigurados e os sindicatos dominados por pelegos[1]. De acordo com esta concepção, os cidadãos, na falta de suas instituições representativas, buscaram meios alternativos de representação. Ainda, segundo o autor, foi na década de 70 que ocorreu um fortalecimento das associações de moradores, que

[1] Pelego é um termo depreciativo utilizado no jargão do movimento sindical para se referir aos líderes ou representantes de um sindicato que em vez de lutar pelo interesse dos trabalhadores, defende secretamente os interesses do empregador, ainda que tal atitude seja descoberta, cedo ou tarde.

buscavam organizar as demandas da população junto ao Estado. Suas atuações colaboraram para o desenvolvimento de uma cultura de ação não-governamental, favorecendo a multiplicação e a diversificação das ONGs nas décadas posteriores.

Uma outra teoria sobre o surgimento destas entidades no Brasil é a de que estas estariam relacionadas à efervescência cultural vivenciada no início dos anos 60 da década passada. Anos em que se destacavam, dentre outras, as Comunidades Eclesiais de Base, as cooperativas rurais e as associações de pequenos produtores. Continuando esta linha de raciocínio, percebe-se que durante o governo militar houve uma retração destes movimentos sociais, os quais retornariam somente após a redemocratização (FERREIRA, 2005, p. 44).

A fase da “ditadura militar”, juntamente com as respectivas violações dos direitos humanos, apresenta-se como um marco de caráter definitivo para o formato atual das ONGs. Nessa época, surge um tipo de organização que vêm crescendo, e que apresenta como objetivo principal a luta contra as violações dos direitos civis e políticos. Tais organizações, nas décadas de 60 e, principalmente, 70 aparecem, em grande maioria, ligadas à Igreja Católica, baseadas nas idéias da Teologia da Libertação. Trata-se de entidades diferentes daquelas surgidas anteriormente, as filantrópicas, na medida em que se utilizam do poder de penetração da religião para questionar e lutar contra o governo, surgindo então, as denúncias contra as violações e atrocidades aos direitos humanos. Elas também se apresentam atuantes, favoravelmente, aos presos políticos, refugiados, perseguidos e seus familiares, bem como no trabalho de conscientização política, clamando por objetivos mais concretos e humanos em todas as esferas de poder.

A partir da década de 70, as ONGs brasileiras experimentaram um grande crescimento, conforme Bredariol e Vieira (1998, p. 101-102), a noção de sociedade civil mudou consideravelmente . Segundo os autores: ”expressões como autonomia, autogestão, independência, participação, *empowerment*, direitos humanos, cidadania passaram a ser associadas ao conceito de sociedade civil”, esta torna-se então “organizada”, passando a se intitular, definitivamente, Organizações Não-Governamentais, ao menos no Brasil, confirmando o posicionamento de um conceito que se faz na prática cotidiana de seus integrantes. Assim, pode-se confirmar que foram os anos 80 os responsáveis pelo crescimento, bem como pela expansão no Brasil, das entidades que surgiram e que se autodenominaram ONGs.

A partir dos anos 80 ocorre a consolidação das ONGs brasileiras, quando passam a existir ações civis organizadas em prol da luta democrática e de melhorias sociais. Perez (2005, p. 31), afirma que neste período, “as ONGs começam a elaborar trabalhos alternativos para ajudarem a preencher as incapacidades estatais” e ainda, segundo a autora, “é neste processo que as ONGs começam a criar uma identidade própria e múltipla”.

Lima (2002, p. 88), coloca que apesar da história destas entidades ser recente, sua evolução é marcada por diferentes estágios. Em fins de 70, inicio de 80 a maioria dos ativistas não acreditava na sua permanência, sendo que muitas foram criadas semi-clandestinamente em um período de grande repressão política. Elas se enxergavam como um estágio temporário para um modelo socialista onde, com o passar dos anos, não seria mais necessário um setor independente para fiscalizar o governo. Com o tempo elas perceberam que não representavam apenas ‘a voz dos que não têm voz’ e passaram a se definir atores políticos atuantes no espaço social.

Após a redemocratização, as ONGs puderam se desenvolver abertamente, organizando-se livremente e promovendo iniciativas em diferentes segmentos. Entretanto, a abertura ocorrida a partir da década de 90 veio junto a uma forte crise econômica, acompanhada do discurso neoliberal, estimulando a organização civil a buscar soluções para as profundas desigualdades sociais, econômicas e ambientais que se manifestavam em todo o país. A atuação destas entidades, neste período, coincide com o momento de retração do Estado, onde o afastamento dos problemas de qualidade de vida e a deficiência, ou até mesmo a ausência, na área ambiental e educacional, transformaram estas organizações em potenciais parceiras do Estado.

A noção de sociedade civil, neste período, sofre significativa transformação, passando a ser compreendida de forma oposicionista não apenas ao Estado, mas também ao mercado, representando uma terceira dimensão da vida pública, atuando em um campo onde prevalecem os valores da solidariedade.

Os novos movimentos sociais passaram, mas as ONGs permaneceram, adquiriram força e se expandiram. Muitas delas acabaram substituindo os próprios movimentos sociais, deixando de se mostrarem como um simples apoio para o problema apresentado, passando a serem dotadas de certa centralidade, exigindo o surgimento de novas relações sociais entre a sociedade civil e o Estado.

Dessa forma, pode-se afirmar que a década de 90 foi significativa na

aquisição de riqueza para as ONGs brasileiras, tanto com relação ao seu crescimento como pelas significativas mudanças em suas formas de atuação.

Atualmente, existe a possibilidade de dizer que a correlação ideológica existente entre sociedade civil, esfera privada e esfera pública (Estado), encontra-se mais tênue. Na esfera estatal existem empresas e corporações que, embora formalmente públicas, têm sua lógica na defesa de interesses particulares, atuando como organizações de mercado. E na emergente esfera social-pública, constituída pelos movimentos e instituições que, embora de natureza formal privada, perseguem objetivos sociais, articulando, de forma eminentemente prática, uma construção de determinado espaço público não estatal. É o caso das organizações não-governamentais, ou organizações de não-mercado e das organizações não-corporativas. Assim, é perfeitamente possível dizer que, hoje, existem também as esferas do estatal privado e do incipiente social público (BREDARIOL e VIEIRA, p. 102-103).

No Brasil, a maioria das ONGs legalmente estabelecidas especializa-se nas questões que possuem uma determinada abrangência local, com ações intermitentes, bem como contam com a participação de voluntários e, de certo modo, com o ativismo político. Levando-se em conta os diversos pólos de interesses, o grau de profissionalismo e a ânsia de atuação com a esfera internacional que as ONGs têm adquirido, pode-se afirmar que a adoção de uma parcialidade e de identidade político-partidária possibilita uma maior dificuldade de análise no que se refere à exclusividade de um único campo de atuação das ONGs, bem como a ausência de dimensões políticas (FONSECA E PINTO, 2002, p. 298).

2.3 O PAPEL DAS ONGS

As ONGs se apresentam como um dos importantes instrumentos no fortalecimento da sociedade civil, pois desempenham um papel de verdadeiros interlocutores de suas demandas. Estas organizações buscam, através da construção de redes, edificar novos espaços de discussão pública, de luta por direitos e cidadanias para as populações menos privilegiadas do país.

A respeito deste assunto, ressalta-se a visão de Pinto (2006, p. 667), quando

afirma que as ONGs tem sido importantes atores na sociedade e no campo político nos últimos 20 anos e que , provavelmente, continuarão a ocupar estes e novos espaços. A autora continua, ressaltando que:

> Tem cabido a elas a responsabilidade de formidáveis mobilizações por direitos, formações de rede e programas de empoderamento. Elas também têm sido, em grande medida, responsáveis pela presença no campo político de temas que historicamente encontraram resistência no interior dos partidos políticos, entre os quais se destacam os temas dos direitos das mulheres.

Alguns estudiosos afirmam que existe atualmente um consenso internacional sobre o importante papel que o terceiro setor, aqui entendido por ONGs, poderia representar na construção de uma sociedade menos conflituosa (Merege, 1997 apud Ferreira, 2005, p. 47), sendo que esse papel, como visto anteriormente, apresentou uma verdadeira evolução no decorrer da história. Ferreira (2005, p. 48), ressalta que um dos acontecimentos mundiais desta evolução foi a Queda do Muro de Berlim, pois, tal evento, ao causar profundas mudanças políticas, teria determinado, também, mudanças nos paradigmas conceituais adotados pelas ONGs. Conceitos tradicionais como o modelo de desenvolvimento centrado no estado e a critica do capitalismo dependente teriam sido substituídas por posições mais pluralistas e voltadas para resultados.

De acordo com Bredariol e Vieira (1998, p. 107), as ONGs desempenham papéis diferentes nos diversos países. Em muitos ajudam a formular as políticas públicas. Em outros, atuam como fiscais de projetos ou, ainda, fazendo denúncias de arbitrariedades do governo, que vão desde violações dos direitos humanos até a omissão no cumprimento de compromissos públicos, nacionais ou internacionais. Em alguns países são criadas espontaneamente como associações civis de base; em outros são estabelecidas de cima para baixo, pelo Estado ou pelo mercado, o que configuraria, neste último caso, um real vício de origem, pois se constata um verdadeiro comprometimento da autonomia da organização.

Ainda, de acordo com os autores, muitas ONGs, em muitos países, têm desenvolvido uma política de alianças de caráter duplo. De um lado, aliam-se com o Estado para exigir do Mercado uma perfeita igualdade dos custos sociais e ambientais de suas produções; de outro lado, aliam-se ao Mercado para exigir do Estado a realização de reformas verdadeiramente democráticas, que aumentem sua

eficácia administrativa.

Observa-se, portanto, que não é somente o Estado que vem demandando a expansão das ONGs, mas também, as empresas do setor privado. Diversas destas organizações têm buscado parceiros para seus investimentos sociais na ânsia de construir uma imagem de empresas socialmente responsáveis, lançando assim novos desafios para as ONGs, já que agora precisam atender a demanda e estímulos provenientes de seus parceiros públicos e privados (FERREIRA, 2005, p. 48).

A função sociopolítica destas organizações é um ponto que não pode passar despercebido. As ONGs são entidades que possuem, como escopo, auxiliar, de forma evidentemente marcante, às mudanças sociais globais através de influências na procura e na adoção das políticas públicas. Assim, apresentam-se dotadas tanto de função social como de função política. Estas entidades são cada vez mais consideradas como depósitos ou fonte de idéias, para inovações políticas, pois muitas vezes os governos não se encontram dotados de habilidades para desenvolver programas e políticas novas e viáveis. Dessa forma, elas suprem de imaginação e de criatividade o verdadeiro, e problemático, processo político (FURRIELA, 2002, p. 142).

Para Princen e Finger[2], a participação das ONGs nas questões políticas mundiais pode ser averiguada pela presença cada vez mais significativa e constante destas organizações em conferências internacionais. Desde a criação da Organização das Nações Unidas, tornou-se comum a realização de encontros de ONGs paralelos a encontros oficiais da ONU. No caso da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED) de 1992, cerca de 300 ONGs do mundo inteiro assistiram à reunião preparatória de Genebra, e aproximadamente 1.000 assistiram à reunião preparatória de Nova York. Na reunião paralela de ONGs, ocorrida no Rio, em 1992, constatou-se a presença de cerca de 22.000 representantes de mais de 9.000 ONGs (FURRIELA, 2002, p. 143-146).

Ainda, segundo a autora, a participação destas entidades nesse tipo de conferência, conforme Princen e Finger, trata-se de uma demonstração de

[2] Thomas Princen e Mathias Finger, organizadores do livro Environmental NGO's in World Politics (ONGs Ambientalistas na Política Mundial), publicado pela primeira vez em 1994. Na introdução deste livro, os autores avaliam o fenômeno do crescimento em tamanho e número das ONGS ambientalistas, com referência feita às ONGs ambientalistas internacionais ou transnacionais.

importante monta a cerca do espaço, sempre crescente, que elas vêm conquistando no cenário mundial. Mas a pressão direta das ONGs, pela formulação de legislação e constituição de instituições ambientais, pode ser considerada ainda de maior importância. Os referidos autores citam o exemplo da participação e da pressão constante das ONGs *International Institute for Enviroment and Development* (IIED), *Greenpeace*, WWF-Int. e de outras na criação da Organização Internacional da Madeira (*International Timber Organization*). Além desse exemplo, outros podem ser citados, todos em espaços decisórios internacionais sobre temas ambientais, como pode ser destacado o caso da "*International Whaling Commission*", da "*London Dumping Convention*", ou do Protocolo de Montreal sobre substâncias que destroem a camada de ozônio. Cita-se, ainda, o exemplo do Banco Mundial, que chegou a mudar políticas e a criar instâncias para tratar de questões ambientais, tudo em virtude da pressão exercida pelas ONGs.

Assim, analisando a função sócio-política destas organizações, percebe-se que a ineficiência e a ineficácia das medidas governamentais levaram-nas a ganhar crescente visibilidade na população em geral, bem como na mídia. Como bem afirma Haddad (2000, p. 1), inúmeras vezes as ONGs são vistas por uma diversidade de olhares que acabam assumindo uma responsabilidade por vários aspectos de intervenção social que nem sempre significam o que elas fazem, de maneira efetiva, ou tem a capacidade de fazer. Em determinados momentos, as ONGs são caracterizadas como meio efetivo para salvação de determinado setor, ou de determinado ponto de vista e de necessidade de uma classe social. Já em outros momentos, são caracterizadas como responsáveis pela problemática de determinada idéia ou de determinado planejamento que não dera certo ou não lograra quaisquer tipos de êxitos.

As comparações, bem como a atribuição de responsabilidades não ficam somente nesse campo de discussões. Para determinados observadores e críticos, as ONGs significam molas propulsoras de inúmeras modificações na área social. Já para outros críticos, elas representam um campo de incursão às tendências neoliberais, cujo escopo relaciona-se em repasse de suas responsabilidades sociais para o campo aberto, e indefeso, de uma sociedade civil que sofre pela carência e pelo defeito de uma esfera política carente, desinteressada e leiga na maioria dos assuntos com os quais a maioria das organizações não-governamentais se relaciona

ou ousam se aprofundar.

Cabe colocar que, no Brasil, as ONGs encontram-se em situação difícil, pois estão passando por um período desafiador, onde sua capacidade de adaptação, bem como de justificação política perante a sociedade será decisiva em relação à sua real capacidade de sustentabilidade institucional, bem como à sua verdadeira contribuição para o desenvolvimento do país (BOVO, 2002, p. 35).

Verifica-se que o papel das ONGs brasileiras está em transformação. Elas nasceram como movimentos sociais relativos a direitos civis e combate à pobreza, com uma atitude altamente crítica em relação ao Estado e ao setor privado (Bailey, 1999, p. 110), e atualmente, sofrem pressões para buscar novas formas de sustentação financeira e para reduzir a dependência de financiamentos internacionais, pois além dos recursos estarem sendo redirecionados para outros contextos, verifica-se que os orçamentos advindos do exterior também têm diminuído devido às agências européias e norte-americanas estarem atravessando momentos difíceis. Para tanto, necessitam fortalecer relações com outros organismos privados ou estatais.

Acrescenta-se ainda que a sobrevivência de muitas ONGs se encontra sob ameaça em virtude da diminuição da intervenção social do governo brasileiro bem como da diminuição do orçamento destinado a elas. Mas tal ponto não se faz negativo, pois veio dotar as entidades de uma maior flexibilidade inerente aos seus campos de atuação. Assim, conforme Bovo (2002, p. 35), as ONGs se vêem obrigadas a modificar os seus sistemas de gestão, administrativos, financeiros e estratégicos, para melhor. Mas, apesar de tudo, tais problemas, eminentemente estruturais não tem sido um obstáculo ao aparecimento de diversas entidades deste tipo, todas com objetivos bem delineados e, em sua maioria, de relevância social em todos os setores.

Paiva (2003, p. 68), coloca que as ONGs no Brasil apresentam um papel fundamental na melhoria do padrão político da sociedade civil, pois atuam diretamente na reforma do alicerce que suporta as instituições ainda vulneráveis ao “poder do estado patriarcal e do mercado padrasto, tradicionalmente coniventes entre si”. Porém, é necessário ter muito cuidado ao analisar este papel, pois, acrescenta o autor, ao serem descobertas por consultores de empresas que resolveram embarcar no filão da responsabilidade social, Estado e Mercado se

aproximaram das ONGs para a realização de parcerias. Como resultado, verifica-se que as menos convictas deixam de lado as demandas da sociedade para atender às necessidades dos novos clientes e de seus "recursos carimbados". Entretanto, independente deste aspecto controvertido, no qual as ONGs buscam sua identidade na dialética entre preservar e inovar, é inegável que elas cresceram de fato e que sua articulação em redes e o seu diálogo com outros atores sociais, tanto públicos como privados, tem aumentado a cada ano (PAIVA, 2003, p. 83-84).

Comprova-se que o caminho das ONGs, como bem colocado por Corral (1998 apud Lima, 2002, p. 85), é um constante desafio de superação de seus próprios limites em busca de novos horizontes para a sociedade. São pequenos organismos democráticos, são referências, lugares de inovação e de criação de novos processos. Ainda, continua a autora, estas organizações não possuem vocação de Estado, nem são obcecadas pelo lucro do mercado, elas se parecem muito mais com extraterrestres, de uma utopia futura do que de uma sociedade democrática, apresentando-se como laboratórios do futuro. Entretanto, "para criar o mundo futuro partimos do presente, e aí estão os desafios".

Após a análise dos diferentes conceitos de organização não-governamental, de suas origens e do papel por elas desempenhado, cabe fazer menção às novas dimensões destas organizações diante dos desafios relacionados, tanto os atuais quanto os futuros, uma vez que não tem como discutir a questão ONGs sem levantar alguns pontos importantes destas entidades como , por exemplo, o poder a elas instituído e por elas exercido, as redes formadas através de suas atuações, bem como as novas territorialidades surgidas devido às mobilizações suscitadas.

2.4 PODER, REDES E NOVAS TERRITORIALIDADES

2.4.1 A Questão do Poder

Para adentrar-se na questão do poder faz-se necessário conhecer o que alguns autores considerados referências no assunto entendem por poder. Arendt (1985, p. 24), ao escrever sobre o tema, afirma que o poder caracteriza-se por ser uma habilidade humana de agir em comum acordo, ela não é propriedade de um

indivíduo, apenas pertence a ele e a um grupo, enquanto o grupo permanecer unido. Portanto, uma pessoa não *tem* o poder, mas sim, *está* no poder, enquanto for designada para exercê-lo por um certo grupo de pessoas que o elegem para atuar em seu nome. Com isso, se o grupo que o escolheu desfaz-se, o 'seu poder' termina.

Raffestin (1993, p. 51), quando discorre sobre o tema, coloca que a palavra poder é "rebelde a qualquer definição". Logo de início verifica-se a ambigüidade do termo poder, uma vez que há o "Poder" e o "poder", porém a discussão não cessa no modo de escrevê-lo, ela precisa ir adiante para explicar o que eles representam. O poder, nome comum, se esconde atrás do Poder, nome próprio. Este, mais fácil de ser percebido, pois se manifesta através dos aparelhos que delimitam o território, controlam a população e dominam recursos; é o poder visível e identificável, aquele que causa receios pela própria ameaça que representa. Porém, continua o autor, "o poder mais perigoso é aquele que não se vê ou que não se vê mais porque se acreditou tê-lo derrotado".

O poder se exprime através das relações existentes, nelas observam-se dois ou mais pólos de atuação, que podem caminhar de forma recíproca ou se enfrentarem. As forças emanadas desta relação criam um *campo do poder* responsável pela organização dos elementos e das configurações. Toda relação é ponto de surgimento de poder, fundamentando, desta forma, sua multidimensionalidade. Portanto, ele deve ser analisado tomando por base a relação no interior da qual ele surgiu (RAFFESTIN, 1993, p. 52-53).

Contudo, afirma Castro (2005, p. 96), aceitar que a palavra poder comporta diferentes significações, não quer dizer que o poder está em tudo, por toda a parte, pois, se assim fosse, ele seria a própria relação e não algo capaz de qualificar algumas relações e não outras. Para a autora o poder é uma manifestação de uma possibilidade de dispor de um instrumento para se chegar a um fim desejado. No entanto, para se chegar a este fim, depara-se com uma relação que apresenta uma das partes com mais meios ou maior capacidade de conseguir o efeito desejado do que outra, ou seja, o poder se manifesta em situações relacionais assimétricas.

O poder também está inserido no campo das vontades, está inserido no universo dos valores que definem tudo aquilo que é socialmente aceito e valorizado. Portanto, não é possível pensar em poder fora dos contextos temporais e espaciais

das sociedades. A vontade comum representa o fundamento de todo exercício de poder e por isso mesmo é nela que reside à impotência do poder e é esta impotência que estabelece os limites do exercício do poder em relações sociais assimétricas (CASTRO, 2005, p. 99).

Foucault (1977, p. 86-87), afirma que para se entender o poder, primeiro faz-se necessário compreender a multiplicidade das relações de força que são constantes ao campo em que atuam. O poder, completa o autor, não engloba tudo, mas está em todo o lugar, vem de todos os lugares, não adiantando procurá-lo em um ponto único, pois ele é a base móvel das relações de força que, por serem desiguais, levam continuamente a estados de poder inconstantes e pontuais.

O poder apresenta diferentes características, através das quais se torna possível precisá-lo. Não são definições, frisa o autor, mas sim proposições que visam à natureza do poder. São elas:

1 – O poder é exercido, ele não é algo que se adquire, fascine ou partilhe;

2 – As relações de poder são imanentes a outras relações (econômicas, sociais, de conhecimento, entre outras), elas são efeitos dos desequilíbrios que se produzem nas relações entre desiguais;

3 – O poder vem de baixo, não existe nas relações de poder uma oposição conjugada entre dominantes e dominados; deve-se supor que as correlações de forças se formam nas famílias, nos grupos sociais e nas instituições;

4 – As relações de poder são, concomitantemente, propositais e impessoais, não se pode exercer o poder sem certo número de objetivos aspirados pela sociedade;

5 – Onde há poder há resistência, as quais representam, nas relações de poder o papel de adversário, de alvo, de apoio. (FOUCAULT, 1977, p. 88-92)

Tendo por base estas características, observa-se que o poder engloba sempre o campo da ação, direta ou indiretamente, sobre os indivíduos, vontades ou objetos.

Muitas outras visões, de muitos outros autores poderiam ser listadas aqui, entretanto acredita-se que estas são suficientes para entender que o poder não é tão simples de se discutir, ele não pode ser entendido apenas como uma coisa que se possui, “ele é, na realidade, relacional, não deve ser confundido com influência e incorpora a capacidade de estabelecer sanções” (CASTRO , 2005, p. 97).

Entendendo que o poder aplica sanções com o objetivo de impor uma vontade à parte mais fraca de uma relação, Castro (2005, p. 101-104), seleciona três formas que se encontram na essência do poder:

1 – o poder despótico, um poder de dominação onde o instrumento do poder é a coerção pela força, a ameaça de destruição, a violência, visa apenas ao bem privado de quem o exerce. É um poder que tem pouco poder, pois não se baseia na vontade do outro, por isso, corre o risco de ser anulado;

2 – o poder fundado na autoridade, que é exercido como uma concessão o que o torna aceito e reconhecido por aqueles que o submetem e é nesta concordância que ele se justifica e se legitima. As sanções que ele pressupõe são socialmente aceitas, pois ele baseia-se em uma superioridade de ordem moral, intelectual, de competência e experiência representada por aquele que detém a autoridade. Sua característica principal é visar o bem daquele sobre o qual exerce sua autoridade, uma vez que ela é reivindicada para assegurar algum interesse individual ou coletivo; e

3 – o poder político, origina-se da vontade de quem os exerce, de sua interpretação, de um querer comum, que é a justificativa última para sua existência e aceitação. Ele se exerce pelo consentimento coletivo mínimo e visa o bem comum e não o bem daquele que o exerce.

Estes três modelos, justifica a autora, são modelos de idéias de poder. Por isso tornar-se-ia artificial fechar o modelo em cada uma destas formas, visto que não são puras devido a realidade apresentar-se mais complexa e possuir nuanças.

O poder que interessa mais diretamente ao presente estudo é o poder político, que é uma forma de poder moral, constituído por acordos e normas, visando o bem comum. É através dele que as ONGs orientam e informam a comunidade, bem como obtém a força necessária para realizar suas ações , legitimando-as através da vontade da maioria, obtendo resultados que podem ser passageiros ou que podem vir a constituir o quadro permanente da existência coletiva.

Desta forma entende-se que, diferentes quadros sociais contam com um conjunto de pessoas dotadas de instrumentos de poder, os quais foram a elas instituídos pela própria sociedade, para que atuem em prol do bem comum. Devido às varias perspectivas surgidas e as diferentes formas de poder exercidas, surgem grande número de ações, as quais estão interligadas por verdadeiras redes de

atuações, dinâmicas, estáveis ou não, podendo diferir na maneira como são formadas devido às posições de poder, aos objetivos a serem alcançados e aos interesses dos atores envolvidos. Sob esta perspectiva, faz-se necessário uma análise mais profunda da estrutura das redes e de toda a dinâmica que as envolvem.

2.4.2 A Dinâmica das Redes

Inicia-se esta discussão abordando brevemente o conceito de rede. Tal conceito não é recente. Ele teve sua gênese com o sistema capitalista, mas foi somente no século XIX que os primeiros estudiosos fizeram uso deste termo, quando explicam determinadas formas de espaço como, por exemplo, as redes de transportes (desde as redes de bondes e de metrô, até as redes destinadas à água e esgoto) e as redes técnicas construídas para destruir e reordenar territórios (HAESBAERT, 2002, p. 121).

Portanto, o termo *rede*, ao longo de sua história foi utilizado por diferentes profissionais e organizações, como por exemplo, os engenheiros ao formularem um sistema de transportes e comunicações, os bancos em suas transações financeiras e, mais atualmente, pela ação da informática. Assim, foi se observando uma multiplicação das redes que aos poucos estavam aprisionando o mundo em tramas cada vez mais fechadas.

Atualmente, para onde quer que se olhe, defronta-se com o termo rede, tanto como conceito teórico, utilizado por diferentes disciplinas, enquanto noção empregada pelos atores sociais, como por exemplo, redes de solidariedade, redes de ONGs, redes de energia, redes de informações. É uma concepção de organização sob forma de redes (DIAS, 1995, p. 146).

Em seu trabalho Marteleto (2001, p. 72), assegura que existem diferentes significados para rede e, dentre eles, ela utiliza os seguintes: “sistema de nódulos e elos; uma estrutura sem fronteira; uma comunidade não geográfica; um sistema de apoio (...) que se pareça com uma árvore ou rede”.

Para Amaral (2009), as redes apresentam uma configuração própria, dependendo do ambiente onde se formam e atuam, dos objetivos compartilhados, da cultura política dos membros e de seus facilitadores; porém , elas podem apresentar algumas características em comum, como: objetivos compartilhados

construídos coletivamente, dinamismo e intencionalidade dos envolvidos, produção e circulação de informação, multi-iniciativas, ambiente fértil para parcerias, oportunidade para relações multilaterais, configuração dinâmica e mutante, dentre outras citadas pela autora.

Dias (1995, p. 148), afirma que os fluxos, sendo eles quais forem, indicam a existência das redes e a conexidade (ligação) é a primeira propriedade das redes. Os nós, formados pelas redes são lugares de conexões, lugares de poder e de referência. É pela conexidade que as redes adicionam, mas também excluem; ou seja, não existe uma rede máxima, baseada na totalidade das relações, mas sim uma rede que resulta das coações técnicas, econômicas, políticas e sociais.

Para se compreender as relações existentes nas redes é preciso fazer uma análise inicial sobre os pontos de circulação e a comunicação utilizada nesse procedimento. A circulação e a comunicação são consideradas como duas faces da mobilidade, apresentam caráter complementar e estão presentes nas diversas estratégias desencadeadas pelos atores envolvidos, com o objetivo de dominar superfícies e pontos, valendo-se da gestão e do controle de determinadas distâncias.

Este tema é bem esclarecido, ganhando a importância devida dentro da presente linha de estudo nas palavras de Raffestin (1993, p. 201), quando este assegura que a rede de circulação e a rede de comunicação foram separadas com o advento da moderna tecnologia, a qual elimina distâncias na medida em que transfere informações de um ponto a outro do mundo quase que instantaneamente. O ideal do poder é que as distâncias tendessem para a igualdade. Assim, o poder não estaria longe de ser absoluto.

As diversas maneiras de transmissão das informações em tempo real, nos dias atuais, fazem ter uma dimensão da grandiosidade do tema, no que se refere a ultrapassar barreiras e vencer distâncias físicas. Não resta dúvida que a gama de informações, bem como a flexibilização em suas transmissões, levará ao domínio dessas e, conseqüentemente, à obtenção de um determinado poder.

Raffestin (1993, p. 203), bem aborda esta temática quando afirma que “um dos trunfos do poder é hoje informacional, e a informática é um dos meios”. Ele observa que a comunicação ocupa um lugar central enquanto que a circulação restringe-se a periferia, não que esta seja menos importante que aquela, mas sim

que a informação conduz a mobilidade dos seres e das coisas e a circulação apenas testemunha a eficácia das comunicações.

Ainda, continua o autor, “quer se trate de circulação quer de comunicação, os atores sempre são confrontados com a mesma coisa: uma rede”. Rede esta que pode ser representada por um diagrama formado, para um instante dado (pois representa um estado qualquer de uma situação instável), de uma multiplicidade de pontos (picos), ligados entre si por uma pluralidade de ramificações (caminhos). A rede aparece, então, como uma linha de segurança condutora de uma rede maleável que se molda de acordo com as situações concretas e, por isso mesmo, deforma-se para melhor reter, adaptando-se às variações do espaço e do tempo. Portanto, conclui Raffestin (1993, p. 204), “a rede faz e desfaz as prisões do espaço, tornando território: tanto libera como aprisiona. É o porquê de ela ser o “instrumento” por excelência do poder”.

Seguindo a análise das redes, faz-se necessário, para o presente trabalho, aprofundar-se na questão das redes sociais, as quais podem ser conceituadas como “um conjunto de participantes autônomos, unindo idéias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados” (MARTELETO, 2001, p. 72).

Marteleto (2001, p. 72), assegura que a base das redes sociais são os elos informais, as semelhanças, as afinidades nas relações e não as estruturas hierárquicas, não significando, entretanto, que não exista relações de poder e dependência na estrutura interna e externa destas redes. Mesmo que, ela explica, estas redes tenham se originado de uma esfera informal de relações sociais, seus efeitos podem ser percebidos além de seu espaço, como, por exemplo, nas interações com o Estado ou a sociedade. Por fim, a autora coloca que “decisões micro são influenciadas pelo macro, tendo a rede como intermediária”.

Nas redes sociais existe a intencionalidade nos relacionamentos, os objetivos comuns são conscientes, explicitados, compartilhados. Os fluxos e ciclos existentes estão permeados e são canais de circulação de informação, conhecimento e valores. Estas redes, em suas diferentes configurações, indicam uma nova forma de organizar e vivenciar espaços de poder, e resultam de alguns princípios, como: descentralização, conectividade, insubordinação, multi-liderança, autonomia, transparência, cooperação, interdependência (AMARAL, 2009).

As redes para as ciências sociais, via de regra, determinam os movimentos que apresentam uma fragilidade institucional, agrupando pessoas em associações cujas normas são variáveis, pois dependem dos limites presentes em suas ações. A formação das redes, nestes espaços informais, ocorre quando o grupo toma consciência de seus interesses e valores; e a participação em redes abarca, muitas vezes, direitos, responsabilidades e diferentes níveis de tomada de decisões (MARTELETO, 2001, p. 73).

Atualmente, as redes são utilizadas para entender os elementos que constituem os movimentos sociais, como, por exemplo, sua composição, o papel das pessoas que os organizam, as dificuldades na liderança de um grupo não-hierárquico, as táticas adotadas em suas políticas e as estratégias das possíveis mudanças.

Marteleto (2001, p. 74), afirma que a inovação mais recente nestes movimentos está no surgimento de políticas articulatórias que levem em conta as interconexões entre o local e o global, para que a visão das lideranças se direcione para diversas frentes, passando de uma análise fragmentada para uma compreensão conjunta das articulações existentes nas redes de movimentos e assim, apresente uma frente unificada de ação,

Diante do exposto, entende-se, que o trabalho das ONGs pode ser compreendido e analisado através das redes de movimentos. Estas organizações apresentam, por característica, um tipo de ação coletiva que visa à mudança, onde um grupo é dirigido, de modo não-hierárquico, por um ator social e apresenta na tomada de consciência da coletividade, o alicerce de suas atividades.

Desta forma, observa-se que as redes formadas por estas entidades, calcadas nas relações de poder por elas exercido, fazem com que elas apropriem-se de espaços, concreta ou abstratamente, territorializando-os. No entanto, ressalta-se, que o território formado, não é aquele que possui um poder centralizador, de dominantes e dominados, mas sim um território autônomo, onde as pessoas têm a liberdade de manifestar seus desejos e anseios, criando um espaço social justo e equitativo.

Para um melhor entendimento da formação de tais territórios, faz-se necessário construir uma ponte conceitual entre as redes de movimentos constituídas pelas ONGs e os territórios formados através de suas atuações.

2.4.3 Binômio Território - Rede

Muitas questões e conflitos de interesses que se originam das relações existentes na sociedade se materializam em disputas territoriais e os arranjos que daí surgem definem um campo importante de análise geográfica.

Segundo Damiani (2002, p. 17), “o caminho da Geografia também foi o de reconhecer outros instrumentos de territorialização: outras organizações e instituições, do que adveio uma interpretação que supunha as relações do poder, determinando o território e não o Estado”. Desta forma percebe-se que o termo territorialidade ganha certa expressão no corpo do conceito, ou seja, inúmeras territorialidades podem existir, estas relacionadas diretamente às relações de poder. Assim, configura-se um eixo analítico composto do espaço, tratado de maneira independente das relações de poder; do território, abrangendo essas relações; e das territorialidades, que definem as inúmeras formas de poder e seu respectivo uso.

Redes e territórios não são elementos separados na análise do espaço geográfico, portanto, eles não devem ser vistos de maneira antagônica, a existência de um exige a existência de outro. Os espaços dos fluxos necessitam de um território, pois o território é um elemento base para a construção do espaço geográfico (SANTANA, 2007, p. 2).

Mas, como pode-se entender o que é território? Sabe-se que há diversas maneiras de conceituá-lo, dentre elas, Santana (2007, p. 2) destaca a seguinte: espaço entre fronteiras que tem um governo específico, constituindo-se como uma área de dominação de uma determinada espécie, apresentando limites pouco claros, caracterizados mais pela descontinuidade do que por limites fechados. Para o autor, os territórios originam-se das relações sociais resultantes da ação e da interação de seus agentes, fazendo com que o território seja um misto de apropriação e de dominação exercidas por diferentes formas de controle.

Souza (1995, p. 79), define território como sendo “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”, ou seja, “o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder: quem influencia quem nesse espaço, e como?”. Para se estudá-lo é imprescindível retirar o manto de imponência com o qual, normalmente, é vestido.

O território não precisa e nem deve ser abreviado ou associado com a figura do Estado, pois os territórios existem e são construídos (e destruídos) em diferentes escalas, desde as locais até as mundiais, em séculos ou dias, podem ser permanentes ou cíclicos; e, provavelmente, devido a essas múltiplas situações, o conceito de território ficou restrito a “território nacional” (SOUZA, 1995, p. 81).

Para a Geografia Política, conforme coloca Souza (1995, p. 84), o território é o espaço concreto apropriado por um grupo social e sua ocupação é vista como geradora de raízes e identidades sociais. Um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território e os limites deste território não seriam imutáveis, mas cada espaço seria território durante todo o tempo, pois é a durabilidade que levaria a um sentimento de identidade sócio-espacial.

Haesbaert (2002, p. 117), afirma que na concepção de território existem pelo menos duas linhas opostas de interpretação. De um lado encontra-se a concepção de território “naturalista”, visto como algo inerente ao próprio homem, como se fosse uma continuidade do seu ser. Levando muitos a defender a tese da “impulsão nata” do homem para a conquista de territórios. Existindo, também, uma variação dessa interpretação naturalista do território, ligada mais à sensibilidade humana, aos sentidos, moldados pela natureza ou paisagem existente ao seu redor. Nesta visão o território seria indispensável para o equilíbrio homem-natureza, pois as pessoas estariam profundamente ligadas a um lugar ou a uma paisagem, com a qual manifestariam uma profunda relação de identidade.

De outro lado, observa-se uma concepção etnocêntrica de território, a qual ignora toda a relação sociedade-natureza, como se o território pudesse estar separado da natureza, como se fosse uma construção meramente humana. Este território poderia advir tanto de um domínio material sobre o espaço, decorrente do poder de uma classe econômica e/ou de um grupo político dominante, como de sua apropriação simbólica, a partir da identidade que um determinado grupo social construísse no espaço em que vive.

Observa-se, como ponto comum entre essas versões sobre o território, que ele é mais visto dentro das dimensões política e cultural do espaço do que em sua dimensão econômica. Apenas em uma das vertentes naturalistas, a função econômica é inserida na definição de território, enquanto base de recursos para uma digna sobrevivência humana.

Haesbaert (2002, p. 119), coloca que entre os geógrafos que mais se aprofundaram nessa discussão, com a finalidade de tornar a conceituação de território mais firme, rigorosa e operacional, destaca-se Robert Sack (1986), em seu livro intitulado *Human Territoriality*, no qual ele define territorialidade como a "tentativa por um indivíduo ou um grupo de atingir, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, através da delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica". Tal colocação, continua Haesbaert, trata-se de uma visão preponderantemente política de território. A ciência política é uma das áreas do conhecimento que mais trabalha este ponto conceitual.

No ponto de vista de outros autores que abordam este tema, ver o território apenas sob uma ótica política e, mais ainda, pelo ponto de vista do Estado e de suas fronteiras materiais, se faz muito simplificador. Muitos preferem priorizar uma dimensão simbólica, vendo o território como o fruto identidades territoriais, ou seja, da identificação que determinados grupos sociais desenvolvem com seus determinados "espaços vividos".

Uma flexibilização da visão do que seja território encontra-se na territorialidade. Nela o território é um campo de forças, uma rede de relações sociais que define um limite: a diferença entre os membros da comunidade e os de fora, os outros. Desta forma entende-se que o território encontra-se no plano do real, do concreto, e as territorialidades encontram-se em um plano misto, localizado entre o que seria o plano real e o plano representado. O universo dessas representações, por meio das territorialidades, entra no somatório do que seria a Geografia Política, ciência preocupada em estudar questões relacionadas aos fenômenos resultantes da organização e da gestão coletiva da sociedade e o modo como eles atingem e são atingidos pelo espaço (DAMIANI, 2002, p. 18).

Damiani (2002, p. 21), discute sobre a territorialidade mundial instituída com a globalização, ela coloca que esta territorialidade apresenta características de rigidez, controle e poder, e é movida pelos interesses de mercados dominantes, que submetem os territórios e as políticas nacionais. Surgem então numerosas territorialidades fixas, construídas por estruturas de poder, podendo apresentar-se como territorialidades regionais ou mundiais, regidas por interesses econômicos, fundamentadas no Sistema de Estados, que se apresenta como o grande mentor e administrador do sobreproduto social mundial. Existe a "sujeição e dominação, não

apenas coerência e composição nessas estruturas hierarquizadas; portanto, contradição, desnível e conflito".

Com isso, para se chegar à importância das práticas estatais na configuração do território, estabelece-se uma concepção que não remete às relações de poder, independente de quais sejam, mas sim, devem estar intimamente ligadas ao entendimento que se tem do sobreproduto social bem como de sua distribuição.

Haesbaert (2002, p. 120), coloca que, para Lefebvre, a apropriação e a dominação do espaço deveriam aparecer juntas, mas a história é também a da sua separação, da sua contradição, e quem leva a melhor é o dominante. A reapropriação dos espaços envolve o que se conhece por processo de reterritorialização, de forma plena. Logo, tem-se no conceito de apropriação definido por Lefebvre, um processo mais efetivo de territorialização, que reúne uma dimensão concreta, de caráter funcional, e uma dimensão mais simbólica e afetiva. A dominação tende a originar territórios puramente utilitários e funcionais, sem que um verdadeiro sentido socialmente compartilhado e/ou uma relação de identidade com o espaço possa ter lugar.

Portanto, ao associar-se ao controle físico ou à dominação mais objetiva do espaço uma apropriação simbólica, mais subjetiva, implica discutir o território enquanto espaço simultaneamente dominado e apropriado, ou seja, sobre o qual se constrói não apenas um controle físico, mas também determinados laços de identidade social. De forma mais simplificada, se pode dizer que enquanto o domínio do espaço por um determinado grupo ou classe traz como conseqüência um certo fortalecimento das desigualdades sociais, a apropriação e a construção de identidades territoriais resulta em um fortalecimento das diferenças entre os grupos o que, por sua vez, pode desencadear tanto uma segregação maior quanto um diálogo que, certamente, se apresentará como sendo mais proveitoso e consistente (HAESBAERT, 2002, p. 121).

Continuando na linha de pensamento de Haesbaert, constata-se que o território resulta de uma relação de forças com intensidades diferentes, as quais envolvem o controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora aparecendo conjugadas, ora desconectadas e contraditoriamente articuladas. Esta relação de forças varia de acordo com o objeto de análise, ou seja, as classes sociais, os grupos culturais ou as escalas geográficas, e como no mundo atual

verifica-se uma variedade de escalas numa simultaneidade de eventos, vivenciam-se ao mesmo tempo, múltiplos territórios.

Haesbaert (2002, p. 121), escreve que dependendo da ocasião, escolhe-se um determinado posicionamento diante de uma determinada territorialidade, como se os marcos de referência e controle espaciais decorressem de múltiplas escalas de poder e de identidade, resultando em uma geografia complexa, que apresenta uma realidade multiterritorial, traduzida em novas concepções como a encontrada no termo “global”.

As ONGs encontram-se inseridas nesta realidade contemporânea, independente das questões sociais e/ou políticas, elas adaptam-se às características de cada territorialidade, conseqüentemente, trabalham com as realidades apresentadas nestes locais. Estas organizações também formam territórios, já que estes originam-se das relações sociais , as quais se utilizam de diferentes formas de controle para dominar determinado meio e/ou situação.

Tal controle é concretizado de diversas maneiras, bem como são diversos os meios utilizados para seu real exercício. Na atualidade, as redes têm se destacado como um dos principais meios utilizados para este exercício, sendo que elas se manifestam, principalmente, através dos sistemas de informação. Estes elementos informacionais servem como instrumentos de dominação, pois definem quais componentes das redes devem ser ativados e quais não devem, determinando os fluxos que podem percorrer estas redes, bem como os indivíduos que a elas poderão ter acesso (SANTANA, 2007, p. 3).

Da interação e da dinâmica constante entre os diversos territórios observa-se o uso, cada vez maior, do termo rede, empregado na compreensão das articulações encontradas entre as várias territorialidades e suas respectivas estruturas internas. Dependendo da economia ou algum agente social importante, a velocidade de articulação entre os territórios pode apresentar-se mais ou menos, rápida, o que determinará a força com que as redes serão dominadas e, consequentemente, os territórios a elas relacionados.

A idéia de território-rede, onde o centro pode ser o próprio indivíduo, é bem discutida por Dupuy (1998, p. 62 apud Santana, 2007, p. 8), quando este coloca que o território neste caso seria mais passageiro e mais versátil, visto que as quimeras presentes nas redes se uniriam às possibilidades que os indivíduos possuem em

variar a combinação. Dependendo do contexto e da realidade vivida pelo indivíduo, as redes seriam efêmeras, uma vez que surgiriam bilhões de territórios-redes, cada um representando um indivíduo que se manifestaria através de seus anseios particulares, logo, alterando seus desejos, findar-se-ia também as redes (SANTANA, 2007, p. 9).

A imagem de um território-rede focalizado no indivíduo ou mesmo um indivíduo-rede que se territorializa pode parecer interessante, afirma Santana (2007, p. 9), no entanto, ela mesma não se sustenta, uma vez que, segundo seu conceito base, as redes devem ligar *dois pontos*, o que leva à coletividade, pois, um ponto em uma rede precisa necessariamente de outro ponto para se completar.

Ao estudar as sociedades mais tradicionais observa-se que elas eram mais territorializadas, com raízes profundas, e que a sociedade mais moderna tornou-se mais reticulada, transformada em virtude dos fluxos que se apresentam cada vez mais dinâmicos, marcados pela velocidade crescente dos deslocamentos, passando de um mundo mais tradicional para um mundo moderno, extrovertido e desapegado, logo, globalizado.

No entanto, esta dinâmica não significa que a desterritorialização, através das redes, apresenta-se como um processo inadiável em direção a um mundo caracterizado pela ausência de territórios. As redes apenas apresentam um poder maior ou menor de territorializar, dependendo de suas características e da forma de utilização de seus elementos, visto que, uma das características mais marcantes das redes é seu poder de, ao mesmo tempo, territorializar e desterritorializar, apresentando fluxos ora de sustentação (construtor de territórios), ora de desestruturação (desarticulador de territórios) (HAESBAERT, 2004, p. 294).

Diante do exposto, conclui-se que não se deve separar território de rede, pois eles estão em constante embate. Em certas ocasiões as redes são desterritorializadoras, pois aniquilam fronteiras e territórios, em outras são territorializadoras, pois formam novos territórios, fortalecendo suas fronteiras. E ainda, nos dias atuais, observa-se um processo onde a cada instante, em diferentes escalas e em múltiplas dimensões do espaço, acontecem inúmeras interações ou fusões, entre os territórios e as redes (HAESBAERT, 2002, p. 124).

As redes contribuem para a formação territorial, porém ao manterem conexões com outras redes, podem gerar um processo de desterritorialização. A

ligação de uma rede com outras redes amplia a diversidade territorial e, desta multiplicidade de características que a diferencia pode, ao mesmo tempo, homogeneizar.

Desta forma, o crescimento da consciência diante das questões socioambientais globais, ampliou a participação popular em relação à qualidade de vida das pessoas e ao meio ambiente. Assim, a formação de redes em escala mundial e em escala nacional, enquanto produto da expansão da consciência ambientalista, tem contribuído para o aumento do número e extensão de atuações das organizações não-governamentais dedicadas ao meio ambiente.

Entretanto, mesmo que estas organizações ao representar os interesses imediatos da população, consigam uma mobilização dos atores sociais, formando verdadeiras redes de atuações, elas necessitam, em muitas de suas atuações, de uma participação do Estado e este, por sua vez, na idéia de implantar o “estado mínimo”, também procura reconhecer a importância do trabalho das ONGs. Tal relação, entre esfera pública e ONGs, será discutida adiante.

2.5 A ARTICULAÇÃO ENTRE ONGS E ESTADO

Três setores importantes de interface com as ONGs merecem destaque no delineamento dessas entidades: as agências de financiamento, o relacionamento com movimentos sociais a que estão de alguma forma vinculadas e as relações com o Estado. Entre esses setores, as articulações com o Estado e com a sociedade (organizada ou não) merecem destaque, pois observa-se um duplo movimento: da sociedade em direção ao Estado e vice-versa, ambos os movimentos com conseqüência para a relação dessas organizações com o conjunto da sociedade (VIDAL et al., 2008, p. 4).

Para os autores observar a relação ONGs-Estado é importante pois essas entidades mostram-se cada vez mais envolvidas na formação de políticas públicas e, por outro, são vistas como assumindo as responsabilidades sociais que o Estado estaria negligenciando. Nesta relação surgem expectativas de ambos os lados, as ONGs esperam que os órgãos de governo sejam transparentes, abertos, partilhem o poder de decisão dos projetos, formulem políticas públicas que incluam as

perspectivas das organizações, demonstrem confiança ao repassar recursos. Já o Estado, espera-se das ONGs eficácia, boa capacidade interna de organização, quadros profissionais qualificados e que elas estabeleçam uma relação de confiança com o governo demonstrando sintonia com os objetivos do programa a ser implementado.

Não se pode descartar uma determinada participação estatal nos ambientes Não-Governamentais, estas entidades conseguem manter uma certa estabilidade e continuidade em uma área onde o governo apresentou freqüentes mudanças em seu quadro de liderança, mudanças estas que refletiram negativamente na implementação e execução de ações ambientais no país. Como bem colocam Fonseca e Pinto (2002, p. 297):

> A constante interação com o Estado, quase inexistente até os anos 80, demonstra o poder e o papel crescente do movimento ambientalista na área de políticas públicas, de meio ambiente e recursos naturais. No Brasil, proliferam as comissões coordenadoras de grandes programas ambientais do governo, em nível tanto estadual quanto federal, em que a participação das ONGs se tornou rotina.

De qualquer forma, apesar de alguns tentarem vincular ONGs a determinados setores políticos, de situação ou de oposição, como o próprio nome indica, as ONGs não podem, e nem devem, possuir quaisquer direções políticas sob pena de não conseguirem realizar seus objetivos, suas finalidades, se determinados ventos mudarem de direção. Assim, uma Organização Não-Governamental não pode agir, e nem pensar, como uma agência de cunho estatal, por mais problemática que possa se descortinar a imparcialidade diante de determinado cenário, principalmente no cunho político. Utilizando as palavras de Paiva (2003, p. 92), “as ONGs não podem ser circunstancialmente governamentais. É um risco que elas não podem correr”.

2.6 ONGS E OS DISPOSITIVOS LEGAIS NO BRASIL

Como a origem da figura das organizações não-governamentais encontra-se ligada, de forma direta, à incapacidade do Estado em suprir as necessidades da sociedade. Faz-se importante também, uma avaliação do regime jurídico aplicável a essas organizações.

A demarcação das fronteiras jurídicas destas entidades pode ser constatada no Código Civil Brasileiro e, de maneira mais indireta, na Constituição Brasileira. O Código Civil, em seu artigo 44, explica que: são pessoas jurídicas de direito privado as ‘associações, as sociedades, as fundações, as organizações religiosas e os partidos políticos’.

A conceituação ONG inclui, assim, sua classificação como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, prestadora de serviços públicos. A referida Constituição em diversos momentos faz menção a essas organizações para admitir a participação das mesmas como, por exemplo, no artigo 227, parágrafo I, onde cita que o Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, sendo admitido a participação de entidades não-governamentais (FURRIELA, 2002, p. 144).

Atualmente, após a aprovação da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999 - Anexo IV, pelo Congresso Nacional, definiu-se um marco legal para as ONGs, também conhecidas como “o terceiro setor”, após ampla discussão pela sociedade civil , bem como por setores do governo. Tal Lei contém, em sua essência, a disposição sobre as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), sem fins lucrativos. Para designar-se uma entidade como OSCIP, como bem colocado por Ferreira (2005, p. 61), elas “devem ser caracterizadas como pessoas jurídicas, de direito privado, sem fins lucrativos, e possuir objetivos sociais e normas estatutárias que atendam aos requisitos instituídos pelo referido dispositivo legal”.

Tal instrumento legal dispõe sobre um parâmetro para as organizações não-governamentais, uma vez que, também, reconhece como organizações de interesse público aquelas que possuam como objetivo: promover a assistência social; a cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; a gratuidade da saúde e da educação; a segurança alimentar e nutricional; a defesa, preservação e conservação do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável; o voluntariado; o desenvolvimento econômico e social e o combate à pobreza; a experimentação, não-lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos; a manutenção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar; a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos, a democracia e outros valores universais; estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos

técnicos e científicos mencionados nos itens acima citados (FURRIELA, 2002, p. 145).

Ainda, segundo a autora, tal dispositivo legal propicia que haja uma identificação em quais seriam as entidades sem fins lucrativos, dotadas de legitimidade, aptas a participar de processos coletivos de gestão de recursos ambientais, uma vez que reconhece como organização de interesse público aquela entidade que possui como objetivo primordial a defesa, a preservação e a conservação do meio ambiente, bem como a promoção, o real incentivo ao desenvolvimento sustentável.

Após análise das relações formadas entre Estado e ONGs, bem como os dispositivos legais que permeiam tais relações, faz-se necessário analisar as relações existentes entre as organizações não-governamentais e as ações ambientalistas , para conhecer e compreender o surgimento das ONGs ambientalistas.

2.7 A FORMAÇÃO E A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO AMBIENTALISTA

Para poder entender a formação e a atuação dos movimentos ambientalistas nas ONGs, faz-se necessário buscar a origem e o sentido dos referidos movimentos.

Toda gama de problemas ambientais, advindas do caráter desenvolvimentista, cedeu seu espaço a um respectivo movimento, teórico-prático, com escopo de entendimento das causas geradoras de tais problemas e possuindo o objetivo de resolver os efeitos surgidos dessas questões, sempre negativos, e refletidos na qualidade de vida e nas condições de existência da sociedade.

Tavolaro (2001, p. 208), analisa com propriedade o movimento ambientalista e o define como sendo um verdadeiro fenômeno da modernidade e, quanto às incertezas advindas de toda discussão no campo ambiental, principalmente das relacionadas com o futuro, o autor escreve que parecem ser algo constitutivo da condição humana, já que “desde sempre” as sociedades humanas tiveram que se deparar com um devir, em larga medida, a elas incontrolável.

É nesse sentido que essas mesmas ameaças, inseguranças, medos, perigos, riscos são continuamente apontados como sendo alguns dos principais motivos em

decorrência dos quais o movimento ambientalista emerge. A avaliação de riscos ambientais, bem como dos riscos econômicos e sociais advindos de uma política ambiental realmente ineficiente e ineficaz, faz perceber que toda a problemática relacionada à atuação das ONGs, ocorre em virtude de divergências políticas, principalmente com relação à existência de retribuição de favores, prática encontrada nas esferas de governo no Brasil, bem como perfeitamente adaptável a todas as realidades políticas encontradas no mundo.

2.8 SUA GÊNESE MUNDIAL

Entre os anos 1500 e 1800 é evidente a mudança de comportamento do homem médio inglês habitante das cidades em relação à natureza, cuja gradual intensificação levaria a transformações sensíveis ao modo de vida rural. O avanço das ciências naturais, no decorrer do século XIX viria a estimular a preocupação com os problemas ambientais. Por fim, fazendo uma análise através de uma percepção cumulativa, observa-se que o mundo já atingira uma constituição moderna em meados do século XX, quando setores da sociedade européia e da sociedade norte-americana se organizaram de modo a proteger uma idéia de Natureza que já se apresentava como indefesa, diante de uma gama de transformações, de mudanças em prol da modernidade.

Diante disso, pode-se dizer que tais pontos de vista foram os responsáveis por impulsionar o movimento ambientalista do Velho Mundo. Na Grã-Bretanha, a primeira campanha pela proteção da vida selvagem deu-se em defesa das aves marinhas, ao longo da costa de Yorkshire[3]. Liderados pela igreja local, os habitantes da região fundaram, em 1867, a *Society for the Protection of Seabirds* que conseguiu, através de seus protestos, a aprovação de uma lei de proteção dessas aves em 1869 (TAVOLARO, 2001, p. 135). Seguindo o mesmo caminho, a *Dutch Association for Bird Protection* e a *German Federation for Bird Protection* foram fundadas em 1899, período em que foi fundada a *Irish Society for Bird Protection*.

Tavolaro (2001, p. 145), coloca que as diversas formas de resgate da

[3] Enquanto os pássaros se aninhavam, caçadores aproveitavam-se da oportunidade para fazer deles os seus alvos, provocando matanças diárias que começavam a incomodar seus habitantes.

natureza bem, como a variedade com que ela é apreendida, fazem-se sentir pelas tendências apontadas por Eckersley[4], no interior das quais outras categorizações podem ser pensadas. Essa tendência demonstra ser essencialmente antropocêntrica, pois acredita que o conservacionismo provém de uma estrutura centrada no homem, que almeja os "maiores bens para o maior número", e isto somente será conseguido através da redução do desperdício e da minimização na exploração e consumo de recursos naturais não-renováveis, assegurando dessa forma um máximo de ganho sustentável com respeito aos recursos renováveis.

Nessa tendência, o mundo não-humano seria concebido em valores de uso, constatando-se que o movimento conservacionista, que ficara esquecido no passado, ressurge após a Segunda Grande Guerra, reorganizado através de movimentos ocorridos na Holanda, na Bélgica e na França. Seguindo esse caminho, sob orientação da UNESCO, constata-se que os conservacionistas europeus trabalharam para o desenvolvimento de um corpo internacional de conservação, que veio a culminar no estabelecimento da *International Union for the Conservation of Nature* , em 1948, unindo instituições governamentais ligadas à conservação ambiental e associações não-governamentais de conservação.

Interessante colocar que esse movimento de resgate da natureza não ficou restrito à proteção da vida selvagem ou da "natureza intocada"[5], a natureza chamada "artificial" também se apresentou como alvo de proteção dessas entidades. Tal efervescência, presente nas partes central e do norte do continente europeu contrastava com a calmaria existente na parte sul. Diante disso, obtém-se uma real medida dos antecedentes das associações ambientalistas que surgiram em meados do século XX, culminando com a evidente realidade de que existiu um momento no qual situações de incerteza, ameaças ambientais, catástrofes ecológicas, temores ligados às possibilidades de sobrevivência não chegavam perto à magnitude dos fenômenos que passaram a dar sentido ao ambientalismo do final dos anos 50

[4] Eckersley argumenta que no livro de Gifford Pinchot (o primeiro chefe do United States Forest Service,que tinha como preocupação central a eliminação do desperdício nos processos de intervenção na natureza), entitulado The fight for conservation, identifica-se o "desenvolvimento" como o princípio primeiro da conservação, seguido pelas idéias de "prevenção do desperdício" e "desenvolvimento para o benefício de muitos, e não meramente para o proveito de poucos".

[5] Antonio Carlos Diegues em sua obra O Mito da Natureza Intocada, coloca que é totalmente errôneo pensar que a manutenção da biodiversidade está relacionada ao isolamento dos habitats naturais, marginalizando suas populações tradicionais. O texto alerta para novos caminhos da conservação da natureza que levem em conta os habitantes locais e a influencia positiva destes na manutenção da diversidade biológica.

(TAVOLARO, 2001, p.137).

Acompanhando o trabalho de Loureiro (2006, p. 26), verifica-se que nos anos sessenta, presencia-se a descoberta dos verdadeiros efeitos nocivos advindos de pesticidas e inseticidas químicos, efeitos esses denunciados pela bióloga norte-americana Rachel Carson em seu livro intitulado “Primavera Silenciosa”, de publicação datada de 1962. Também se depara com a morte e a incapacitação de várias pessoas devido ao contato com mercúrio, no acidente de Minamata, no Japão e, por fim, acompanha-se a crise do petróleo. Todos esses problemas serviram como uma mola propulsora que veio acirrar a crítica ao modelo de produção até então utilizado, principalmente pelas nações mais industrializadas, ou mais ricas.

Já nos anos 70, a crítica sofreu uma significativa ampliação e passou a mergulhar em análises mais detalhadas relacionadas com o real sentido da vida, com a existência humana no planeta e seus respectivos impactos, bem como de sua verdadeira fragilidade enquanto ser biológico.

Continuando seu pensamento Tavolaro (2001, p. 146), citando Eckersley, explica que a origem da ecologia do bem-estar humano encontra-se no movimento dos trabalhadores, quando estes procuravam buscar um ambiente de trabalho mais seguro e agradável. Após meados do século XX, essa idéia foi aderida por cidadãos, chefes de família e consumidores, a nova classe média, preocupada com o meio ambiente urbano. Como conseqüência desta tendência, surge a preocupação com questões relacionadas ao lixo tóxico, a poluição do solo, do ar e da água, ao crescimento do arsenal nuclear, aos perigos do lixo atômico e, mais atualmente, a destruição da camada de ozônio e ao aquecimento global. Esses problemas ao gerarem ameaças à sobrevivência, a segurança e ao bem-estar dos seres humanos, tornam a idéia de crescimento econômico extremamente crítica.

Provavelmente, a força da ecologia do bem-estar humano foi a responsável pelas teorias que foram qualificadas como teorias do novo ambientalismo surgidas no final dos anos 50 e início dos anos 60. Tal aparecimento deu-se, concomitantemente, com o período de maturação da primeira geração que cresceu ligada ao fator pós-guerra, sobre o qual pode ser entendido o clamor sobre uma verdadeira qualidade ambiental, bem como a necessidade das mudanças de paradigmas e atitudes por parte dos governantes e governados. Assim, constata-se o surgimento de um novo movimento ambientalista, dotado de uma nova consciência

ecológica, indicando a existência de um desafio ao modelo das sociedades industriais avançadas e aos métodos políticos próprios das democracias ocidentais. As associações ambientalistas *Friends of Earth* e o *Greenpeace* são resultados desse novo momento (TAVOLARO, 2001, p. 148).

2.9 O CONTEXTO BRASILEIRO

Conforme Loureiro (2006, p. 24), desde o século XVII, existiam relatos documentados de pensadores levantando questões que denotavam a existência de preocupações com a preservação ambiental na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil. Mesmo assim, não era possível uma definição mais imediata desses posicionamentos, principalmente em se tratando de movimentos de amplo espectro vinculados às questões sociais.

No Brasil, pesquisadores da história ambiental mencionam o nome de frei Vicente Salvador, e de sua obra "História do Brasil"[6], como pioneiro deste segmento, uma vez que nesta obra contém uma análise crítica ao nome que nosso país recebeu: "*Pois o pau-brasil não era uma árvore qualquer, mas sim o primeiro elemento da natureza brasileira, possível de ser explorado em larga escala, para benefício do mercantilismo europeu*" (Frei Vicente citado por Pádua, 1987, p. 28) .

Loureiro (2006, p. 25), ressalta que outros nomes também são lembrados, como os de José Bonifácio de Andrada e Silva e de André Rebouças, no século XIX, que através de um discurso realizado, com teores positivistas, defendiam o uso da natureza de forma racional. Já no início do século XX, surgem figuras como Alberto Torres, Caio Prado Júnior e Gilberto Freyre, que nos apresentam modelos alternativos de desenvolvimento, sempre com preocupações ligadas à questões relacionadas ao meio ambiente. Mas, apesar de tudo, estas tendências não receberam o crédito merecido, sendo ignoradas em virtude da necessidade da impulsão rumo à industrialização e devido à crença falha de inesgotabilidade dos recursos naturais e/ou de sua rápida e eficaz recuperação, tudo perfeitamente presente em nosso país na década de 50. Somente na passagem dos anos 70 para

[6] Escrito na Bahia em 1627, trata do descobrimento do Brasil, costumes dos naturais, aves, peixes animais e do mesmo Brasil. Frei Vicente escreveu neste livro a história do Brasil, antes mesmo de existir um Brasil.

os anos 80 é que tal discussão recebe um novo fôlego em nosso país, já perfeitamente presente em dimensões mundiais, principalmente quando se refere à crítica mundial estabelecida pelo movimento ambientalista.

Outro autor que bem explana a história do ambientalismo no Brasil é Carneiro (2003, p. 15), quando narra a história de Henrique Luís Roessler[7] e a fundação por este, em 1955, da União Protetora da Natureza. O autor também escreve sobre a importância do papel de Nicolau A. Campos na fundação em 1971 da AGAPAN - Associação Gaúcha de Proteção Ambiente Natural - ONG que, segundo Carneiro, foi a pioneira da luta ambientalista por todo o país. Ele ainda acrescenta que: "A orientação de luta dos iniciadores, somada à capacidade de Lutzenberger[8] em fazer conferências, projetaram a AGAPAN nacional e internacionalmente", demonstrando ser uma organização muito eficiente e útil ao movimento ecológico.

Não se pode deixar de reconhecer que nos anos 50 a preocupação com a degradação já mostrava uma incipiente manifestação por parte da sociedade civil. Em 1958, foi criada no Rio de Janeiro a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), organização que nasceu vinculada à entidade suíça criada em 1947. Ela tinha como preocupação central a preservação da fauna e da flora, mas também defendia a criação de parques nacionais e convidava os cientistas para participarem de discussões. Porém, a questão ambiental brasileira, nessa época, não atraía a opinião pública de maneira significativa, o que restringiu muito a atuação da FBCN, nos anos 60. Os interesses da classe média na proteção da natureza não se faziam em grandes proporções e não possuíam vínculos com os interesses políticos, quer de situação, quer de oposição. Em dimensões nacionais, o ponto principal dos debates circulava sobre a estrutura de distribuição de terras no país, ponto marcante na atmosfera política brasileira republicana pós Estado Novo e

---

[7] Roessler (1896-1963) era um funcionário público de São Leopoldo (RS). Fiscalizava fontes poluidoras dos curtumes, derrubada de matas nativas, caça clandestina, sempre denunciando na imprensa os danos ao ambiente. Ele se interessava pela defesa da natureza, de forma incipiente no Brasil, fazendo Educação Ambiental através de boletins. Ele usava as possibilidades dentro de sua repartição e posteriormente pediu auxilio financeiro às empresas comerciais para custear seus impressos. Ao escrever crônicas publicadas no jornal de maior circulação no Estado, ficou conhecido e admirado por milhares de pessoas.

[8] José A Lutzenberger formou-se engenheiro agrônomo pela UFRS, trabalhou em empresas de adubos químicos (Brasil) e na BASF (Alemanha), pediu demissão por não poder mais conciliar sua visão ecológica com as práticas da agro-química. Ao constatar os estragos causados pelos agrotóxicos na agricultura brasileira, assim como a devastação ambiental em geral, ajudou a fundar um movimento ambiental militante, a AGAPAN, onde ficou conhecido no Brasil inteiro.

antes dos governos militares.

Assim, percebe-se que o movimento ambientalista teve início, enquanto movimento dotado de caráter histórico, na década de sessenta, decorrente dos primeiros movimentos pacifistas, antinucleares, dentre outros, em resposta ao padrão adotado pelos Estados Unidos da América, sempre ancorado no autoritarismo, na sua indiscutível belicosidade e no seu estilo de vida baseado em um consumo absurdo de supérfluos. Entende-se tal padrão de movimento ambientalista como um movimento calcado na recusa, na falsa felicidade proporcionada pelo consumo, no trabalho insano e desmedido, no desenvolvimento vinculado exclusivamente à produção e no infeliz progresso armado. Observando-se, desta forma, a diversidade de perspectivas levantadas pelo movimento neste período.

A primeira metade dos anos 70 é marcada pelo "Brasil Grande", traduzido em obras como a construção da Ponte Rio - Niterói, do Metrô nas capitais, da Usina de Itaipu, da Transamazônica, do Pró-Álcool, da Ferrovia do Aço e do Programa Nuclear. Sob a bandeira do "milagre", a política econômica incentivava a transferência para o Brasil de tecnologias que estavam sendo rejeitadas pela opinião pública dos países do hemisfério Norte, tendo como exemplo as questões relacionadas com a energia nuclear, tanto para os EUA como para a Europa Ocidental.

O governo brasileiro continuava a reforçar o posicionamento apresentado na Conferência de Estocolmo[9]. A declaração de nossos delegados, de que nosso ponto principal era o desenvolvimento, de forma acelerada, e que cabia aos países ricos recuperar os danos ambientais não gerou reações da opinião pública contrárias às decisões proferidas na Conferência. O ponto relevante deu-se no sentido de que o Brasil, dentre os países latino-americanos, foi aquele no qual, de forma mais rápida, surgiram organizações que incorporaram e difundiram a questão e o discurso ambientalista. Assim, quanto mais o milagre econômico se concretizava, mais forte se tornavam os discursos e as temáticas ligadas às questões ambientais.

[9] Conferência realizada em 1972 na Suécia, destacou-se como um grande marco ambiental, pois chamou a atenção do mundo para a gravidade da situação neste setor. Nessa Conferência, os representantes brasileiros lideraram os movimentos contrários às propostas de parada no crescimento e transformação dos recursos naturais em patrimônio da humanidade. Tal posicionamento foi defendido como sendo uma manobra dos países mais abastados para impedir o progresso de outras nações, dentre elas do Brasil.

Chama-se a atenção para dois fatos merecedores de destaque por se tratarem de acontecimentos que foram decisivos para a aproximação entre os ambientalistas brasileiros e os movimentos ecológicos europeus. Primeiro, o acordo nuclear entre Brasil e Alemanha. O presente acordo, que visava à produção de energia nuclear no Brasil contribuiu para que ocorressem contatos entre brasileiros que lutavam em prol da defesa do meio ambiente e o movimento verde. O outro fato a ser destacado refere-se aos exilados políticos da "geração de 68", dentre eles Fernando Gabeira, Carlos Minc, Lizt Vieira e Alfredo Sirkis. Tais militantes retornaram do exílio em 1980 e trouxeram para o Brasil uma visão ecologista adquirida nos movimentos pacifistas que presenciaram na Europa em fins dos anos 70, tais como os movimentos verdes e os movimentos antinucleares.

A luta contra os agrotóxicos também figura entre as passagens importantes do ambientalismo brasileiro. Os estados da região Sul do Brasil destacaram-se neste embate, mas nacionalmente, o sucesso desta luta viu-se um tanto tímido, pois a força exercida pelo setor industrial de agrotóxicos deu-se mais forte.

Em 1981 introduziu-se na legislação brasileira a obrigatoriedade da realização de estudos e de relatórios de impacto ambiental, social e econômico para os empreendimentos que possam causar alterações ambientais. Em 1986 foi criado o CONAMA[10] e, na Constituição de 1988, introduziu-se, como resultado do trabalho do grupo ambientalista da constituinte, o capítulo VI, que faz menção às questões referentes ao meio ambiente.[11]

Não se pode deixar de mencionar que o combate à poluição e o apoio à preservação de ecossistemas naturais encerravam a perspectiva da problemática ambiental, que girava pelo Brasil nas duas décadas antecessoras da ECO-92, considerada por Viola (1992, p. 52), como o ponto fundamental da questão ambiental brasileira. A separação entre economia e ecologia era um marco fundamental das reivindicações dos ambientalistas, que não contemplavam discussões sobre eficácia e exaustão no uso dos recursos naturais, nem sobre as relações que faziam menção a respeito do crescimento populacional, da degradação

[10] O Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA é o órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente-SISNAMA, foi instituído pela Lei 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto 99.274/90.

[11] CAPÍTULO VI. Do Meio Ambiente. Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

ambiental, da justiça social e do desenvolvimento econômico. Só no final dos anos 80 é que a dissociação entre economia e ecologia começou a sofrer alterações. Nos anos 90, toda a problemática ambiental passou a ser colocada para além do que se tratava de combate à poluição e da preservação dos ecossistemas, pontos predominantes à fundação e à solidificação do ambientalismo em nosso país.

2.10 AMBIENTALISMO E MOVIMENTOS SOCIAIS

Dando seqüência à presente abordagem, se faz importantíssima uma observação da questão Movimento Social e Ambientalismo. Deixando claro que os dois movimentos encontram-se ligados, quer por suas intenções mais básicas, quer por suas conseqüências na seara das ONGs.

Ferreira (1999, p. 37-38), conceitua movimento social como uma forma de mobilização coletiva capaz de reinventar a sociedade e a vida política. Para a autora, um movimento social deve ser portador de um projeto histórico-social de transformação da sociedade como um todo. Um movimento social é dotado de fôlego suficiente para “a aglutinação de diferentes interesses, expectativas e valores, onde a capacidade de homens e mulheres para fazerem a sua história atingiria o grau mais elevado e refinado”.

Quando o ambientalismo surgiu, a literatura especializada em movimentos sociais caracterizava-o como um novo movimento social o qual, emergindo da classe média urbana intelectualizada, aparentava que queria muito mais a aceitação de suas idéias do que a transformação da sociedade. Com o passar do tempo, o ambientalismo surpreende a todos esboçando intenções mais amplas, dialogando com outros segmentos sociais, ultrapassando suas próprias idéias de oposição a uma sociedade predatória e imediatista, para esboçar um novo projeto de sociedade (FERREIRA, 1999, p. 37).

A autora em questão argumenta que o ambientalismo não se trata de um movimento apenas de visão social. Alguns de seus setores possuem uma atuação típica de grupos de pressão ou de interesse, priorizando suas reivindicações e de parcelas da sociedade. Outros atuam na esfera cultural, batalhando por uma mudança radical de condutas, hábitos, códigos e de valores. Contudo, haveria uma

parcela do ambientalismo influenciada pelo debate acadêmico, com grande visibilidade pública e influência crescente sobre seus parceiros, que se reconhece como um ator social, portador de um projeto de sociedade, ainda não “redigido”, mas já esboçado. Ela entende que tal promessa de universalidade nos obriga a pensá-lo como um movimento multissetorial que penetrava o Governo, a Academia, o empresariado, além de outros movimentos sociais, políticos e civis (FERREIRA, 1999, p. 42).

Ao citar Castells, Furriela (2002, p. 151) diz que este entende que o ambientalismo constitui um novo tipo de movimento social, argumentando que devido “sua atuação descentralizada, multiforme, voltada para um trabalho em rede e altamente propagada pelo mundo” se deve reconhecer o movimento ambientalista como um movimento social. O autor identifica que esse movimento é portador de características básicas que um movimento social deve possuir: identidade, adversário e metas.

Assim, ainda seguindo as idéias de Castells, verifica-se que um dos segredos do sucesso do ambientalismo advém do fato de ter conseguido se adaptar melhor às condições de comunicação e mobilização dentro do novo paradigma tecnológico, se comparado às outras forças sociais. Pela habilidade de criação de eventos que chamam a atenção da mídia, os ambientalistas conseguem atingir uma audiência muito maior que a sua base de constituintes. Muitos representantes do movimento, como o Greenpeace, estabeleceram uma relação simbiótica com a mídia, utilizando-se de novas e modernas tecnologias de comunicação, tudo com muita destreza, como é o caso da internet, mobilizando um grande número de pessoas, militantes ou, simplesmente, de participantes.

Em relação ao ambientalismo brasileiro, acrescenta-se que tal questão não goza de uma opinião unânime, mas é importante colocar que os resultados das intenções pretendidas pelo movimento, estas sim, são mais diretas, dotadas de um menor número de divergências entre pesquisadores, entre autores ou entre o público em geral.

Existem certas particularidades que compõem o alicerce das entidades ligadas ao ambientalismo, dotando-as de um dinamismo, perfeitamente adaptável às novas realidades, mutáveis e mutantes, ligado-as à marcha incessante da humanidade em busca das melhores adaptações ao meio, procurando preservar, reparar e adaptar

as realidades diversas com os frutos saudáveis que possam vir a ser colhidos de uma harmônica existência da humanidade, industrializada ou não, ocidental ou não, cética ou não, com o planeta.

O campo de atuação faz-se vasto e delicado, desafiador e frágil, pois congrega todos os pontos inerentes à sociedade humana. Logo, não se pode conceber todo volume de trabalho que se apresentam, dia-a-dia, nas mãos de órgãos puramente políticos, defensores de determinadas bandeiras que, muitas vezes, não compartilham das mesmas metas, das mesmas idéias de seus opositores. Assim, fica praticamente inviável o sucesso, em quaisquer campos, sem a participação de verdadeiras entidades, que possuam a finalidade essencial de manutenção de bem-estar humano e ambiental que, obviamente, culminará com a melhoria nos padrões de vida de todos.

Nessa aproximação, como bem apresentado por Pinto (2006, p. 660), as ONGs fazem parcerias com movimentos sociais, criando grupos de pressão contra o governo, sendo que, atualmente, “muitos movimentos sociais expressam-se por ONGs, outros apenas relacionam-se com elas, e estas, por sua vez, podem existir completamente independentes dos movimentos”.

Em seu trabalho Furriela (2002, p. 139), coloca que o movimento ambientalista foi escolhido para servir de exemplo das dificuldades enfrentadas pela sociedade civil em participar de processos de ordem pública, referentes às questões ambientais, principalmente à gestão ambiental, dada a sua melhor capacidade de articulação e atuação, sempre mais efetiva, em tais espaços. Portanto, em termos ambientais, o ideal é aliar a questão filosófica de base eminentemente teórica, com uma real possibilidade de aplicação prática. A atuação social ou que exija determinada participação social, seja em qual esfera for, pode e deve contar com a presença efetiva das ONGs , principalmente onde o ser humano se encontra mais afetado, ou seja, naquelas que apresentam risco à sua sobrevivência e à sua dignidade.

Fonseca e Pinto (2001, p. 296), destacam que um dos pontos mais relevantes para a expansão do movimento ambientalista tanto no Brasil quanto em outros países do mundo, esteja relacionado às ONGs, quer de forma indireta ou, em muitos casos, até diretamente. Isto se pode afirmar devido ao crescimento em número de tais instituições, que passaram a atuar em verdadeiros nichos resultantes de lacunas

de atuação governamental, presentes tanto nas áreas relacionadas à sobrevivência humana, quanto nas áreas carentes de políticas governamentais ligadas à conservação e preservação dos recursos ambientais.

2.11 AS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS AMBIENTALISTAS

O ponto principal para a presença das ONGs ambientalistas reside, em sua essência, no efeito nocivo da atividade humana, que pode ser interpretada como a necessidade de expansão econômica e como a necessidade de atualizar tendências ligadas à conduta do ser humano em sociedade. Observa-se, também, que apesar das tendências relacionadas à dinâmica social e demográfica, o Estado não se apresenta como oferecedor de soluções, principalmente daquelas que tenham a fiel condição de conciliar, harmonicamente, as verdadeiras e reais necessidades de desenvolvimento com a conservação da real qualidade do meio ambiente.

Assim, diante da velocidade com que as informações são passadas, compreende-se serem a ineficiência e a ineficácia do governo as razões essenciais que levam à formação das entidades ora em estudo, as quais existem com a finalidade de garantir uma melhora nos padrões de vida da população e demonstram um determinado grau de credibilidade para garantir melhores condições de desenvolvimento e de manutenção da humanidade.

Independentemente do número de papéis que estejam sendo e que venham a ser exercidos pelas inúmeras ONGs ambientalistas, constata-se, de forma definitiva, que o fenômeno ONG existe e encontra-se presente de forma evidente.

No contexto político atual, a importância das ONGs reforçou-se ainda mais com a aprovação da Agenda 21 em 1992, onde, em seu Capítulo 27 [12] , existe o reconhecimento de que “as organizações não-governamentais desempenham um papel fundamental na modelagem e implementação da democracia participativa”. Segundo este capítulo, a credibilidade das ONGs provém do papel responsável e

[12] A Agenda 21 Global, segundo o MMA, é um plano de ação para ser adotado global, nacional e localmente, por organizações do sistema das Nações Unidas, governos e pela sociedade civil, em todas as áreas em que a ação humana impacta o meio ambiente. Constitui-se na mais abrangente tentativa já realizada de orientar para um novo padrão de desenvolvimento para o século XXI. Contêm 40 capítulos, sendo o de número 27 intitulado: Fortalecimento do Papel das Organizações Não-Governamentais: Parceiros para um Desenvolvimento.

construtivo que elas desempenham na sociedade, e sua independência constitui condição prévia para uma participação genuína. A Agenda 21 reconhece, ainda, que a experiência variada e o conhecimento especializado das ONGs as transformam em verdadeiros agentes, indispensáveis para a eficaz implementação do tão almejado desenvolvimento sustentável.

Constata-se que foi notável o crescimento das ONGs vinculadas ao ambientalismo, tanto em número quanto em espectro de atuação, no final do século XX. Sua atuação tornou-se cada vez mais legítima e ampliada, na medida em que a população procurava os meios mais significativos de expressar a insatisfação com os sistemas políticos e econômicos vigentes.

O poder de influência advindos dessas organizações expandiu-se na medida em que foram se profissionalizando e ocupando mais espaço na grande mídia. Com o advento da ECO-92, as ONGs fortaleceram suas redes de atuação e estabeleceram os focos de ação de forma mais clara. Desde então, tem se assistido a uma verdadeira e intensa profissionalização desse setor que, sem sombra de dúvida, já pode ser considerado uma importante força econômica em muitos países do mundo (FURRIELA, 2002, p. 149).

Atualmente, estas entidades ambientalistas têm surgido de forma majoritária, principalmente em virtude dos padrões científicos sobre a problemática do aquecimento global e suas conseqüências e das relações de atuação do homem com a extinção de determinadas espécies de fauna e flora.

Agora, torna-se de fácil entendimento a ligação emblemática das ONGs com o movimento ambientalista. A questão ambiental, que se encontra, em ampla maioria, ligada às participações das ONGs, cedeu lugar a um tipo de movimento, com composição teórica e prática, apto a entender e compreender suas eventuais causas, bem como seus respectivos reflexos na qualidade de vida, nas condições necessárias à existência de uma sociedade mais viva e saúda vel. Toda questão ambiental, não relacionada apenas a alguns setores específicos, mas se tratando de meio ambiente *lato sensu*, refere-se, essencialmente, à atuação do homem em seu ambiente de vida, como vive, como se alimenta, seus resíduos individuais e a expansão econômica apresentada em todos os continentes.

A percepção da problemática ambiental não se apresenta de forma homogênea e abrange um elevado número de idéias relacionadas às concepções e

estratégias para a solução dos diversos problemas que se descortinam. As diversas formas de manifestação e de apresentação da crise ambiental irão sempre depender do contexto geográfico de abrangência e da proporção que determinadas crises, permanentes ou não, poderão tomar, não importando quais setores venham a ser abarcados por esta, podendo estar presentes, individualmente ou concomitantemente às questões econômicas, geográficas, culturais, sociais e, principalmente, políticas. E, mais uma vez, entende-se o motivo da não existência de padrões para a prática de questões ambientais unificadas.

O desenvolvimento de cada setor, ligado às efetivas participações das ONGs, encontra-se consolidado nas alterações dos padrões sociais, políticos e institucionais, enfim, em todas as mudanças que possuam como objetivo o aproveitamento racional dos recursos naturais e a capacidade de produção de determinada região, de determinado povo, para o desempenho consciente e seguro, necessário à elevação de padrão de vida das pessoas. O aproveitamento da produção ecológica, dos recursos naturais e da energia social, presentes em todos os tipos de valores e nas práticas costumeiras de cada região, carecem de apoio, de orientação, de um norte, para a manutenção de um meio ambiente perfeitamente viável e, principalmente, saudável.

Assim, entende-se que as ONGs apresentam um importante papel de democratização do poder e de construção de uma verdadeira cidadania. Como bem explana Furriela (2002, p. 163), pode-se levantar a argumentação de que é legítimo o querer de muitas dessas organizações de maior acesso aos recursos necessários para a consecução dos seus projetos filantrópicos, bem como o treinamento e a capacitação. É indispensável que o Estado e a iniciativa privada atentem para o importante e verdadeiro papel dessas organizações, no que concerne à promoção da melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente, e disponibilizem mecanismos e recursos que possuam como escopo o atendimento das demandas daqueles que se dedicam à causa pública. Estes, por sua vez, devem ser criteriosamente organizados e fiscalizados, para garantir que os recursos empregados sejam realmente destinados aos fins pelos quais foram angariados, atendendo os reais objetivos, verdadeiramente prioritários, da gestão ambiental.

Logo, conclui-se que os males relacionados às questões ambientais, são oriundos do que se tem a certeza de afirmar, ou seja, da ineficiência das esferas

governamentais, da busca incessante pelo poder desmedido e da não preocupação com as esferas sociais mais prejudicadas com as decisões politiqueiras e inconseqüentes vindas de determinados atores empresariais e governamentais.

Deste modo, não se pode negar, a importância e a finalidade das ONGs no Brasil, pois, quando se discute problemas relacionados com a questão ambiental, entende-se que estes tiveram origem em uma real situação de risco. E, para pensar situações de risco, principalmente aquelas que são apontadas e definidas pelos conservacionistas, pelos ecologistas do bem-estar humano, pelos preservacionistas e pelos ecocêntricos, é preciso considerar as entidades ambientalistas e suas decisões, reflexivamente tomadas, politicamente definidas, criticamente avaliadas diante das encruzilhadas que a lógica produtiva moderna constrói no tocante às possibilidades de regeneração dos sistemas ecológicos e, no limite das próprias possibilidades de continuidade da espécie humana que, até então tem, neste planeta, sua principal fonte de recursos para a sua sobrevivência (TAVOLARO, 2001, p. 213).

2.12 A QUESTÃO AMBIENTAL EM CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA

2.12.1 A Cidade de Curitiba

Pode ser dito que a questão ambiental na cidade de Curitiba tem seu início com o planejamento urbano da cidade, datado entre 1853-1854, quando da emancipação política do estado do Paraná. Nessa época, segundo Oliveira (2001, p. 97), destaca-se o papel do engenheiro francês Pierre Taulois, contratado em 1855 como Inspetor-Geral de medição de terras públicas, cuja missão acabaria propondo a realização de algumas reformas na infra-estrutura urbana da cidade, sobretudo no que diz respeito ao arruamento e à retificação das principais ruas.

Desde então, a cidade passou por pequenas, mas numerosas, mudanças no que dizem respeito à infra-estrutura urbana, sendo que o denominador comum a elas era a modernização. Em seu nome, elaborou-se em 1895, um primeiro Código de Posturas. Graças a ele, entre outras normas, proibiu-se a construção de casas de madeira no centro da cidade, calçaram-se ruas centrais e substituíram-se os bondes

puxados por mulas pelos bondes elétricos. O segundo Código de Posturas, datado de 1919, sempre respeitando o mesmo princípio de modernização, trouxe como novidades marcantes a circulação de veículos e o alargamento de ruas até que, em 1929, a cidade ganhou uma nova planta. Observa-se que a lógica era, como bem afirma Menezes (1996, p. 89), “a de que a solução para os problemas urbanos não estava na intervenção sobre a estrutura social e política das cidades, mas na sua infra-estrutura físico-espacial”.

Na década de 1940, o então prefeito de Curitiba decide conceber um plano diretor para o município, para tanto contrata-se o urbanista francês Alfredo Agache que elabora o Plano Agache (1943), como ficou conhecido posteriormente, representando a primeira tentativa de ordenação da cidade vista como um conjunto. Tal plano englobava três áreas: saneamento e arborização, circulação e órgão funcionais (OLIVEIRA, 2001, p. 97). Nota-se que nesta época a questão ambiental já estava presente no planejamento urbano, com a preocupação na drenagem dos banhados, canalização dos rios, arborização das ruas e avenidas, criação de parques e de um horto municipal.

Na década de 60 o Plano Agache é reexaminado, pois suas intervenções haviam se tornado obsoletas em virtude do grande crescimento populacional. O índice de áreas verdes era menor que 1 m²/hab., enchentes e inundações eram freqüentes, loteamentos clandestinos se proliferavam, o sistema de saúde e educação estavam defasados, uma atmosfera cinzenta permeava a cidade (MENEZES, 1996, p. 91).

Devido a este quadro, o referido plano foi substituído pelo Plano Serete onde, dentre suas características principais, se encontra uma acanhada preocupação ambiental. Conforme este plano, a cidade deveria passar por três transformações básicas: física, cultural e econômica com o objetivo de integrar as funções da cidade valorizando a presença do homem no seu meio. A intenção era mudar a mentalidade da população, transformando a relação desinteressada que até então se estabelecia com a cidade, valorizando o sentimento de identidade das pessoas. O curitibano deveria valorizar e respeitar sua cidade.

Em fins dos anos 60 e início dos anos 70, a modernização agrícola acelerada e a construção de grandes hidrelétricas, especialmente nas regiões oeste e sudeste do Estado, onde predominavam as pequenas propriedades, desestrutura a

organização social tradicional do meio rural paranaense. Esta desestruturação, segundo Menezes (1996, p. 105), estabelece um processo generalizado de seleção/exclusão no meio rural, impulsionando o fluxo migratório para a capital, levando a uma ocupação forçada de áreas consideradas desaconselháveis à habitação e passíveis de degradação ambiental. É neste período, segundo o autor, que o poder público local obriga-se a definir respostas à questão ambiental, evidenciando as representações de interesse local.

Neste contexto surge, dentre outras no país, a Região Metropolitana de Curitiba, que apresentou durante a década de 1970 a mais alta taxa de crescimento dentre todas as demais regiões metropolitana do país, seja tomando somente o município de Curitiba ou o conjunto de seus municípios. Muitos loteamentos surgiram desse processo, principalmente em municípios ligados geograficamente à cidade de Curitiba, pois este município, além de possuir um mercado imobiliário mais seletivo que os municípios limítrofes, também apresentava um maior controle do uso do solo urbano.

Outros locais que atraíam as famílias de baixa renda eram as áreas de mananciais, uma vez que, embora sendo desaconselháveis a habitação e passíveis de degradação ambiental, eram a única opção para muitas destas famílias, além de estarem livres de uma legislação que impusesse regras de ocupação (MENEZES, 1996, p. 109).

A questão ambiental propriamente dita, relacionada com a cidade de Curitiba - “Capital Ecológica” -, fonte propícia para o surgimento de ONGs ambientalistas, originou-se basicamente nos anos 70, com o primeiro governo de Jaime Lerner (1971-1974), para se firmar de maneira definitiva na década de 80, com os sucessivos governos de Jaime Lerner, Maurício Fruet e Roberto Requião e nos anos 90, principalmente nas gestões de Lerner e de Rafael Greca. García (1997, p. 70), ao fazer uma síntese do imaginário de Curitiba, coloca da seguinte forma: “Anos 70: cidade funcional, cidade humana, cidade laboratório. Anos 90: capital ecológica, cidade modelo, cidade com melhor qualidade de vida do país, capital brasileira de Primeiro Mundo”.

No entanto, García (1997, p. 70), afirma que no mito da cidade “ecológica”, cidade “modelo”, cidade “humana”, há uma forte associação entre cultura dominante e senso comum, opinião pública e massificação cultural. O padrão de vida veiculado

encontra-se associado ao modo de vida das camadas médias, ocorrendo um apagamento das diferenças sociais para a difusão das imagens do lugar, divulgando-se estilos de vida, hábitos de apropriação do espaço e de consumo de bens e serviços que fazem parte, visivelmente, da classe média (GARCÍA, 1997, p. 71).

Foi somente no início dos anos 70, durante a primeira gestão de Lerner (1971/1975) que a tradição curitibana na preservação de áreas verdes se institucionalizou), visto que, como bem afirma Menezes (1996, p. 102), "os problemas ambientais eram considerados no rol dos problemas que obstaculizavam o desenvolvimento econômico da cidade".

Assim, no final de sua primeira gestão, o índice de área verde atinge 16 m²/hab., sendo que, as intervenções ambientais realizadas foram, de maneira mais direta e específica, as seguintes:

1 a implantação de três grandes parques públicos: o Parque Barreirinha, o Parque Barigüi e o Parque São Lourenço. Estes dois últimos tiveram por objetivo além do social, o de conter as enchentes dos rios que cortam a cidade bem como de preservar suas matas ciliares; e
2 a Lei Municipal nº 4.557/73, que dispunha sobre a proteção e a conservação da vegetação de porte arbóreo.

Ainda ligada à proteção da vegetação, a prefeitura municipal de Curitiba (PMC), em 1972, lançaria uma campanha com o objetivo de proteger e de estimular o plantio de árvores, cujo lema era "Nós damos a sombra, você a água fresca". Com esta forma de atuação, Curitiba torna-se reconhecida nacionalmente, tanto pelo trabalho realizado na cidade quanto pela proposta de co-responsabilidade da população, estimulando, desta forma, uma vontade geral da população em discutir a cidade e o plano urbanístico, fazendo com que ela se sentisse parte de seu espaço coletivo de vida.

No período de 1975-79, foi criada a Lei nº 5.234/75, também conhecida como Lei de Zoneamento e Uso do Solo. Graças a ela, foram criados os setores especiais de preservação de fundos de vale, permitindo, por exemplo, que a área do Parque Iguaçu, começasse a ser desapropriada. O objetivo, nessa medida, era a preservação não só de fundos de vale e córregos, mas também das matas ciliares de seu entorno contra a especulação imobiliária e a ocupação clandestina

(OLIVEIRA, 2001, p. 100).

O autor também coloca que, em meados desta década, foram regulamentados os Setores Especiais de Preservação de Fundo de Vale através do Decreto 400/1976. O ineditismo do conceito de preservação de fundo de vale fez com que muitos municípios repensassem suas ações em áreas passíveis de degradação ambiental, pois, até aquele momento, as únicas soluções eram os aterros e a canalização.

Na década de 70, outro marco importante com relação à preocupação ambiental, foi a instalação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC). Sua idealização teve por principio o impacto causado pelas indústrias no meio ambiente urbano e sua implantação seguiu a política de uso do solo em vigência, desta forma foram observados critérios de instalação como a topografia adequada, a preservação dos recursos hídricos e até mesmo a direção adequada dos ventos para verificar a dispersão da poluição atmosférica (MENEZES, 1996, p. 101).

Entretanto ressalta-se que, como bem colocado por Oliveira (2000, p. 183), de nada adianta vangloriar-se do caráter não-poluente das indústrias instaladas na CIC, se os municípios vizinhos, carentes de capitais, “permitem e/ou estimulam a implantação de todo e qualquer empreendimento industrial dentro de suas divisas”. Pois, continua o autor, devido à falta de uma concreta coordenação de iniciativas da área metropolitana, aos municípios vizinhos se dirigem “todas as mazelas e problemas cujo ingresso foi vetado na capital”.

Nas décadas de 60 e 70, as conquistas ambientais na cidade de Curitiba se resumiram, essencialmente, ao aprimoramento da legislação ambiental e à preservação e à criação de áreas verdes, não existindo um programa explicitamente ambiental. Apenas no início dos anos 80 surge, dentro do rol de propostas do novo governo, uma política ambiental fundamentada em três dimensões integradas: preservação ecológica, saneamento e coleta e tratamento de resíduos sólidos. Neste período é organizada a atividade dos catadores de papel, surgindo o primeiro projeto de reciclagem do lixo de Curitiba, bem como é incentiva-se a limpeza dos terrenos ociosos da cidade (MENEZES, 1996, p. 103).

Conforme estudos realizados por Oliveira (2001, p. 100), no período de 1972-1982 foram criados 03 parques e 03 bosques, constatando-se que nenhum outro período da história de Curitiba conheceria um incremento tão grande das áreas

verdes urbanas. Ainda, segundo o autor, nos anos 80 houve mais alguns avanços no que se refere à questão ambiental no município de Curitiba. Com a criação da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, em 1986, o Executivo passava a assumir o monitoramento ambiental do município que, até então, vinha sendo feito por órgão estadual. Esta secretaria abarca os setores de limpeza pública e de cemitérios; o de parques, praças e preservação ambiental; bem como o monitoramento da poluição hídrica, sonora e atmosférica.

Menezes (1996, p. 128-130), coloca que com a criação da SMMA, a política de preservação de áreas verdes ganha novo impulso. Propunha-se que tão importante quanto o controle municipal sobre as áreas verdes era incentivar a população a formar e preservar tais áreas. Com esta política de preservação, observa-se uma incipiente consciência conservacionista entre os curitibanos, refletida, principalmente, na adesão às normas propostas e nas ações de denúncias, reclamações, sugestões e solicitações que chegavam à prefeitura. Tal política de preservação repercute no gerenciamento dos resíduos sólidos, na destinação final do lixo industrial e do lixo hospitalar. Encerra-se a década de 80 com avanços tanto na estrutura jurídica, quanto no despertar da consciência coletiva para com a problemática ambiental.

Foi também, no último ano da década de 1980, que Jaime Lerner fora eleito para prefeito, pela terceira vez, sendo o início de sua gestão marcado por intenso debate sobre a questão do meio ambiente e do desenvolvimento urbano, uma vez que acreditava-se que a saída para a crise socioambiental estava fundamentada na mudança de valores e práticas relacionadas ao meio ambiente.

Este período coincide com a busca de uma posição relativa de liderança da cidade de Curitiba perante outros territórios, para tanto cria-se um *city marketing* como mecanismo institucional de promoção e venda da cidade. A partir de então, a imagem da “cidade que deu certo”, da “capital da qualidade de vida”, impulsionou o desenvolvimento de novas atividades econômicas, que se apropriaram da positividade socialmente construída (GARCÍA, 1997, p. 108-111). Assim, surge a necessidade de se definir uma política ambiental que não fosse efêmera, mas sim que modificasse os valores e práticas com relação ao meio ambiente, visando oferecer uma permanente qualidade de vida à população (MENEZES, 1996, p. 153).

Para sustentar tal política, surge a educação ambiental como parte da filosofia

das atividades de planejamento da cidade. Para tanto, foi criado em 1989 um programa de educação ambiental com a proposta de atingir concomitantemente escolas, comunidades e parques públicos. Dois anos depois, cria-se a Universidade Livre do Meio Ambiente (Unilivre) com um objetivo inicial de: “Ser um celeiro de idéias para o meio ambiente e formar no cidadão a consciência da defesa ambiental como fator de sobrevivência” (UNILIVRE, 1992b, p. 1).

A questão dos resíduos sólidos (lixo), como bem coloca Menezes (1996, p. 159), foi o exemplo mais claro da co-responsabilidade entre município e população no empenho em buscar alternativas para reduzir seu volume e buscar alternativas de sua redução. Dois programas destacam-se neste período: o “Lixo que não é lixo” (incentivo aos habitantes para a separação do lixo nas residências) e a “Cambio Verde” (uma espécie de *compra do lixo*, voltado para as áreas que não ofereciam acesso aos caminhões de coleta normal de resíduos).

No entanto, afirma Oliveira (2000, p. 185), embora esta propalada política de recolhimento do lixo reciclável tenha projetado a cidade internacionalmente, ela obteve um alcance e uma importância muito menor do que a propaganda oficial pretendia. Apesar de seu caráter universal, oficialmente reconhece-se que somente 10,5% do lixo é separado e, como já esperado, nos municípios da Região Metropolitana o problema é bem pior, pois neles somente metade do lixo é recolhido e nada é separado.

A partir da década de 1990, a questão ambiental mundial ganha novo impulso com a Conferência realizada no Rio de Janeiro em 1992. Neste período Curitiba ganha o reconhecimento por seus programas recebendo diferentes prêmios por suas ações ambientais. Nestas premiações, havia o reconhecimento pelos resultados alcançados na promoção do desenvolvimento urbano e a melhoria da qualidade de vida.

Todavia, faz-se necessário analisar as palavras de García (1997, p. 120), quando esta afirma que o *city marketing* produzido mediante divulgação de sistemas articulados de estilos de vida e imagens apresenta um outro lado que se constrói na exclusão e segregação. A imagem-mito da cidade, continua a autora, esconde bolsões de miséria na periferia e áreas metropolitanas que a fazem estar mais próximas ao Quarto Mundo do que ao Primeiro Mundo. Na “Capital Ecológica” encontram-se grande número de pessoas vivendo em favelas, em áreas de sub-

habitações onde há falta de saneamento básico e a coleta de lixo é deficitária.

Verifica-se que o *city marketing* de Curitiba envolve métodos e estratégias que fazem com que o espaço urbano seja adaptado, sempre que possível, às necessidades e interesses de determinados grupos que visam a implementação de condições favoráveis à realização de suas atividades. A propaganda da cidade orienta-se pela demanda, o *marketing* opera mediante a informação, a comunicação, o convite a fazer uso da cidade. A internacionalização do mercado contribui para a reorganização do espaço e da sociedade, novos atributos, acessibilidade, tornam-se dominantes na qualificação do lugar, as cidades são alinhadas segundo critérios criados para medir sua capacidade de competir com as demais. A modernização faz com que se instaurem e agilizem condições favoráveis para os grupos mais fortes bem como condições para alienação dos cidadãos (GARCÍA, 1997, p. 121-123).

2.12.2 A Região Metropolitana de Curitiba

Não é mais possível discorrer sobre Curitiba e a sua reorganização do espaço, sem incluir os municípios vizinhos, pois todas as intervenções realizadas neste município devem estar dentro de uma perspectiva metropolitana.

Inicia-se esta discussão a partir da década de 1970 quando, devido ao grande êxodo rural ocorrido no Paraná, ocorreu uma intensificação do processo de ocupação da região metropolitana. Neste período, um grande contingente de imigrantes vindos do interior estabeleceu-se em áreas desaconselháveis à habitação, tratando-se de áreas de mananciais que representam aproximadamente 70% do território metropolitano. Lembrando que nestas áreas existem grandes números de lotes vagos, que representam uma ameaça de poluição ambiental, caso sejam ocupados.

Neste caso, observa-se o surgimento, como ocorreu com a localização de atividades industriais perigosas ou incomodas, de loteamentos clandestinos e irregulares com toda a leva de problemas que eles sofrem e provocam. Destacando-se a perda dos mananciais e das reservas de água, através da contaminação de esgotos e o lançamento de lixo doméstico (OLIVEIRA, 2000, p. 184).

Desta forma, a imagem que a cidade de Curitiba reflete só existe, tal qual ela é, devido aos serviços que os municípios localizados ao seu redor prestam à sua

manutenção. Embora, frisa o autor, dentro da “capital ecológica” se encontrem fontes pesadas de poluição, colocando a qualidade do ar de Curitiba em níveis abaixo da cidade de Araucária, um dos municípios que compõem sua Região Metropolitana e no qual se localiza o efetivo da indústria petroquímica.

Retomando a questão do desenvolvimento da RMC observa-se que, 45% da atividade mineral do estado é desenvolvida nesta região, sendo que tais atividades conforme a SEDU/COMEC (1994, p. 3-4), “por vezes se dão na clandestinidade facilitada pela falta de fiscalização e regulamentação, em empreendimentos de pequeno porte, e com tecnologias inadequadas”.

Com relação a questão ambiental na Região Metropolitana de Curitiba, destaca-se, de acordo com Menezes (1996, p. 109), que as primeiras preocupações efetivas com o controle do seu desenvolvimento caótico só ocorreram a partir de 1978. Através do Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI), foram estabelecidas diretrizes para garantir o planejamento metropolitano. Dentre elas destacam-se a preservação dos recursos hídricos e outros de caráter ecológico, a geração de riquezas através da otimização da exploração mineral e agropecuária, além do desenvolvimento industrial e, por fim, a melhor condição de vida da população metropolitana (COMEC. PDI - 1985).

Contudo, segundo Menezes (1996, p. 110), fatores como a falta de integração entre o planejamento urbano de Curitiba e o de sua Região Metropolitana, a pouca agilidade das prefeituras em elaborar e implantar planos integrados , bem como a inexistência de instrumentos legais que garantissem sua eficácia, contribuíram para limitar o alcance do Plano de Desenvolvimento Integrado.

Para agravar este quadro, a partir da década de 1990, houve a criação de diversos novos municípios paranaenses em períodos pré-eleitorais. Esta multiplicação também atingiu a RMC, resultando na criação de quatro novos municípios por meio de desmembramento e, logicamente, neste fracionamento do território metropolitano, os custos socioambientais não são levados em consideração.

Então, de um lado encontrava-se Curitiba que, com sua política ambiental, procurava assegurar uma qualidade de vida aos seus moradores e, do outro, uma Região Metropolitana carente de projetos socioambientais. Ocorrendo, segundo Fowler (2000, p. 90) uma total desarticulação entre Curitiba e os demais municípios

integrantes da RMC. Surgindo assim a necessidade de um planejamento com uma abordagem metropolitana, pautado numa gestão regional fundada em acordos, compensações e pactos territoriais que priorizem “a atuação nas áreas segregadas de Curitiba e Região Metropolitana, como forma de conter a miséria, superar as desigualdades e garantir os direitos da cidadania”.

Mostra-se necessário, a partir de então, a busca de programas e projetos integrados para os municípios metropolitanos e de articulações dos diversos órgãos atuantes na região. Pois, devido à disparidade existente entre os municípios é imprescindível que os recursos existentes sejam compartilhados, e o planejamento ocorra em diversas áreas como, por exemplo, a de uso do solo, emprego e renda, saneamento básico, reciclagem de lixo e transporte coletivo, proteção e preservação do meio ambiente, dentre outras (FOWLER, 2000, p. 91).

Ao analisar o processo de ocupação da grande Curitiba, verifica-se que este foi condicionado por diversos fatores, dentre os quais destacam-se: o valor elevado do solo urbano em Curitiba, os vazios urbanos gerados pela retenção especulativa e em contra partida a ampla oferta de lotes com preços acessíveis nas áreas próximas à Curitiba, as restrições acarretadas pela Lei de Zoneamento de uso e ocupação do solo, a legislação urbana mais flexível nos municípios vizinhos, loteamentos irregulares situados próximos aos acessos viários de Curitiba (GARCÍA, 1997, p. 152).

García (1997, p. 153), coloca que tais processos foram os responsáveis pelo surgimento de extensas periferias e cidades dormitórios, demonstrando o modelo excludente da urbanização de Curitiba e a segregação sócio-espacial da população. Por isso, continua a autora, pode-se dizer que “a modernização urbana de Curitiba foi determinante tanto na produção da “capital de Primeiro Mundo” quanto na produção das periferias de terceiro mundo da Grande Curitiba”.

No entanto, é importante lembrar que, embora a cidade de Curitiba carregue o estigma de “cidade modelo”, “capital da qualidade de vida”, cidade que possui condições de vida urbana superiores à maioria das metrópoles brasileiras, existem diversos problemas a serem enfrentados. Ao analisar os serviços de saúde, educação, transporte coletivo, por ela apresentados, observa-se uma grande disparidade e certo nível de precariedade, distantes do aparente padrão homogêneo induzido pela imagem oficial. E com os municípios integrantes de sua região

metropolitana a situação é mais preocupante, pois apresentam e estão vendo crescer problemas como a falta de moradia, de infra-estrutura, a miséria, o desemprego e a violência. (GARCÍA, 1997, p. 153-154).

Portanto, os problemas apresentados tanto pela capital como pelos municípios integrantes de sua região metropolitana precisam ser enfrentados mediante políticas públicas integradas. Faz-se necessário elaborar programas de ação, que contemplem todos os municípios possibilitando, desta forma, um controle socioambiental dos municípios metropolitanos como um todo.

Assim, quando se fala em questões relacionados à política ambiental e à qualidade de vida, verifica-se que estes podem ser resolvidos com a tomada de consciência e com a boa vontade dos que se direcionam para as estradas da educação, completa, como meio essencial para se obter um determinado desenvolvimento e, mais do que isso, um verdadeiro progresso para a sobrevivência humana, quer em comunhão com os diversos ambientes existentes, quer com seu próximo.

De posse dos elementos estudados, será dado início a análise das informações coletadas nas entidades não-governamentais com sede em Curitiba e Região Metropolitana, que trabalham com as questões socioambientais, estas, intimamente ligadas e encaradas como organizações de verdadeiro e relevante valor social, independente das metas básicas de seus campos de atuação.

3 MATERIAL E MÉTODOS

3.1 ASPECTOS GERAIS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA

3.1.1 A Região Metropolitana de Curitiba

O processo de metropolização do Paraná ocorreu em fins da década de 60 e início da de 70 do século XX, devido a fatores como a modernização do campo, que provocou um amplo movimento migratório da área rural para as cidades, e como o crescimento e a expansão da economia do Estado, decorrente do grande investimento estatal em infra-estrutura para atividades industriais. Este processo ocorreu num curto espaço de tempo e num ritmo acelerado, transformando a cidade de Curitiba e seu entorno, numa área de forte atração migratória (DESCHAMPS, 2004, p. 34).

Em 1970 a RMC sequer contava com um milhão de habitantes e em quase quatro décadas passa a abrigar mais de 3,2 milhões de pessoas, segundo estimativas do IBGE para 2008. A ocupação do espaço já na primeira década ultrapassa os limites territoriais do município, incorporando os municípios do entorno imediato à dinâmica metropolitana, formando assim uma aglomeração contínua (OBSERVATÓRIO, p. 1, 2009).

Segundo a COMEC, a configuração inicial da Região Metropolitana de Curitiba, quando da sua criação em 1973 pela lei Complementar Federal nº 14 de 8/06/1973, compreendia 14 municípios: Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Mandirituba, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais.

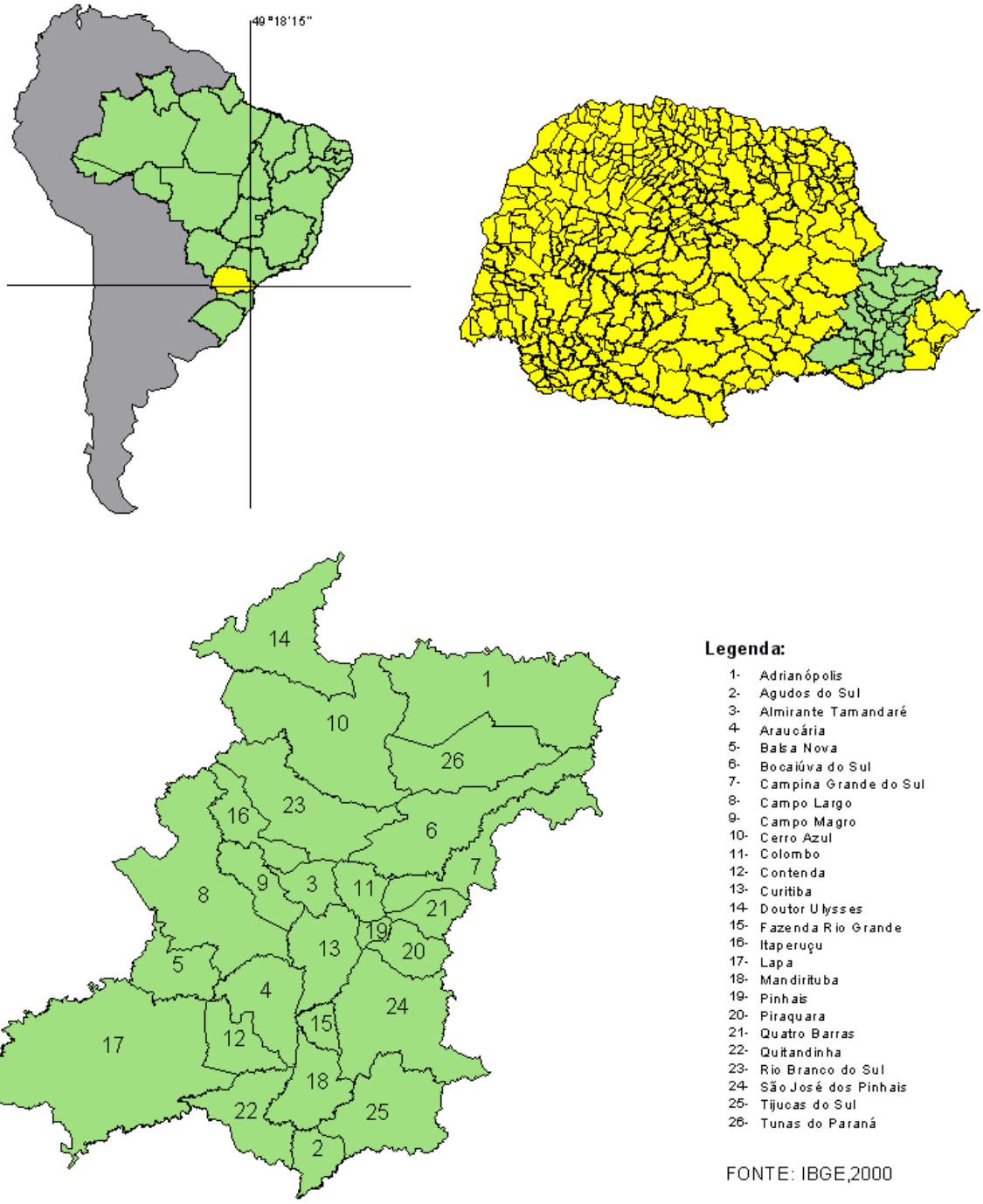
Esta configuração se manteve até a década de 90, quando estes municípios sofrem desmembramentos de municípios metropolitanos, originando novos municípios: Fazenda Rio Grande, criado em 1990 (desmembrado de Mandirituba); Tunas do Paraná, criado em 1990 (desmembrado de Bocaiúva do Sul); Itaperuçu, criado em 1990 (desmembrado de Rio Branco do Sul); e Pinhais, criado em 1992 (desmembrado de Piraquara).

No entanto, os limites do território metropolitano só foram alterados em 1994 pela Lei Estadual nº 11.027/94 com a inclusão dos municípios de Cerro Azul, Doutor Ulysses (desmembrado de Cerro Azul em 1990), Quitandinha (desmembrado de Contenda e de Rio Negro em 1961) e Tijucas do Sul (COMEC, 2006).

De acordo com a COMEC, em 1995 os contornos da RMC foram mais uma vez expandidos pela Lei Estadual nº. 11.096/95, com a inserção de Adrianópolis (desmembrado de Bocaiúva do Sul em 1960). Neste mesmo ano é registrado o desmembramento de Campo Magro do município de Almirante Tamandaré. A inclusão de Agudos do Sul (desmembrado de Tijucas do Sul em 1960) pela Lei Estadual nº 12.125/98 marcam a última alteração da década de 1990.

Atualmente, com a inserção da Lapa por meio da Lei Estadual nº 13.512/02, a Região Metropolitana de Curitiba agrega 26 municípios, os 14 originais, os 05 desmembrados destes e os 07 municípios integrados aos limites regionais por legislações estaduais. Como mostra o cartograma a seguir:

CARTOGRAMA DE LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO - REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA



Legenda:

1- Adrianópolis
2- Agudos do Sul
3- Almirante Tamandaré
4- Araucária
5- Balsa Nova
6- Bocaiúva do Sul
7- Campina Grande do Sul
8- Campo Largo
9- Campo Magro
10- Cerro Azul
11- Colombo
12- Contenda
13- Curitiba
14- Doutor Ulysses
15- Fazenda Rio Grande
16- Itaperuçu
17- Lapa
18- Mandirituba
19- Pinhais
20- Piraquara
21- Quatro Barras
22- Quitandinha
23- Rio Branco do Sul
24- São José dos Pinhais
25- Tijucas do Sul
26- Tunas do Paraná

FONTE: IBGE,2000

3.1.2 Aspectos Físicos

Com uma superfície total de 13.040,76 km², a Região Metropolitana de Curitiba está localizada quase totalmente no Primeiro Planalto Paranaense a 25°25'50"S e 49°16'15"O. Seus principais divisores naturais geográficos são, a Serra do Mar, a leste, divisor com a planície litorânea e a Serra da Escarpa Devoniana, a oeste, alcançando as bordas do Segundo Planalto Paranaense.

A Região Metropolitana de Curitiba apresenta, conforme documento publicado por IPARDES/COMEC (1979b, p.30), dois tipos climáticos principais: apresentando-se em quase sua totalidade o de tipo Cfb (Koppen) subtropical com chuvas bem distribuídas durante o ano e verões amenos e, em pequenas áreas nos extremos NO, NE e SE o de tipo Cfa, subtropical com chuvas bem distribuídas durante o ano e verões quentes.

As temperaturas apresentam máximas de aproximadamente 31°C e mínima de -1°C e uma temperatura média anual inferior a 20°C, fazendo com que ao longo do ano não existam grandes níveis de evapotranspiração, tornando os solos mais úmidos quando comparados aos do Segundo Planalto paranaense, onde chove menos, e aos do norte do Terceiro Planalto, onde as temperaturas são mais elevadas (MONTEIRO, 2006, p. 57).

Com relação à precipitação anual, segundo IPARDES/COMEC (1979b, p.31), observa-se uma oscilação entre 1300 e 1500 mm, porém há variações de uma região para outra. Por exemplo, no extremo noroeste e na região sudoeste perto de Balsa Nova é de 1200 a 1300 mm, já no limite oriental da Serra do Mar e no extremo sudoeste na zona montanhosa litorânea as precipitações são superiores a 1500 mm e em alguns pontos chega a atingir valores superiores a 4000 mm. Resumindo, pode-se afirmar, conforme o Índice Hídrico de THORNTHWAITE[13], que a RMC é predominantemente úmida, com uma faixa superúmida ao leste e semi-úmida nos extremos noroeste, nordeste e sudoeste.

Em seus estudos, IPARDES/COMEC (1979a, p.182/185) dividiram espacialmente a RMC em duas unidades geomórficas principais e três unidades de

[13] A classificação do clima de Thornthwaite é um sistema de classificação climática criado por Charles Warren Thornthwaite, no qual o fator mais importante é a evapotranspiração potencial e a sua comparação com as precipitações típicas de uma determinada área. Com base nesses dados, são calculados vários índices como o de umidade e o de eficiência térmica.

menor significação. A *primeira* abrange aproximadamente a metade sul da região, correspondendo à bacia do rio Iguaçu. É nesta área que estão situadas as nascentes e os principais afluentes de cabeceira do rio Iguaçu, sendo assim, uma área de vital importância ambiental. O desmatamento intenso de que esta área tem sido objeto tem implicado em um acelerado processo de erosão do solo.

A *segunda* unidade compreende a parte norte da RMC fazendo parte da bacia do rio Ribeira. Nesta área, especialmente devido às altas declividades das vertentes, a remoção da vegetação provoca um acelerado processo de erosão. Esta unidade apresenta solos com maior fertilidade quando comparados aos da região sul, bem como riquezas minerais.

As outras unidades geomórficas de pouco significado espacial são: a *Serra do Mar*, onde estão situados os mananciais que alimentam as nascentes de um importante grupo de afluentes de cabeceira do rio Iguaçu; a *Baixada Litorânea*, situada no extremo sudeste; e finalmente no oeste a região metropolitana ocupa um setor do *Segundo Planalto*, nesta unidade de campos naturais o relevo é suavemente ondulado, apresentando solos rasos e afloramento de rochas, o que limita sua aptidão agrícola.

3.1.3 Aspectos Populacionais

Diferentemente de outras regiões metropolitanas, o arrefecimento insinuado quanto ao crescimento das metrópoles durante a década de 1980 não se confirmou na década seguinte e, assim, a RMC segue como uma das regiões metropolitanas com o mais expressivo crescimento populacional do Brasil (IPARDES, 2005, p. 9).

Curitiba, já na década de 1970, supera a casa de 01 milhão de habitantes, diferenciando-se das demais cidades da região e mesmo do Estado. Ainda nesta década a ocupação ultrapassou os limites territoriais do município, levando a um substantivo incremento populacional da RMC. No período de 1990 a 2000 observa-se um incremento populacional nos municípios mais periféricos desta região.

Simultaneamente a este crescimento, houve a implementação de um processo de planejamento urbano em Curitiba, levando a um deslocamento da população para áreas externas aos seus limites administrativos. Nos anos 1970 as áreas que mais cresceram foram as fronteiriças, nos municípios vizinhos,

permanecendo nítidos vazios entre estas e as sedes municipais, formando um desenho de insularidade (IPARDES, 2005, p. 11).

Mesmo apresentando contingentes migratórios com destino a outras regiões do Estado ou a outros estados brasileiros, a Região Metropolitana de Curitiba constitui-se como destino de um fluxo contínuo de imigrantes, particularmente do interior do próprio Estado.

Segundo documento do IPARDES (2005, p. 13), os municípios que mais receberam fluxos migratórios foram os situados mais próximos à capital. Analisando os números do IBGE a respeito da população em Curitiba e Região Metropolitana, verifica-se que os municípios de Colombo, Curitiba e São José dos Pinhais foram os que sofreram maior acréscimo no número de habitantes nos últimos 30 anos. Somente em Colombo a população teve um incremento de cerca de dez vezes e Curitiba viu sua população triplicar.

Além de Curitiba, apenas Adrianópolis recebeu mais de 40% de imigrantes procedentes de outros estados ou países. Este fenômeno pode ocorrer devido sua localização fronteiriça com São Paulo e também por apresentar uma ocupação contínua com o vale do Ribeira. Dos imigrantes procedentes do interior paranaense, Campo Largo é, depois de Curitiba, o único município a receber mais de 40% de fluxo com esta procedência (IPARDES, 2005, p.14).

A dinâmica do crescimento demográfico apresenta outros condicionantes além das migrações, como, por exemplo, as taxas de fecundidade e mortalidade. Estas duas taxas apresentam uma trajetória acelerada de declínio, seguindo a tendência de todo o país. Assim, estas variáveis indicam um processo paulatino de envelhecimento, com redução de grupos etários mais jovens e aumento de adultos e idosos. Porém este quadro apresenta diferenças de intensidade no interior da região, principalmente quando se compara a cidade de Curitiba (totalmente urbanizada) com os municípios de características rurais na periferia da RMC. Estes apresentam uma população mais jovem do que a capital do Estado, já em Curitiba o índice de idosos apresenta os valores mais altos (IPARDES, 2005, p. 15).

Com relação à escolaridade da população na RMC observa-se, ao analisar o documento Indicadores Metropolitanos (IPARDES, 2005, p.20), que entre a população de 15 anos e mais de idade, o número de analfabetos corresponde a aproximadamente 5%, valor significativamente inferior ao observado para o total do

Paraná, que é de 9%. Internamente à região estes valores apresentam sutis diferenças, com as taxas de analfabetismo aumentando gradativamente do pólo (a menor taxa observada) para as regiões mais periféricas. Nestas, predominam municípios com um expressivo contingente de população rural bem como valores extremos de analfabetismo, como cerca de 30% em Tunas do Paraná e 24% em Adrianópolis. Porém, se for realizado uma análise em termos de concentração absoluta, a maioria dos analfabetos estão concentrados em Curitiba e nos seus municípios limítrofes, apresentando, naturalmente, algumas diferenças internas.

Com relação à caracterização da moradia, aproximadamente 78% dos domicílios da região são próprios, estando a grande maioria em Curitiba. Nela também está concentrada a verticalização, apresentando pouco mais de 97% dos apartamentos existentes na RMC. Curitiba apresenta também um grande número de domicílios com situação de inadequação fundiária (moradores não possuem propriedade do terreno), dentre os municípios metropolitanos nestas condições destacam-se Piraquara, principalmente na ocupação do Guarituba e Colombo. Curitiba também lidera a concentração de domicílios em aglomerados subnormais, sendo seguida de Colombo, Araucária e Almirante Tamandaré. Esse tipo de domicílio demonstra a precariedade das condições de moradia, seja resultante das condições físicas do imóvel ou do seu entorno, seja pela carência ou indisponibilidade de infra-estrutura e serviços (IPARDES, 2005, p. 26).

3.1.4 Aspectos Socioeconômicos

Em 2000, a RMC já apresentava um aumento da mancha contínua de ocupação, porém com grandes desigualdades, tanto com relação à dinâmica da economia quanto às condições socioambientais.

A internacionalização da economia leva a uma ocupação seletiva do espaço metropolitano, agregando os pólos automotivos, grandes empreendimentos empresariais, comerciais e de serviços, além de classes populacionais que apresentam mais altos rendimentos, atraídos pelas ofertas de condomínios de luxo. Essa desconcentração da atividade econômica alterou substancialmente o perfil da economia metropolitana com transformações socioespaciais e efeitos ambientais marcantes (IPARDES, 2005).

Houve a expansão física em direção a municípios vizinhos que ofereciam vantagens competitivas, houve reforço dos fluxos migratórios para estas regiões, porém, também houve um crescimento da desigualdade, pois a oferta de mão-de-obra não conseguiu atingir toda população, bem como não se efetivaram políticas públicas na escala necessária que viabilizasse o atendimento às novas e crescentes demandas.

Neste processo, alguns municípios menos dinâmicos não foram capazes de responder às exigências da modernização, permanecendo excluídos do processo, abrigando a população pobre e atividades segregadas. Estas novas ocupações muitas vezes encontram-se em áreas de mananciais de abastecimento hídrico ou em áreas que apresentam vulnerabilidade ambiental (OBSERVATÓRIO, 2009).

Atualmente, municípios como Araucária, Campo Largo, Rio Branco do Sul, São José dos Pinhais, promovem a dinâmica da economia metropolitana e outros, desempenham a função de dormitórios, como é o caso de Colombo, Almirante Tamandaré, Fazenda Rio Grande e Piraquara.

Desta forma verifica-se que a RMC apresenta estruturas sociais e econômicas diferenciadas, refletindo assim, no surgimento e consolidação das diferentes instituições não-governamentais analisadas no presente trabalho.

Analisando o contingente populacional inserido no mercado de trabalho, observa-se que há uma maior pressão por participação neste mercado nos municípios com maior integração ao pólo, sendo que esta pressão vem acompanhada por maiores taxas de desocupação, atingindo seu valor maior nos municípios classificados como de alto nível de integração. Ressalta-se que, as maiores taxas de ocupação, nas regiões com menor índice de integração, estão associadas a maior presença relativa de ocupações rurais, com condições produtivas precárias. Entre os municípios de baixo nível de integração, apenas Adrianópolis apresentava taxa de desocupação superior à média metropolitana (OBSERVATÓRIO, 2009).

A taxa de ocupação feminina na região é sempre inferior à masculina, observando-se as maiores diferenças nas regiões de maior integração à Curitiba, espaços onde a ocupação feminina é mais acentuada, ressaltando-se que mais de 50% dos desocupados na RMC eram mulheres (IPARDES, 2005, p. 32).

Ao se analisar os diferenciais de rendimento médio, observa-se que os

maiores encontram-se no pólo metropolitano devido a maior heterogeneidade ocupacional aí presente, refletindo em elevado nível de desigualdade socioespacial apesar de a cidade como um todo apresentar bom resultado.

Dado o volume populacional, a RMC concentra aproximadamente 18% das famílias pobres no Paraná, apesar de sua taxa ser uma das mais baixas entre as aglomerações urbanas do Estado. Nas regiões menos integradas à Curitiba a taxa de pobreza chega a ser quase cinco vezes maior que a verificada na capital, sendo que essa tendência crescente, do centro para a periferia é acompanhada também de maior participação de pobreza rural. Num nível mais elevado da pirâmide social (renda *per capita* familiar acima de 3 salários mínimos) verifica-se que Curitiba detém a maior concentração, englobando mais de 80% das famílias nessa condição.

3.2 METODOLOGIA

3.2.1 O Tipo de Pesquisa

O presente trabalho utilizou a estratégia qualitativa, pois, segundo Richardson et al (1990, p.80) esta metodologia pode descrever a complexidade de determinados problemas, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por determinados grupos sociais.

O método utilizado foi o estudo de caso, caracterizado por um estudo intensivo, onde é levado em consideração a compreensão, como um todo, do assunto investigado (FACHIN, 2001, p. 42). De acordo com Yin (2005, p. 19) o estudo de caso é utilizado quando as perguntas que guiam a pesquisa são do tipo *como* e *por que* e quando o objetivo principal é estudar um fenômeno contemporâneo inserido em contextos da vida real, especialmente quando, segundo o autor, " os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos" (2005, p. 32).

Estes estudos podem contar com o apoio da estatística e ainda, como meios auxiliares podem ser utilizados os formulários, a entrevista ou até mesmo, em casos excepcionais, o questionário como instrumento de pesquisa (FACHIN, 2001, p. 42).

A principal função do método "Estudo de Caso" segundo Fachin (2001, p. 43)

é a explicação sistemática dos fatos que ocorrem no contexto social e geralmente estão relacionados a uma multiplicidade de variáveis. Ainda, segundo a autora, quando ocorrem desta forma, os dados devem ser representados por tabelas, quadros, gráficos estatísticos e por meio de uma análise descritiva que os caracterizam.

Segundo Yin (2005, p. 68) a pesquisa de estudo de caso engloba tanto os estudos de caso único como os de casos múltiplos, pois um mesmo estudo pode conter mais de um caso único, quando isso ocorre o estudo utiliza-se um projeto de casos múltiplos, logo, o tipo de pesquisa utilizado no presente trabalho foi o de *estudo de multicasos*. Pois, ainda segundo o autor, a utilização de mais de um caso possibilita a obtenção de evidências mais convincentes, tornando o estudo mais robusto e facilitando a generalização analítica.

Fachin (2001, p. 43) coloca que, neste método permite-se chegar a uma correlação entre semelhanças e diferenças, utilizando-se das seguintes características auxiliares:

> a) características que são comuns a todos os casos no grupo como um todo;
> b) características que não são comuns a todos os casos, porém não são comuns em certos subgrupos; e
> c) características que são únicas de determinado caso.

Optou-se por realizar uma consulta direta aos representantes das organizações, pois, segundo Mattos (2002, p. 64), essa forma de coleta de dados "permite um levantamento mais autêntico das demandas, expectativas e problemas, freqüentemente não captados através dos canais formais de comunicação (questionários enviados pelo correio ou pela Internet)". Nesta forma de coleta de dados o depoimento e o discurso do entrevistado, fielmente reproduzidos, são as principais fontes da pesquisa.

Além das entrevistas pessoais, foram analisados documentos impressos das instituições, como documentos de projetos, *folders*, jornais, panfletos, fotos, dentre outros, bem como foram visitados *sites* das instituições ou projetos e noticiais publicados em meio eletrônico.

3.2.2 A Escolha das Organizações de Estudo

Foi realizado um levantamento, de caráter exploratório, das entidades a serem pesquisadas, o qual foi realizado junto aos órgãos ambientais das prefeituras dos municípios abrangidos pela pesquisa e nos cadastros de Órgão Ambientais como o Conselho Estadual do Meio Ambiente (CEMA), Cadastro de Entidades Não-Governamentais (CEENG), Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas (CNEA) e ECOLISTA.

O universo total das instituições levantadas resultou numa amostra de 62 organizações não-governamentais ambientalistas, cadastradas ou citadas pelas prefeituras. Porém, na tabulação deste cadastro, houve um decréscimo bem acentuado, em primeiro lugar, devido a grande parte das instituições não possuírem seus cadastros atualizados, e em segundo lugar, num número menor, não apresentarem relação direta com a área da pesquisa (RMC). Assim, da amostra inicial, resultaram apenas 20 organizações (Quadro 1).

QUADRO 1 – RELAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES QUE SE ENQUADRAVAM NA PESQUISA

INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO
AMAR – Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária	Araucária
APPAM – Associação Paranaense de Preservação Ambiental dos Mananciais do Rio Iguaçu e da Serra do Mar	Piraquara
ARCO-ÍRIS – Associação de Defesa da Natureza	São José dos Pinhais
CARAMURU - Organização de Proteção Ambiental e Conservação	São José dos Pinhais
CEDEA – Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental	Curitiba
ECO-RIOS – Associação de Defesa dos Rios e Meio Ambiente	Contenda
Fundação O BOTICÁRIO de Proteção à Natureza	Curitiba
GESLG – Grupo Escoteiro São Luiz Gonzaga	Curitiba
IDÉIA AMBIENTAL – Instituto de Pesquisa e Conservação da Natureza	Curitiba
IDS – Instituto de Desenvolvimento Sustentável	Araucária
Instituto Sócio Ambiental ARINDIANA JONES	São José dos Pinhais
LIGA AMBIENTAL	Curitiba
MATER NATURA – Instituto de Estudos Ambientais	Curitiba
MEACAM – Movimento Ecológico Amigos do Cambuí	Campo Largo
TERRA MATER – Instituto Indigenista e de Estudos Sócio Ambientais	Curitiba
TROUPE DO SACI	Lapa
SPVS – Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental	Curitiba
SOS – Biodiversity Gaia	Almirante Tamandaré
UNIBIO – Universidade Livre de Proteção á Biodiversidade	Fazenda Rio Grande
VOTUVERAVA	Rio Branco do Sul

Em seguida foi elaborado um questionário para a entrevista (Anexo), o qual possuía questões fechadas, nas quais poderiam ser assinaladas mais de uma alternativa, a respeito da entidade entrevistada e outras abertas que contemplavam as ações da instituição. Este questionário foi elaborado baseando-se no objetivo a ser alcançado e em questionários utilizados em outros trabalhos tiveram o mesmo escopo de pesquisa, como de Mattos (2002), de Wöhlke (2005) e de Perez (2005). Ele foi testado e posteriormente foram realizados os ajustes necessários para a

realização das entrevistas. O questionário apresentava dois momentos, o primeiro, focado nas principais ações realizadas pela instituição fora da Região Metropolitana de Curitiba, o segundo, apenas nas ações que abrangessem Curitiba e Região Metropolitana. Desta forma, se as atividades da ONG ocorressem somente fora da RMC o entrevistado responderia apenas a primeira parte, se ocorressem apenas na RMC, responderia a segunda parte, e, desempenhando atividade em ambas, responderia as duas.

Na etapa seguinte, as organizações que potencialmente participariam das entrevistas foram contatadas, por telefone ou correio eletrônico, com a finalidade de sondar se as mesmas estavam dentro do escopo de trabalho, bem como se haveria interesse em participar da pesquisa e, caso positivo, agendar as entrevistas. Nesta fase, houve um decréscimo na amostra de 20 entidades, pois 03 delas não responderam ao contato e com 02 não foi possível a realização da pesquisa. Restringindo o universo de entidades entrevistadas a 15 organizações.

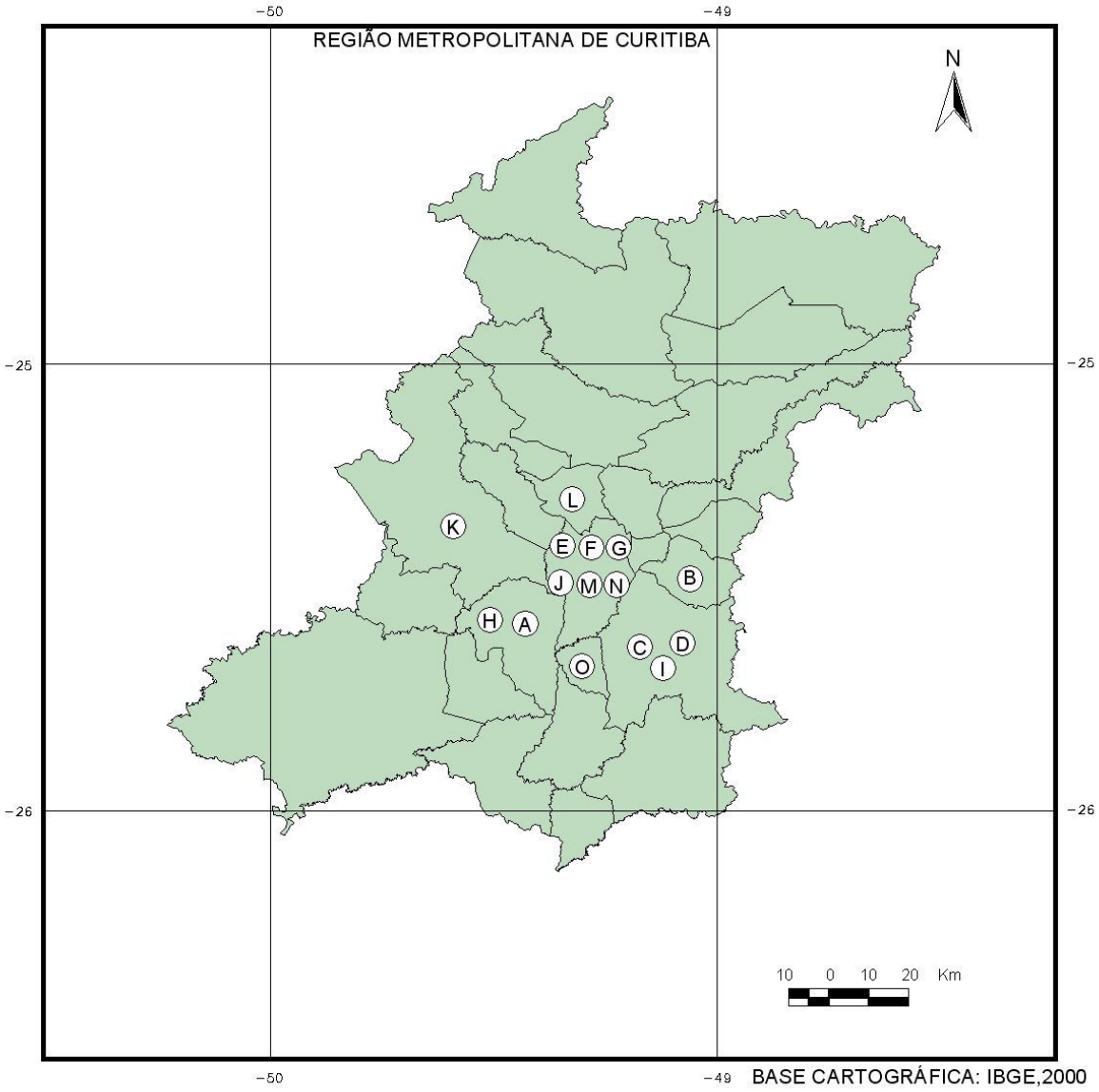
A seguir ocorreu a realização das entrevistas e a aplicação dos questionários pela autora, com os representantes das organizações. Por considerar-se que nem todas as perguntas eram pertinentes a todas as instituições, algumas foram deixadas de lado durante a entrevista. Bem como outras, foram colocadas no decorrer da conversa, devido à necessidade de uma compreensão maior de uma determinada atividade e/ou informação. Utilizando, desta forma, a técnica de entrevista semi-estruturada.

No Quadro 2 estão relacionados alguns dados primários relativos às organizações não-governamentais ambientalistas que fizeram parte do universo desta pesquisa. Posteriormente, encontra-se o Mapa 1 com a localização das sedes destas instituições.

QUADRO 2 – RELAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES PARTICIPANTES DA PESQUISA

INSTITUIÇÃO	ENDEREÇO	ENTREVISTADO (A)	ANO DE INSTITUIÇÃO FORMAL
AMAR - Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária	Rua Alfredo Parodi, 455 - Araucária - Pr	Lídia Lucaski - presidente	1983
APPAM - Associação Paranaense de Preservação Ambiental dos Mananciais do Rio Iguaçu e da Serra do Mar	Rua Adalberto de Andrade, 350 - Piraquara - Pr	Jorge Grando - presidente e Marina Zaitter - corpo técnico (eng. florestal)	1995
ARCO-ÍRIS - Associação de Defesa da Natureza	Rua Manoel Ribeiro de Campos, 629, ap. 02 - São José dos Pinhais - Pr	João Teixeira da Cruz - presidente	1997
CARAMURU - Organização de Proteção Ambiental e Conservação	Rua Manoel Ribeiro de Campos, 92 - São José dos Pinhais - Pr	Paulo Roberto Nêneve - diretor executivo	1998
CEDEA - Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental	Rua Rockefeller, 706, ap. 302-b - Curitiba - Pr	Laura Jesus de Moura e Costa - coordenadora geral	1988
GESLG - Grupo Escoteiro São Luiz Gonzaga	Rua Osório Duque Estrada, 560 - Curitiba - Pr	Gilmar Sielski - diretor de meio ambiente e comunidade	1954
IDÉIA AMBIENTAL- Instituto de Pesquisa e Conservação da Natureza	Rua Euclides Bandeira, 1635 - Curitiba - Pr	Marco Antonio Gomes Souto - corpo técnico (biólogo)	2003
IDS - Instituto de Desenvolvimento Sustentável	Rua Hermínio Grunato, 57 - Araucária - Pr	Arnaldo Muller - coordenador geral	1995
Instituto Sócio Ambiental ARINDIANA JONES	Rua Prefeito Francisco Quirino dos Santos, 13 Afonso Pena - São José dos Pinhais - Pr	Arivaldo W. de Oliveira - diretor presidente	1996
LIGA AMBIENTAL	Rua José Domakoski, 161 - Curitiba - Pr	Rafael Ferreira Filippin - coordenador jurídico	1991
MEACAM - Movimento Ecológico Amigos do Cambuí	Rua Arlindo Chimim, 50 - Campo Largo - Pr	Rodolpho Ramina - ex-presidente e membro	1994
TERRA MATER - Instituto Indigenista e de Estudos Sócio Ambientais	Rua General Aristides Atayde Jr, 131 - Curitiba - Pr	Obdulia Miranda - vice presidente	1990
SPVS - Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental	Rua Isaías Bevilaqua, 999 – Cur itiba - Pr	Clovis Ricardo S. Borges - diretor executivo	1984
SOS – Biodiversity Gaia	Rua Jaci Ramos Bini, 80 - Almirante Tamandaré - Pr	Luiz Augusto Alves Barbosa - presidente	2005
UNIBIO - Universidade Livre de Proteção á Biodiversidade	Rua Francisco Claudino dos Santos, 131 - Fazenda Rio Grande - Pr	Rodrigo Berté - presidente	1998

MAPA 1 LOCALIZAÇÃO DAS SEDES DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS



LEGENDA:

- (A) AMAR (Araucária-PR)
- (B) APPAM (Piraquara-PR)
- (C) ARCO-IRIS (São José dos Pinhais-PR)
- (D) CARAMURU (São José dos Pinhais-PR)
- (E) CEDEA (Curitiba-PR)
- (F) CESLG (Curitiba-PR)
- (G) IDÉIA AMBIENTAL (Curitiba-PR)
- (H) IDS (Araucária-PR)
- (I) INSTITUTO ARINDIANA JONES (São José dos Pinhais-PR)
- (J) LIGA AMBIENTAL (Curitiba-PR)
- (K) MEACAM (Campo Largo-PR)
- (L) SOS BIODIVERSITY GAIA (Almirante Tamandaré-PR)
- (M) SPVS (Curitiba-PR)
- (N) TERRA MATER (Curitiba-PR)
- (O) UNIBIO (Fazenda Rio Grande-PR)

Ao analisar o Mapa 1 se observa que a sede de todas as entidades ambientalistas que participaram da pesquisa estão localizadas próximas à cidade pólo e que a maior concentração está no município de Curitiba. Verificando, desta forma, que as áreas mais distantes do núcleo central da RMC estão desprovidas destas instituições.

Porém, tais dados, não indicam que estas áreas não sejam beneficiadas pelas ONGs existentes, apenas há uma ausência de uma participação mais enfática da sociedade civil pertencente a estes municípios. A existência ou não de atividades nestas áreas poderá ser observada nos próximos tópicos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a coleta das informações, realizou-se a análise e interpretação dos dados, os quais foram organizados em quadros e gráficos. Vale ressaltar que as instituições poderiam assinalar mais de uma alternativa, aparecendo assim, mais menções do que o número de ONGs entrevistadas.

4.1 ANO DE INSTITUIÇÃO FORMAL DAS ENTIDADES

Com relação a este item verifica-se, analisando as informações do Quadro 3, que 09 das 15 organizações entrevistadas, tiveram sua **formalização institucional** na década de 1990 e constata-se que 87% destas entidades existem há mais de 10 anos. Com isso, percebe-se que as ONGs ambientalistas atuantes na Região Metropolitana de Curitiba seguem uma tendência nacional, que é a do surgimento destas instituições após a ECO-92, evento que fez com que esta temática ganhasse uma notoriedade maior, criando um ambiente propício ao encontro de grupos e organizações.

Importante ressaltar que, levando-se em conta que a idade média destas instituições é de aproximadamente 16 anos, o despertar da sociedade civil organizada para a questão ambiental na região é relativamente recente.

QUADRO 3 – ANO DE INSTITUIÇÃO FORMAL DAS ENTIDADES

ANO DE FUNDAÇÃO	NÚMERO DE ONGS	PORCENTAGEM
1950 - 1959	01	6,67
1960 - 1969	00	0
1970 - 1979	00	0
1980 - 1989	03	20,00
1990 - 1999	09	60,00
2000 - 2008	02	13,33
TOTAL	15	100,00

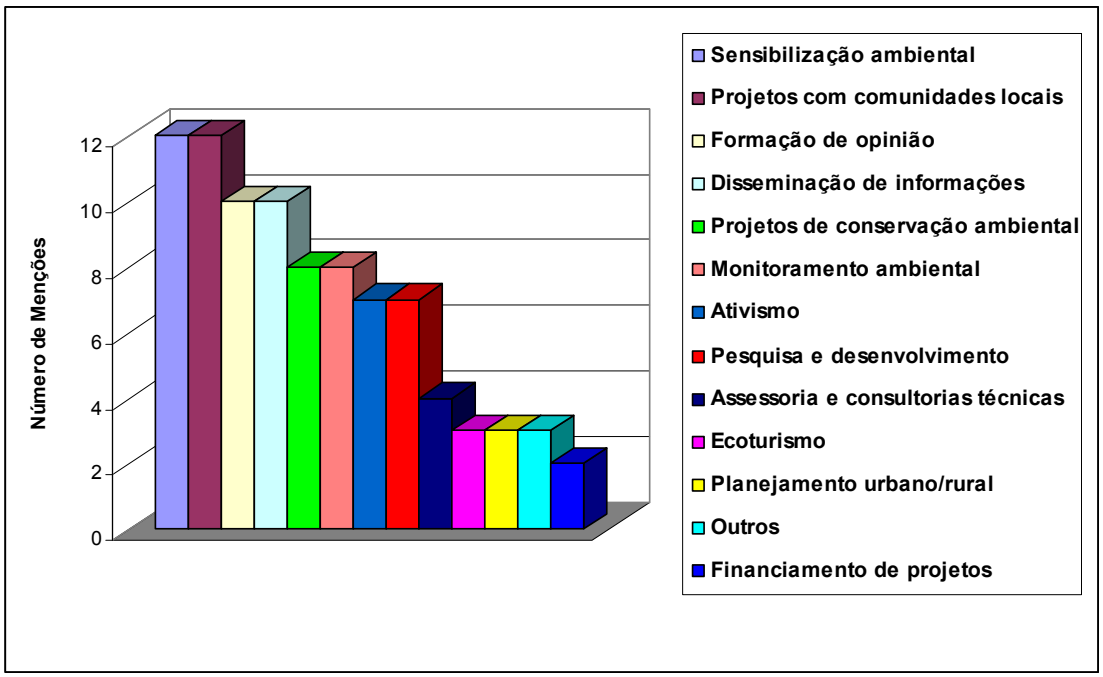
FONTE: Pesquisa de campo (2008)

4.2 RELAÇÃO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DAS INSTITUIÇÕES

Em relação às **principais atividades desenvolvidas pelas instituições,** constata-se que 12 das 15 entrevistadas procuram dedicar seus trabalhos às ações de *Sensibilização Ambiental* e a *Projetos com Comunidades Locais*. Outras atividades muito mencionadas foram a *Formação de Opinião* e *Disseminação de Informações*. Menções pouco citadas foram *Planejamento urbano/rural* e *Ecoturismo* e, a que menos menções teve foi, *Financiamento de Projetos.* No item *Outros*, foram englobadas atividades como conservação de áreas naturais, denúncias e educação indígena. A apreciação e a comparação entre os resultados obtidos pode ser feita através do Gráfico 1.

Neste item, observa-se que as ONGs procuram, através da sensibilização, oferecer condições para que os atores se apropriem do processo de construção e compreensão de suas realidades e do meio ambiente em que vivem, formando redes de movimentos que procurem mobilizar a comunidade local em torno de uma proposta a ser desenvolvida.

GRÁFICO 1 – RELAÇÃO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DAS INSTITUIÇÕES



FONTE: Pesquisa de campo (2008)

Após análise, constata-se que a maioria das instituições estão preocupadas em realizar ações que envolvam a comunidade local e que tenham por objetivo principal a conscientização da sociedade, realizada através da disseminação de informações, visando criar, desta forma, verdadeiros formadores de opiniões.

Tais ações vêm ao encontro das idéias de Claval apud Dias (1995, p. 148), quando este afirma a importância da formação de redes como instrumento de poder, ao escrever que “os poderes centrais se dedicam, agora, mais à mobilidade das idéias e das ordens do que àquela das pessoas”.

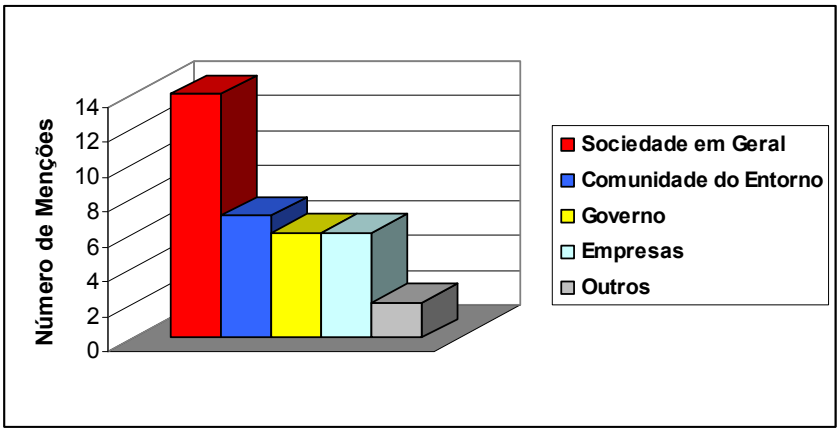
Esta tendência já foi citada por Born (2003, p. 113), quando destaca, dentre as funções do movimento ambientalista no Brasil, a “disseminação e multiplicação de idéias e práticas de atuação”, levando as experiências adquiridas em suas militâncias aos cidadãos para que formem uma rede de conhecimentos e ações em prol do meio ambiente.

4.3 RELAÇÃO DO PÚBLICO ALVO DAS INSTITUIÇÕES

O próximo fator avaliado foi com relação ao **público-alvo das ONGs**, verificando-se que, após análise do Gráfico 2, 93% das entidades demonstram uma preocupação com a *Sociedade em Geral*. A *Comunidade do Entorno,* as *Empresas* e o *Governo*, também recebem atenção parcial das ONGs, sendo mencionadas por cerca de 50% das instituições entrevistadas. O item *Outros* obteve pouco mais de 13% das menções, estando relacionado à comunidade indígena e às atividades relacionadas a políticas públicas.

Desta forma, considera-se que, ao agir em uníssono com a comunidade, as ONGs procuram legitimar o seu poder, formando territorialidades onde elas possam exercer suas atividades, implantar suas idéias, modificar o meio, através do aval e do auxílio das pessoas que ali vivem.

GRÁFICO 2 – RELAÇÃO DO PÚBLICO ALVO DAS ONGS



FONTE: Pesquisa de campo (2008)

Observa-se que aproximadamente 100% das instituições evidenciam preocupações com a sociedade em geral, certificando duas tendências que se complementam: uma de que, por mais mudanças que ocorram no contexto socioeconômico e político brasileiro, as ONGs não deixaram de lado o motivo principal de sua gênese, isto é, o apoio às causas populares; e outra tendência é que estas organizações, ao observarem a ineficiência das ações governamentais, concentram-se no sentido de complementar, ou substituir, tais ações por outras que resultem em reais benefícios para a sociedade e o meio ambiente.

Interessante colocar que quando as ONGs mencionavam ter como público alvo o governo e as empresas era, na grande maioria das vezes, para criticar suas ações, voltando seus esforços para denunciar suas atuações.

4.4 PERFIL DAS INSTITUIÇÕES

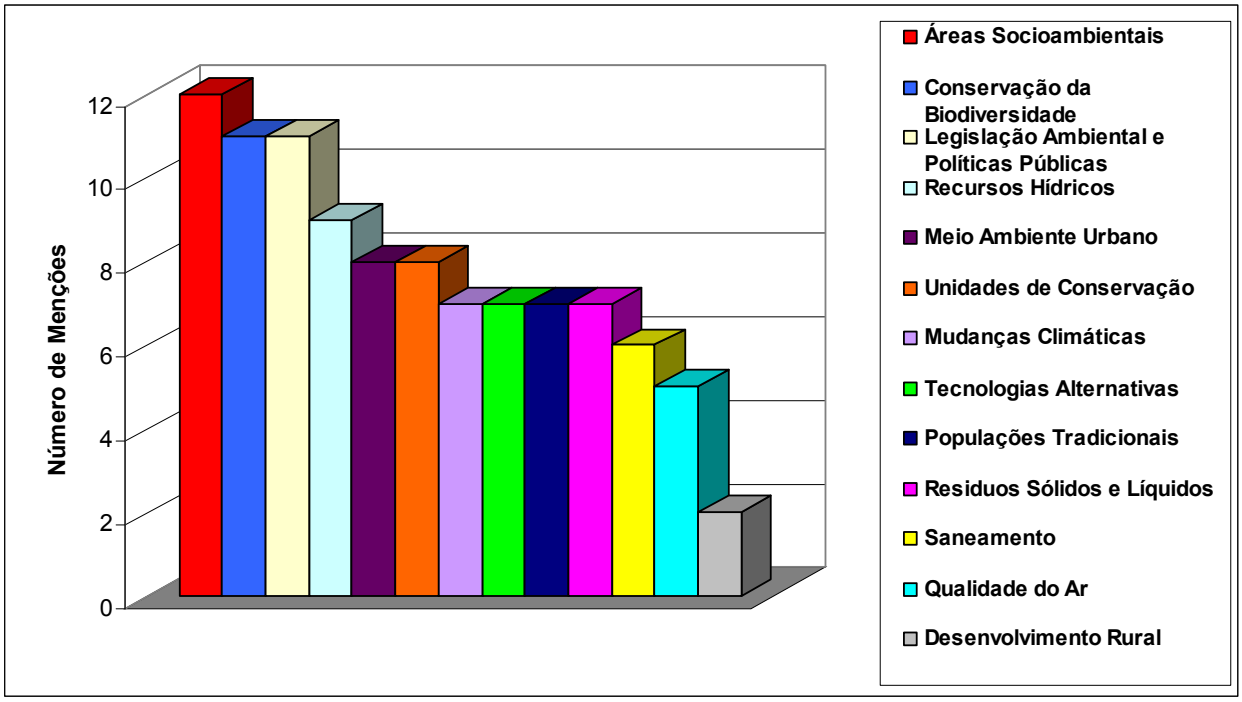
Com o objetivo de analisar o **perfil das instituições,** constatou-se, conforme observado no Gráfico 3, que a maioria delas está voltada para *Áreas Socioambientais*, *Conservação da Biodiversidade* e *Legislação e Políticas Públicas*, com cerca de 75% de menções cada uma. O perfil menos citado está relacionado ao *Desenvolvimento Rural*, com apenas 13% de menções.

Os resultados indicam que grande parte das organizações entrevistadas procura trabalhar em parceria com as comunidades, buscando resolver os desafios da sustentabilidade ambiental e social. Desta forma, estas entidades, através do

poder a elas incumbido pela própria sociedade, buscam criar condições para que os indivíduos e os grupos se fortaleçam e consigam obter resultados satisfatórios nas ações que promovam uma melhoria na qualidade de vida das pessoas.

Através da comunicação realizada por meio da denúncia e da divulgação de fatos relacionados ao meio ambiente e à comunidade em geral, as ONGs procuram criar redes de conhecimento e conscientização que levam à validação de seus trabalhos junto à população. Portanto, as redes aparecem como instrumentos que viabilizam duas estratégias destas organizações: a comunicação e a ação.

GRÁFICO 3 – PERFIL DAS INSTITUIÇÕES



FONTE: Pesquisa de campo (2008)

Mesmo encontrando áreas de maior ênfase no perfil das organizações, verifica-se que há uma distribuição eqüitativa entre as áreas, demonstrando que estão preparadas para atuarem em várias esferas por possuírem um amplo leque de representações.

Ressalta-se que as ONGs que atuam com denúncias e divulgação de fatos e problemas, classificadas por Born (2003 p.110) como de “Revelação”, incluíram seu perfil, dentre outros, na de legislação e políticas públicas. Por isso, o destaque para esta área.

Importante salientar que a área socioambiental foi a mais citada pelos

entrevistados, vindo demonstrar, mais uma vez, a preocupação com a comunidade / meio ambiente.

4.5 PARTICIPAÇÃO EM CONSELHOS E COMITÊS AMBIENTALISTAS

Para verificar a articulação, o debate e a representação pública que estas entidades possuem, foi analisada a **participação em conselhos e comitês** (Quadro 4), onde se aferiu que apenas 02 instituições ficavam fora destes debates.

Através dos resultados obtidos, pode-se verificar que a grande participação das ONGs em fóruns e conselhos é uma estratégia utilizada por estas instituições visando o fortalecimento e o sucesso de suas ações, pois são nestes lugares que estas entidades tem a oportunidade e o poder de influenciar as políticas públicas. É através das discussões e das trocas de informações ocorridas nestas reuniões, que ocorre uma maior apreciação das questões sociais, ambientais, políticas, entre outras, além do fortalecimento do trabalho em rede, caso o objetivo das ações e as barreiras a serem vencidas sejam semelhantes.

Esta representatividade das ONGs faz com que elas tenham uma capacidade de abrir e de construir um verdadeiro espaço público, um lugar de deliberação mais ou menos grande e transparente, exercendo assim seu poder político que, por lutar por uma causa comum, é também um poder moral.

QUADRO 4 – PARTICIPAÇÃO EM CONSELHOS E COMITÊS AMBIENTALISTAS

INSTITUIÇÃO	CONSELHOS E COMITÊS
AMAR - Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária	Conselho Municipal de Saúde de Araucária (COMUSAR), Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA), Câmara de Apoio Técnico da APA rio Passaúna (CAT-Passaúna)
APPAM - Associação Paranaense de Preservação Ambiental dos Mananciais do Rio Iguaçu e da Serra do Mar	Câmara Técnica da APA do Rio Iraí, Conselho Gestor dos Mananciais da RMC (CGM), Comitê de Bacias do Alto Iguaçu e Alto Ribeira, Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH)
ARCO-ÍRIS - Associação de Defesa da Natureza	Conselho Municipal do Meio Ambiente (CMMA - São José dos Pinhais)
Caramuru - Organização de Proteção Ambiental e Conservação	Conselho Estadual do Meio Ambiente (CEMA), Conselho da APA de Guaraqueçaba (CONAPA)

CEDEA - Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental	Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMA), Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), Comitê de Bacia do Alto Iguaçu e Alto Ribeira (COALIAR), Comissão Interestadual de Educação Ambiental (CIEA)
GESLG - Grupo Escoteiro São Luiz Gonzaga	Não possui
IDÉIA AMBIENTAL- Instituto de Pesquisa e Conservação da Natureza	Não possui
IDS - Instituto de Desenvolvimento Sustentável	Fórum da Agenda 21 Municipal
Instituto Sócio Ambiental Arindiana Jones	Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA - São José dos Pinhais), Conselho Deliberativo do FNMA
Liga Ambiental	Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMA), Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), COALIAR, Comitê de Bacia do Tibagi
MEACAM - Movimento Ecológico Amigos do Cambuí	Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (CDUMA - Campo Largo)
TERRA MATER - Instituto Indigenista e de Estudos Sócio Ambientais	Foi citado a participação na Redes de ONGs da Mata Atlântica (RMA)[14]
SPVS - Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental	Foi citado a participação na Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação (Rede Pró-UC)
SOS - Biodiversity Gaia	Conselho de Usuário de Água de Almirante Tamandaré, Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA - Almirante Tamandaré)
UNIBIO - Universidade Livre de Proteção á Biodiversidade	Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conselho ECA), Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBIO)

FONTE: Pesquisa de campo (2008)

Os dados acima evidenciam a grande representatividade destas organizações, corroborando com Furriela (2002, p. 165), quando afirma que "historicamente, a participação das ONGs em conselhos ambientais tem sido sempre muito combativa, investigadora e, em alguns momentos, radical, mas sempre presente".

Cabe ressaltar que a participação destas entidades em fóruns e discussões é sempre oportuna e necessária, independente da posição política adotada. A importância desta participação, de acordo com Mattos (2002, p. 73), "se dá no fato de proporcionar a possibilidade das ações destas instituições acontecerem de maneira independente dos governos, o que conota uma continuidade destes trabalhos".

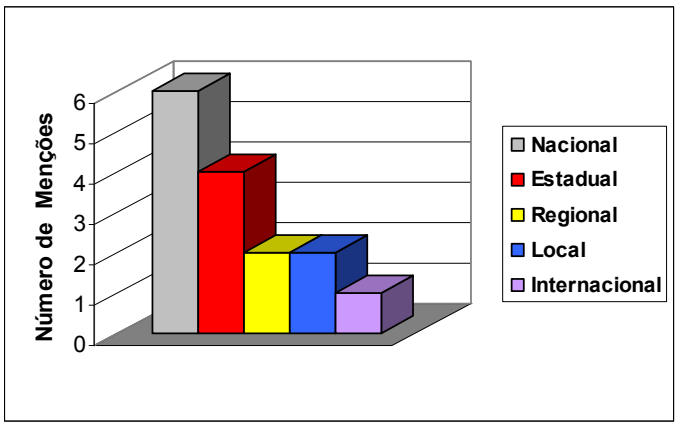
[14] Outras ONGs também participam da Rede de ONGs da Mata Atlântica, porém não a citaram por entender que a pergunta referia-se apenas à Conselhos e Comitês.

4.6 ESCALA DE ABRANGÊNCIA DAS AÇÕES

No Gráfico 4, que representa a **escala de abrangência das ações** das ONGs, verifica-se que o âmbito de atuação destas instituições é predominantemente *Nacional*, com 40% de menções. O âmbito *Estadual* obteve 27% das menções e os âmbitos *Regional* e *Local* (comunidade) ficaram com 13%. Apenas 01 entidade mencionou atuar em âmbito *Internacional*.

Ao formar estas redes de atuações, as ONGs articulam-se com a população de cada região, de cada lugar, formando territorialidades diferentes, as quais são mantidas pelas múltiplas escalas de poder e de identidade, derivadas de cada instituição. As redes formadas por estas diversas territorialidades apresentam-se móveis, pois nem sempre estas instituições conseguem uma aprovação total das comunidades onde atuam, deixando lacunas para a formação de novas redes, às vezes mais fortes que as anteriores, ou então de lacunas que não são preenchidas.

GRÁFICO 4 – ESCALA DE ABRANGÊNCIA DAS AÇÕES



FONTE: Pesquisa de campo (2008)

Encontram-se, nas entidades entrevistadas, vários níveis de abrangências, do local ao internacional, deixando claro que as entidades marcaram a escala de atuação máxima, o que faz com que elas possam, perfeitamente, desenvolver projetos no plano local ou regional, por exemplo.

Cabe aqui colocar que as ONGs que desenvolvem seus projetos em âmbito local são aquelas estabelecidas para atender uma demanda mais específica que uma determinada comunidade ou local apresente. No entanto, aquelas que atuam

nacional e internacionalmente, por apresentarem projetos que ultrapassam os limites político-geográficos, necessitam de uma infra-estrutura maior, de um determinado nível de profissionalização de seus integrantes e de articulações mais eficientes.

4.7 INFRA-ESTRUTURA DAS ORGANIZAÇÕES ENTREVISTADAS

Nas entrevistas, também foram coletadas informações sobre a **infra-estrutura das ONGs** (Quadro 5), com o objetivo de averiguar os instrumentos que as instituições dispõem na realização de suas atividades, pois quanto mais estrutura, mais capital social e uma melhor organização à entidade apresentar, maior será o seu campo de abrangência e a eficácia de suas ações tornando-se, portanto, mais competitiva.

Através da análise dos dados obtidos, verifica-se que a maior parte das instituições (87%) não possui S*ede Própria*, o que pode resultar em uma mudança contínua do lócus de referência institucional, ou seja, a comunidade fica sem saber onde procurar determinada instituição quando dela precisar. Por outro lado, a ausência de sede própria pode representar os parcos recursos que elas detêm, demonstrando que nem sempre a territorialidade é definida através do poder econômico.

As C*ondições de Instalações* das entidades, na grande maioria, não foram observadas, pois muitas das entrevistas foram realizadas fora das instituições, em lugares onde seus representantes trabalham ou, em número menor, estudam e moram. Mas, aquelas que puderam ser observadas, possuíam boas condições de instalações, independente de serem próprias ou não.

Com relação ao N*úmero de Colaboradores das Instituições*, faz-se necessário colocar, que a grande disparidade entre a quantidade de funcionários e a quantidade de voluntários ocorreu devido à menção de uma única instituição (UNIBIO) que conta com 3500 voluntários. Mesmo descontando este número, restam 263 voluntários e 107 trabalhadores remunerados, ou seja, cerca de 70% do trabalho ainda é voluntário, corroborando com as pesquisas de Furriela (2002, p. 163), quando coloca como uma das características do movimento ambientalista brasileiro, representado por diferentes ONGs, a “alta dependência do trabalho voluntário”.

Ao analisar o nível de *Instrução do Corpo Técnico*, verifica-se que as ONGs caminham para uma especialização e profissionalização de suas atividades, pois observa-se um alto nível de qualificação do corpo técnico, confirmando as transformações e tendências observadas do movimento ambientalista, citadas por BORN (2003, p. 117) quando este afirma ser evidente a profissionalização das ONGs.

O Quadro 5 também mostra a *Fonte de Recursos* das instituições, onde verifica-se que mais da metade das entrevistadas (66%) utiliza recursos próprios para sobreviver. É importante enfatizar que as fontes de recursos são motivos de permanente preocupação das ONGs e, neste setor, elas vivem um paradoxo, pois, ao mesmo tempo que zelam para a manutenção de suas atividades, a própria ordem econômica também vitima essas entidades. (Campos, 2008, p. 8). Além disso, pontua-se que esta é uma das características observadas por Furriela (2002, p. 164), quando coloca a falta de capacitação das ONGs para "levantamento de recursos financeiros e a alta dependência de doações de associados".

O último fator analisado neste quadro foi com relação à existência de E*quipamentos de Laboratório e Informática*. Como resposta, constatou-se que 100% das organizações utilizam-se de equipamentos de informática, pertencentes às instituições ou a seus componentes. Porém, com relação aos laboratórios, apenas 20% destas instituições os possuem e as outras, quando necessitam, fazem uso de serviços terceirizados.

QUADRO 5 – INFRA-ESTRUTURA DAS ORGANIZAÇÕES ENTREVISTADAS

INFRA-ESTRUTURA	RESULTADOS
Sede Própria	Sim = 02 Não = 13
Condições das Instalações	Boas = 06 Razoáveis = 00 Não observado = 09
Número de Colaboradores	Funcionários = 107 Voluntários = 3775
Instrução do Corpo Técnico	Doutores = 09 Mestres = 11 Graduados = 12 Técnicos = 08 Terceirizados = 02 Diversos = 04

Fontes de Recursos	Convênios = 04 Próprio = 10 Doação = 05 Patrocínio = 03
Equipamentos	Informática = 15 Laboratórios = 03

FONTE: Pesquisa de campo (2008)

4.8 AÇÕES E PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS ONGS APÓS 1992 (FORA DA REGIÃO DE ANÁLISE)

Ao realizar o questionamento sobre as ações e projetos desenvolvidos pelas instituições após 1992, a entrevista teve dois momentos:

- no primeiro, indaga-se sobre as atividades consideradas mais importantes, realizadas pela organização, independente da localidade (Quadro 06);

- no segundo, focalizam-se apenas as atividades realizadas na Região Metropolitana de Curitiba (Quadro 08).

Neste momento, verifica-se que algumas ONGs, mesmo estando localizadas em Curitiba e Região Metropolitana, não desenvolviam ações nesta região; outras, desempenham todas as suas atividades nesta área e, por fim, encontra-se aquelas que atuam em ambas .

No Quadro 6 estão relacionadas às **Ações e Projetos Desenvolvidos pelas ONGs após 1992.** Nele, verificam-se as atividades mencionadas pelas organizações como as mais relevantes, situadas fora da Região Metropolitana de Curitiba, bem como suas principais características.

QUADRO 6 – AÇÕES E PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS ONGS APÓS 1992 (FORA DA REGIÃO DE ANÁLISE)

AMAR - Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária
Projeto: Denúncia da Ocupação Irregular dos Manguezais **Local**: Paranaguá - PR **Características**: Denúncia ao Ministério Público, solicitada à instituição pelos moradores locais, a respeito da ocupação irregular dos manguezais. Como resultado, foi realizada a retirada dos moradores do local e, conseqüentemente, observou-se a regeneração da vegetação. A área não voltou a ser violada. **Participantes do projeto**: Ministério Público, ONG, moradores locais.

APPAM - Associação Paranaense de Preservação Ambiental dos Mananciais do Rio Iguaçu e da Serra do Mar

Projeto: Criação do Dia do Rio
Local: Bacia do rio Iguaçu e Serra do Mar - PR
Características: Criação do Dia do Rio, com o objetivo de levar as pessoas a vivenciarem o rio. Primeiro foi criado no município de Piraquara, posteriormente estendeu-se para outros municípios. No ano de 1995 transformou-se em Lei Estadual, a ser comemorado a cada dia 24 de novembro.
Participantes do projeto: integrantes da APPAM , Rotary Club, comunidade em geral.

ARCO-ÍRIS - Associação de Defesa da Natureza

Projetos somente na Região Metropolitana de Curitiba

Caramuru - Organização de Proteção Ambiental e Conservação

Projeto: Monitoramento
Local: Serra do Mar e Litoral
Características: Montanhistas que ao realizarem suas atividades buscam monitorar os locais por onde percorrem. Coletam informações e realizam denúncias quando percebem algum ato ofensivo à natureza.
Participantes do projeto: integrantes da ONG e comunidade local.

CEDEA - Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental

Projeto: Participação em Audiências com relação à Barragem de Tijuco Alto.
Local: Vale do Ribeira
Características: demonstrar o lado negativo da implantação da barragem de Tijuco Alto.
Participantes do projeto: comunidade, entidades ambientalistas, poder público

Projeto: Grandes Debates (TV Comunitária)
Local: litoral (orla) de Matinhos, Vale do Ribeira
Características: programas apresentados pela TV Comunitária que apresentavam e debatiam questões relacionadas ao meio ambiente, cultura, desenvolvimento, educação, dentre outras, abrangendo tanto a RMC como o litoral paranaense.
Público alvo: comunidades beneficiadas pelas ações, telespectadores, público em geral.
Participantes do projeto: CEDEA (programa Grandes Debates) e UNEAP (programa Agenda 21)

GESLG - Grupo Escoteiro São Luiz Gonzaga

Projetos somente na Região Metropolitana de Curitiba

IDÉIA AMBIENTAL- Instituto de Pesquisa e Conservação da Natureza

Projeto: Planos de Manejo da APA do Iguatemi
Local: Mato Grosso do Sul
Características: Elaboração do plano de manejo de acordo com as prerrogativas do IBAMA.
Participantes do projeto: Corpo técnico da ONG (coordenação, administração), terceirizados (geólogo, arqueólogo).

Projeto: Plano de Manejo do Parque Estadual de Santa Bárbara
Local: Mato Grosso
Características: Elaboração do plano de manejo do Parque Estadual de Santa Bárbara.
Participantes do projeto: Corpo técnico da ONG (coordenação, administração), terceirizados (geólogo, arqueólogo).

IDS - Instituto de Desenvolvimento Sustentável

Projeto: Agenda 21
Local: Jacarezinho - PR
Características: Participantes como facilitadores para elaboração da Agenda 21 do município. A principal função da ONG era na elaboração dos dados. A ONGs conseguiu uma grande articulação entre os participantes e, como resultado, houve a criação de 92 projetos. Porém, com a mudança do governo, a implementação da Agenda 21 foi "engavetada".
Participantes do projeto: integrantes da ONG, Comissão PHMA (Patrimônio Histórico e meio Ambiente), voluntários (alunos), comunidade local.

Projeto: Agenda 21
Local: entorno do Parque Nacional do Iguaçu
Características: Auxilio da organização na elaboração da agenda 21 de 12 municípios localizados no entrono do Parque Nacional do Iguaçu. Como resultado foram criados 66 projetos. As ações projetadas não foram colocadas em prática devido ao "entrave" do parque.
Participantes do projeto: comunidade, integrantes do IDS

Instituto Sócio Ambiental Arindiana Jones

Projeto: Educação Ambiental em Entre Rios
Local: Entre Rios – Guarapuava - PR
Características: Conscientizar e sensibilizar as pessoas para a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida. Desenvolver elementos de valorização dos participantes, conscientizando-o da sua importância na introdução de valores para as novas gerações, incentivando a discussão de problemas ambientais junto às escolas e comunidades, encorajando-as a buscar soluções próprias e coletivas para a melhoria da sua qualidade de vida.
Estimular a adoção de "Caminhadas Ecológicas" e novos hábitos. Promover a participação dos indivíduos na solução de questões como: problemas ambientais de Entre Rios; loteamentos irregulares e invasões comprometendo os recursos naturais (rios e mata nativa); tratamento do esgoto doméstico e industrial; destino e tratamento do lixo doméstico, industrial, químico e hospitalar; impermeabilização do solo; doenças infecto-contagiosas causadas à população que vive em regiões sujeitas a alagamentos e cheio de entulhos, transmitidas por animais domésticos e silvestres; assoreamento e poluição dos rios urbanos e rurais, com destaque para a destruição da mata ciliar.
Participantes do projeto: público em geral, moradores das Colônias de Entre Rios, em suas comunidades; rede de ensino (alunos, professores, diretores, coordenadores), com ênfase no público infanto-juvenil (10 a 18 anos), em suas escolas.

Projeto: A importância de reciclar – Arte em Papel Reciclado
Local: Entre Rios - Guarapuava - PR
Características: Ensinar técnicas para a confecção e a montagem de cartões e envelopes, e também de artesanatos diversos em papel reciclado, valorizando a arte do papel.
Participantes do projeto: Professores, mães, alunos e comunidade em geral.

Projeto: Projeto Oficinas Pedagógicas – Inclusão: Vida e Arte
Local: Entre Rios - Guarapuava - Pr
Características: desenvolver ao máximo o potencial de cada jovem e/ ou adulto, no que diz respeito a suas habilidades intelectuais, éticos, estéticos, cívicos, moral e físico, tornando-os autogestores, atuantes no meio em que se encontram, através da socialização, comunicação, cuidados pessoais e conhecimentos de mundo, priorizando sua qualidade de vida; cumprir regras, individuais e coletivas; desenvolver elementos de valorização dos participantes, conscientizando-o da sua importância na introdução de conceitos e valores para as novas gerações, incentivando a discussão de problemas locais junto às escolas e comunidades, encorajando-as a buscar soluções próprias e coletivas para a melhoria da sua qualidade de vida.
Participantes do projeto: Escolas, igrejas e comunidade.

Liga Ambiental

Projeto: Expedição pelo Rio Tibagi
Local: Bacia do rio Tibagi - PR
Características: Duas equipes (total de 12 pessoas), percorreram o Rio Tibagi das nascentes à sua Foz (616km), coletando informações a respeito do estado geral das margens, das pessoas e da qualidade da água do Tibagi. Foram filmadas mais de 30 horas em vídeo digital e tiradas mais de 5000 fotografias digitais.
Participantes do projeto: Técnicos e ribeirinhos.

Projeto: Frente de Proteção do Rio Tibagi
Local: Bacia do rio Tibagi - PR
Características: Articulação política que congrega num mesmo grupo entidades como a Comissão Pastoral da Terra/PR, o Centro de Promoção Humana de Telêmaco Borba, A Patrulha Ecológica de Tibagi, a Ong MAE de Londrina, a Liga Ambiental de Curitiba, ribeirinhos, agricultores, pescadores, índios kaingang que vivem na bacia do rio Tibagi, professores da UEL, UEM e UEPG, pequenos empresários e parlamentares paranaenses que visam modificar os planos de aproveitamento hidrelétrico do rio.
Participantes do projeto: Cerca de 12 mil pessoas participaram de um abaixo-assinado e centenas de milhares já tomaram contato com as matérias jornalísticas veiculadas pelo rádio, pela TV e pelos jornais neste período em que a Frente tem atuado (de 2005 em diante).

MEACAM - Movimento Ecológico Amigos do Cambuí

Projetos somente na Região Metropolitana de Curitiba

TERRA MATER - Instituto Indigenista e de Estudos Sócio Ambientais

Projeto: Levantamento Sócio Ambiental das Áreas Indígenas do Paraná
Local: todo o estado do Paraná
Características: Realizar um levantamento da fauna, flora, pedologia, vocação da região, o que plantavam, prognóstico.
Participantes do projeto: Técnicos da ONG, FNMA, ambientalistas locais

Projeto: Recomposição de Flora e Fauna da Área Indígena do Ocoí
Local: São Miguel do Iguaçu - PR
Características: Reintroduzir na região animais que foram extintos devido a um projeto hidrelétrico. A volta destes animais (pato selvagem, capivara, acoti) foi solicitada pela população indígena local.
Participantes do projeto: população indígena local, IBAMA, técnicos da ONG

Projeto: Recuperação da Medicina Tradicional da Área Indígena de Ocoí
Local: São Miguel do Iguaçu - PR
Características: Fazer uma interação entre o pajé e os médicos, para restabelecer as práticas medicinais indígenas habituais. Como resultado obteve-se uma total recuperação da medicina tradicional.
Participantes do projeto: 04 Médicos indígenas, 02 médicos não indígenas, 01 odontólogo, Fundo Nacional de Saúde (FNS) , Terra Mater

Projeto: Recuperação do Milho Sagrado da Área Indígena de Ilha da Cotinga
Local: Baía de Paranaguá - PR
Características: Reintroduzir o cultivo do milho considerado sagrado para os índios da região, pois a FUNAI estava levando apenas milho transgênico para o local.
Participantes do projeto: Embrapa Florestas (semente e treino), técnicos da ONG. Como resultado foi conseguido a criação de um banco de germoplasma (repositório para se armazenar a variabilidade genética de espécies)

SPVS - Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental

Projeto: Ações de Combate ao Aquecimento Global
Local: APA de Guaraqueçaba - PR
Características: Visa a conservação de remanescentes da Floresta Atlântica e implementação de projetos de captação de carbono para combater o aquecimento global. Bem como a restauração de áreas degradadas, proteção de biomas, diminuição de desmatamentos e queimadas, pesquisas cientificas, educação ambiental a funcionários, comunidades e visitantes das reservas, apoio ao associativismo em comunidades, proteção dos mananciais. Antes a área era utilizada para criação de búfalos e cultivo de produtos com agrotóxicos.
Participantes do projeto: TNC (captação e geração de recursos e estabelecimento de parcerias), SPVS, comunidade local

Projeto: Desmatamento Evitado (Adoção de Áreas de Florestas com Araucária)
Local: todo o Estado do Paraná
Características: Preservar os últimos remanescentes de áreas naturais, como a Floresta de Araucária, para compensar emissões de gases de efeito estufa e combater o aquecimento global por meio da proteção de áreas naturais. Estabelecer mecanismos para a continuidade da proteção dessas áreas. Fornecer assessoria e recursos para manutenção destas áreas.
Participantes do projeto: Proprietários de áreas naturais, empresas interessadas em orientações técnicas.

Projeto: Conservação do Papagaio de Cara Roxa
Local: Região Sul do país
Características: Espécie que está na lista oficial do IBAMA como em extinção. É endêmica da Floresta Atlântica (sul de São Paulo a sul de Santa Catarina). Tem por objetivo a educação ambiental em cursos de 1ª a 4ª série de Paranaguá, Antonina e Guaraqueçaba, além da avaliação de espécie (número, lugar) e o combate ao tráfico.
Participantes do projeto: Secretarias municipais de educação, técnicos (ensino, apoio aos órgãos fiscalizadores, palestras para turistas), estudantes (trabalho voluntário)

SOS - Biodiversity Gaia

Projeto: Participação em Fóruns do Programa Nhandara Iguaçu
Local: Porto Amazonas - PR

Características: Participação como ouvinte em Fóruns que discutem assuntos como a questão da água e os corredores ecológicos, os quais estão sendo empregados a nível global como uma nova e eficiente ferramenta de conservação da natureza, favorecendo o desenvolvimento sustentável das comunidades, através de ações sociais, ecológicas e culturais. **Participantes do projeto:** associação de moradores, secretaria do meio ambiente, colégio, ministério público.
UNIBIO - Universidade Livre de Proteção á Biodiversidade **Projeto:** Cinturão Verde **Local**: São Francisco do Sul - SC **Características:** Projeto que visa a preservação da Mata Atlântica. Desenvolvido dentro da Unidade Transpetro, em conjunto com a Petrobrás, visa preservar o ambiente no entorno do terminal e garantir a segurança da comunidade. Envolve a educação ambiental, mobilização comunitária, vulnerabilidade social. Mais de 9000 pessoas foram atendidas. **Participantes do projeto:** integrantes da UNIBIO, mais de 14 comunidades, lar espírita, escoteiro, associações. **Projeto:** Parque Lago Sul **Local**: São Mateus do Sul - PR **Características:** Recuperação da área da Petrobrás denominada Parque Lago Sul, cuja comunidade apresenta grande vulnerabilidade social. Bem como do Recanto da Jaguatirica, uma área de recuperação ambiental onde é utilizada a técnica da clonagem vegetal. **Participantes do projeto:** Petrobrás (área de SMS - Segurança, Meio Ambiente e Saúde), UNIBIO, comunidades envolvidas.

FONTE: Pesquisa de campo (2008)

Analisando o quadro acima, verifica-se que, embora a área de abrangência de muitas instituições seja Nacional, a maioria dos projetos desenvolvidos restringe-se ao Estado do Paraná, observando-se uma maior concentração de ações no litoral e na Serra do Mar.

Mesmo que a maioria das organizações afirme ter uma atuação nacional, verifica-se que as territorialidades desenvolvidas por estas instituições formam-se em locais próximos às suas sedes. Com isso, conclui-se que as redes de contatos e ações formam-se com maior eficiência e força quando se conhece as necessidades e os problemas do lugar, resultando em laços mais estreitos entre o que é proposto por estas organizações e o que é imperativo para a comunidade local.

As preocupações centrais destas instituições estão relacionadas a questões como dos recursos hídricos, conservação da fauna e flora, unidades de conservação, educação ambiental, Agenda 21, denúncias, recuperação de áreas degradadas, populações tradicionais, figurando como ponto marcante a

especialização de algumas entidades em alguns dos campos de atuações citados acima, provavelmente em virtude da qualificação e do interesse de seus integrantes, bem como da facilidade de se conseguir apoio econômico, social ou governamental.

4.9 COMO SÃO VERIFICADAS AS NECESSIDADES LOCAIS QUE JUSTIFIQUEM A IMPLANTAÇÃO DOS PROJETOS

Após serem verificadas as ações das organizações num todo, buscou-se conhecer **como são constatadas as necessidades locais que justifiquem as atividades e implantação dos projetos** na Região Metropolitana de Curitiba.

Esta indagação faz-se necessária devido à constatação de que se torna complexo, para estas entidades, realizarem suas ações, instituírem seu poder, sem estarem em comum acordo com o grupo, pois elas não tem o poder, mas estarão no poder enquanto estiverem atuando em concordância com a maioria, uma vez que a vontade da maioria fundamenta o exercício do poder (ARENDT,1985, p. 24).

Observa-se que o fator comunicação é de suma importância no trabalho destas entidades, tanto em forma de denúncias, como na de conversas com a população, entrevistas e discussões realizadas em encontros relacionados ao tema ou nos conselhos. Desta forma, as redes de comunicações formadas vencem distâncias, físicas e ideológicas, eliminando possíveis obstáculos, gerando um determinado domínio de uma ONG em certa esfera, levando ao exercício do poder.

No Quadro 7 estão relacionadas as principais visões das ONGs a respeito deste assunto.

QUADRO 7 – COMO SÃO VERIFICADAS AS NECESSIDADES LOCAIS QUE JUSTIFIQUEM A IMPLANTAÇÃO DOS PROJETOS

1. Por demanda e por denúncias
2. Visualização do problema e devido à necessidade de desenvolvimento dos jovens, pois os projetos partem deles
3. Nas discussões via internet e nos fóruns e encontros da UNEAP
4. Contato direto com os locais, vistorias, denúncias.
5. Levantamento das necessidades, solicitação da comunidade, parcerias com outras ONGs
6. Editais de órgãos financiadores, experiências anteriores, vontade + idéia + trabalho voluntário.

7. Observação da área, denúncias.
8. O projeto é desenhado de acordo com as pessoas que nele atuam (integrantes da ONG, comunidade, participantes) e também devido à necessidade ecológica.
9. “A gente está na rua”
10. Denúncias, levantamento da área, notícias informais.
11. Observando áreas e por demandas que surgem. É um trabalho de “apagar o fogo”. Não adianta querer “cair de pára-quedas” nos locais, a comunidade não aceita.
12. Devido à participação em conselhos e as articulações com a comunidade
13. Pela ausência das ações do poder público (poder omisso). Também realizam um diagnóstico local, vêem as prioridades.
14. Fazem levantamento local (conversas, entrevistas). Somente por demanda interna da comunidade
15. Devido à falta de áreas naturais bem conservadas em Curitiba e Região Metropolitana.

FONTE: Pesquisa de campo (2008)

Após análise do quadro acima, verifica-se que muitas das organizações estudadas atuam por demanda, pois, como afirma Laura Jesus de Moura e Costa (CEDEA), “não adianta querer cair de ‘pára-quedas’, pois a comunidade não aceita”. É necessário que ocorra a demanda interna da comunidade, para, então, se agir. Tal ponto corrobora com a afirmação de que o poder está inserido no campo das vontades, no universo dos valores socialmente aceitos, sendo impossível para estas entidades pensar em atuar fora dos contextos temporais e espaciais da sociedade.

Outro fator muito comentado foi o ligado às denúncias, ora realizadas pela população local, ora feitas pelos próprios integrantes das ONGs, ao observarem as áreas em situações de risco. Em várias ONGs analisadas, são as denúncias que levam seus integrantes a agirem.

As ações das organizações também são baseadas em levantamentos (conversas, entrevistas) realizados junto à população local ou à população diretamente atingida por um determinado impacto. Como colocado por Jorge Grando (APPAM): “a gente está na rua”, e este contato direto com as comunidades faz com que as necessidades sejam sentidas mais precisamente e os projetos desenhados com mais literalidade de ação.

Também foram encontradas as entidades ambientalistas que delimitam suas atuações ao participarem de discussões em fóruns, encontros e conselhos. Nestas reuniões que tem como pauta principal a problemática ambiental, tanto global como local, as questões são apresentadas e debatidas, surgindo assim um nicho de trabalho para estas instituições.

Em menor número, têm-se menções sobre a omissão do poder público e sobre a necessidade ecológica da região em estudo.

4.10 AÇÕES E PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS ONGS APÓS 1992 NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

Depois de apurados os motivos que levam as ONGs ambientalistas a implantarem suas atividades na Região Metropolitana de Curitiba, foram analisadas as **ações e os projetos desenvolvidos pelas ONGs após 1992 nesta região.**

Avaliando a atuação destas entidades nos últimos 15 anos, observa-se que as atividades são praticadas de acordo com levantamentos realizados nos locais, como a visualização e o contato com a comunidade local. Com isso, percebe-se que a vontade comum representa o exercício do poder e que ele não pode ser praticado sem um certo número de objetivos aspirados pela sociedade.

Verifica-se, também, que a criação de territorialidades, baseadas no exercício do poder, flui melhor quando se procura contentar a grande maioria da população, observando e buscando sanar seus anseios. Deste modo, ao ter a sociedade em geral como foco de ação, as ONGs ampliam suas escalas de atuação, tornando mais fácil a concretização do bem comum.

Quando se analisa o pessoal envolvido, percebe-se que vários grupos estão integrados às atividades das ONGs. No entanto, a quantidade e a diversidade dos participantes varia de organização para organização, dependendo do campo de atuação, do poder de influência da instituição, da vontade, do capital social envolvido, da rede de ação e de comunicação formada.

Através da análise dos resultados alcançados até o momento, verifica-se que nem sempre o que as ONGs almejam é o que elas realmente alcançam, entretanto quando elas instituem seu poder visando o querer comum, ou seja, agem em concordância com a comunidade, seus objetivos são mais facilmente atingidos, visto que suas ações são socialmente aceitas porque baseiam-se em uma ordem moral.

Por meio da apreciação dos resultados finais pouco satisfatórios, entende-se que houve um rompimento nas pretensas redes de atuações, confirmando a idéia de que elas são móveis, inacabadas, que fazem e se desfazem a qualquer momento, pois são instrumentos do poder, seja ele político, social ou econômico. E quando as

redes formadas não se encontram de acordo com determinado poder, simplesmente desfazem-se.

No Quadro 8 constam, detalhadamente, as respostas coletadas a respeito dos projetos desenvolvidos pelas ONGs nos últimos anos.

QUADRO 8 – AÇÕES E PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS ONGS APÓS 1992 NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

AMAR - Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária

Projeto: Denúncia sobre o Grande Vale do Iguaçu
Local: Araucária, Contenda, Curitiba, Fazenda Rio Grande
Objetivos: denúncia ao Ministério Público, com relação à extração de argila e a conseqüente destruição do ecossistema local.
Ano/período: 1996
Público alvo: comunidade em geral
Pessoal envolvido: Ministério Público, ONG, moradores locais.
Resultados alcançados até o momento: encontra-se em tramitação judicial

Outras ações:
- atividades direcionadas às denuncias de desmatamentos, lixo, esgoto, caça, dentre outras.

APPAM - Associação Paranaense de Preservação Ambiental dos Mananciais do Rio Iguaçu e da Serra do Mar

Projeto: Meninos do Vime
Local: Pinhais
Objetivos: para evitar a degradação dos solos nos mananciais, foram retiradas 625 famílias que moravam nas favelas as margens do rio Irai e Iguaçu e realocá-las num conjunto habitacional abandonado. Posteriormente iniciou-se o trabalho de orientação dos meninos e meninas da comunidade. O projeto reunia adolescentes de 14 a 17 anos e ensinando-lhes a plantar vime na beira dos rios, no lugar dos casebres.Os jovens aprendiam artesanato além de participarem de atividades culturais e esportivas.
Ano/período: 1996/1997
Público alvo: populações carentes moradoras próximas aos mananciais, adolescentes.
Pessoal envolvido: prefeitura, integrantes da ONG, comunidade em geral.
Resultados alcançados até o momento: foi um retorno social fenomenal, segundo Jorge Grando, porém, o projeto acabou em 2000 quando um novo gestor municipal assumiu a cidade.

Projeto: Compostagem
Local: Pinhais
Objetivos: criar um centro de triagem e compostagem aproveitando o material orgânico recolhido nas residências. Com a compostagem, esse material poderá ser reaproveitado e transformado em adubo orgânico.
Ano/período: 1989 e retomado em 2001 com financiamento
Público alvo: sociedade em geral
Pessoal envolvido: prefeitura de Pinhais, SEMA, IAP, Ministério Público, moradores, APPAM.
Resultados alcançados até o momento: a compostagem virou lei em 2007 e a adesão passou de 21% para 95% , porém também acabou com a troca de prefeito.

Outras ações:
- criação de uma Ecovila em Piraquara onde serão mais de 100.000m² destinados a agricultura orgânica, geração de energia com cata-ventos, biodigestores e diversos outros aspectos relacionados ao desenvolvimento comunitário sustentável.

ARCO-ÍRIS - Associação de Defesa da Natureza

Projeto: Conservação Ambiental da Bacia do Rio Miringuava
Local: São José dos Pinhais
Objetivos: conservação do solo, construção de açudes para piscicultura, minimizar ou evitar a poluição e a erosão. A ONG elaboraria o projeto e a prefeitura o executaria. A idéia era implantá-lo e os próprios agricultores seriam os fiscalizadores, os mantenedores do projeto.
Ano/período: 1996
Público alvo: agricultores da bacia do Miringuava
Pessoal envolvido: escolas, comunidades.
Resultados alcançados até o momento: negativo, não foi atendido.

Projeto: Criação da Área de Proteção Ambiental do Rio Aruja
Local: São José dos Pinhais
Objetivos: Criação de uma APA com o objetivo de conservar a diversidade de ambientes e de espécies, visando a melhoria da qualidade de vida, através da manutenção das atividades sócio-econômicas da região.
Ano/período: 1995
Público alvo: usuários do local, comunidade em geral.
Pessoal envolvido: poder público, comunidade, integrantes da ONG.
Resultados alcançados até o momento: foi criado a CPI em Meio Ambiente. Foi também devido aos esforços para a criação da APA, que surgiu oficialmente a ONG Arco-Íris.

Projeto: Denúncias contra a RECOBEM
Local: São José dos Pinhais - PR
Objetivos: retirada dos tambores com lixo tóxico, pertencentes à empresa Recobem, que reciclava tintas automotivas enviadas por fábricas de todo o Brasil. O lixo tóxico já havia atingido 03 rios locais, afetando a saúde da população, levando à morte.
Ano/período: 2000 - 2001
Público alvo: comunidade local
Pessoal envolvido: empresas, poder público, ministério público.
Resultados alcançados até o momento: conseguiram a retirada do lixo e a limpeza dos 03 rios atingidos pelos produtos.

Outras ações:
- denúncias contra as Casas Bahia devido à construção do depósito no contorno leste, foram escavados 100.000m² e as terras jogadas no rio Pequeno (APA). Como resultado ocorreu a limpeza do rio realizada pela prefeitura (devido aos incentivos)

CARAMURU - Organização de Proteção Ambiental e Conservação

Projeto: Mudança de local da Missa da Paz
Local: Morro do Anhangava - Quatro Barras
Objetivos: transferência da Missa da Paz do Morro do Anhangava (Quatro Barras) para um local mais próximo ao pé do morro. O pedido de mudança ocorreu devido ao impacto ambiental no cume do Morro Anhangava (área de Preservação Permanente), onde a missa ocorria a mais de meio século, reunindo cerca de 3 mil pessoas.

Ano/período: 2004/2005
Público alvo: comunidade do entorno, montanhistas, pessoas que fazem uso ecologicamente sustentável do local.
Pessoal envolvido: IAP, manifestantes da ONG, comunidade.
Resultados alcançados até o momento: a mudança do local da missa foi atendida. Agora esta é realizada no Morro Samambaia, em Quatro Barras /PR, pois os fiéis se recusaram a rezar ao pé do morro Anhangava por que não poderiam seguir a tradição de chegar ao cume do morro para pedir a paz mundial.

Projeto: Palestras Educativas
Local: Curitiba e São José dos Pinhais
Objetivos: conscientização de crianças, jovens e adultos sobre a importância do meio ambiente e de sua preservação.
Ano/período: desde a criação, quando solicitados.
Público alvo: estudantes de escolas, integrantes das feiras de ciências, participantes de clubes.
Pessoal envolvido: corpo técnico da ONG
Resultados alcançados até o momento: não tem muito, segundo Paulo Roberto Nêneve: "as pessoas estão cansadas de ouvir, todos sabem o que fazer".

Outras ações:
- denúncias contra ações de degradação realizadas na Serra do Mar (ALL, por exemplo)

CEDEA - Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental

Projeto: Grandes Debates (TV Comunitária)
Local: gravado em Curitiba, porém com assuntos de diferentes regiões.
Objetivos: programas apresentados pela TV Comunitária de Curitiba e Região Metropolitana, que abordavam debates sobre desenvolvimento, cultura, quilombolas, meio ambiente, Rio+10, litoral (orla) de Matinhos, políticas (análise da conjuntura), educação, esporte, juventude.
Ano/período: 2001 a 2007
Público alvo: comunidades beneficiadas pelas ações, telespectadores, público em geral.
Pessoal envolvido: CEDEA (programa Grandes Debates) e UNEAP (programa Agenda 21)
Resultados alcançados até o momento: Havia audiência, mas a emissora aos poucos cortou o tempo de apresentação e, por fim, retirou o programa do ar.

Projeto: Participação em Audiências com relação à Barragem de Tijuco Alto.
Local: Vale do Ribeira
Objetivos: demonstrar o lado negativo da implantação da barragem de Tijuco Alto.
Ano/período: desde 1988, intensificando-se em 2004 quando ocorreu a unificação entre PR e SP.
Público alvo: comunidade afetada pela barragem
Pessoal envolvido: comunidade, entidades ambientalistas, poder público.
Resultados alcançados até o momento: muito positivo, a comunidade toda foi unânime contra a implantação da barragem.

Projeto: Instruir Moradores Locais Sobre a Importância do Rio
Local: São José dos Pinhais
Objetivos: conscientizar a população local sobre a importância do rio. Os moradores queriam canalizar o rio devido às enchentes.
Ano/período: 2007
Público alvo: comunidade x rio

Pessoal envolvido: CEDEA
Resultados alcançados até o momento: os moradores entenderam que o problema era eles e não o rio. Formou-se a associação de moradores da Bacia do rio Ressaca, a primeira associação de uma bacia hidrográfica.

Outras ações:
- Participação em eventos (Rio + 10, implantação de parques Nacionais, sobre a Biopirataria), debates e seminários.
- Apresentação de trabalhos em eventos internacionais como a Rio 92.
- Comemoração de datas específicas (Dia da Água, Dia do Meio Ambiente, Aniversário do CEDEA)

GESLG - Grupo Escoteiro São Luiz Gonzaga
Projeto: EKO POKU Rio Tarumã
Local: Bacia do Rio Tarumã - Curitiba
Objetivos: mobilizar jovens e toda a comunidade da bacia - com sustentabilidade - para desenvolver o rio Tarumã à sua natureza original. Nos 3,3 km que ele percorre do Bacacheri até o rio Atuba.
Ano/período: 2005
Público alvo: toda a comunidade
Pessoal envolvido: associação educacional Amigos do Bosque, escolas, Rotary, HSBC, secretaria do Meio Ambiente, Sanepar, Itaipu, comunidade.
Resultados alcançados até o momento: monitoramento de água mediante indicadores, identificação dos focos de poluição, adesão de moradores, melhoria na rede de esgotos, divulgação de placar de monitoramento, educação ambiental.

Projeto: Educação Ambiental (extensão do projeto EKO POKU)
Local: Curitiba
Objetivos: oferecer educação ambiental para grupos de crianças de escolas. As aulas são administradas em módulos (1/2 período) no estilo escoteiro. Projeto ainda esta na fase inicial, o piloto já foi realizado.
Ano/período: 2008 em diante
Público alvo: crianças de escolas
Pessoal envolvido: voluntários (universitários e adultos), alunos de escolas, GESLG.
Resultados alcançados até o momento: ainda estão na fase inicial (piloto já foi realizado com resultados positivos)

Projeto: Acantonamento
Local: Parque Bacacheri - Curitiba
Objetivos: passar um dia com as crianças e jovens num parque e recolher lixos da mata e do rio.
Ano/período: anualmente
Público alvo: crianças do grupo de escoteiros, usuários do parque.
Pessoal envolvido: grupo de escoteiros
Resultados alcançados até o momento: grande sensibilização e ensino ambiental.

Projeto: Acantonamento Temático
Local: UFPR - Quatro Barras
Objetivos: ensinar crianças e jovens a importância dos recursos hídricos (de uma forma rústica), atividades práticas (modo escoteiro).
Ano/período: anualmente (3 a 4 dias)
Público alvo: crianças e jovens do grupo
Pessoal envolvido: GESLG

Resultados alcançados até o momento: positivo, percebido através do interesse das crianças.

IDÉIA AMBIENTAL- Instituto de Pesquisa e Conservação da Natureza

Projeto: Programa RPPNs um Investimento de Futuro
Local: Campina Grande do Sul
Objetivos: estimular a criação de RPPNs e gestão das mesmas visando a conservação da biodiversidade, através da educação ambiental e do turismo sustentável.
Ano/período: 2006
Público alvo: proprietários das áreas, comunidade em geral.
Pessoal envolvido: proprietários das áreas, técnicos da ONG (coordenador, educador ambiental), órgão financiador.
Resultados alcançados até o momento: criação de 04 RPPNs na região de Campina Grande do Sul., as quais somam cerca de 700 hectares em áreas consideradas extremamente prioritárias para a conservação da biodiversidade. Extensão do projeto para outros lugares, além da criação de vários subprojetos (como por exemplo, o de educação ambiental).

Projeto: Programa Natureza Solidária
Local: Curitiba
Objetivos: promover atividades de educação ambiental direcionadas a crianças e adolescentes, orientando-os quanto à importância das questões ambientais para o futuro da humanidade.
Ano/período: módulos em maio/2007 e set/2007
Público alvo: estudantes do ensino fundamental II
Pessoal envolvido: Centro de Ação Voluntária, Idéia Ambiental, escolas.
Resultados alcançados até o momento: apresentação dos resultados em Congressos e repetição do projeto em outros locais.

Outras ações:
- consultorias

IDS - Instituto de Desenvolvimento Sustentável

Projeto: GRIMPA - Fada Brisa
Local: 14 municípios da RMC
Objetivos: ministrar palestras de educação ambiental para crianças de escolas rurais, envolvendo o ensino e a importância do plantio de florestas. As atividades envolviam a elaboração de teatro nas escolas e a confecção e distribuição de cartilhas.
Ano/período: 2005 (duração de 2 meses)
Público alvo: crianças de escolas rurais
Pessoal envolvido: prefeitura, secretaria da Educação, CREA-PR, Embrapa Florestas, professores de escolas rurais, IDS
Resultados alcançados até o momento: não houve acompanhamento posterior, pois esse não era o objetivo principal e sim alcançar grande número de crianças e ensinar.

Projeto: Fala Belém
Local: Bacia do Rio Belém - vários bairros de Curitiba
Objetivos: conscientização da população, elaboração de um abaixo assinado para ver o rio limpo, distribuição de panfletos com perguntas abertas para a população sugerir o que deve ser feito para minimizar ou acabar com o problema ambiental do rio Belém, alunos voluntários ensinavam, o destino correto dos materiais retirados do rio.
Ano/período: 2007

Público alvo: moradores da Bacia do Rio Belém
Pessoal envolvido: PUC, IDS, Câmara Municipal de Curitiba, aproximadamente 140 alunos e comunidade em geral (mais de 102 mil assinaturas no abaixo assinado).
Resultados alcançados até o momento: a Sanepar despertou e criou comissões, surgiram projetos similares de outras instituições (Sanepar, Lúmen, Amigos do São Lourenço), houve grande repercussão na mídia.

Projeto: Diálogos para a Sustentabilidade
Local: PUC - Curitiba.
Objetivos: discutir conceitos de sustentabilidade a partir da participação de vários segmentos como o setor industrial, político, eclesiástico, poder executivo, dentre outros.
Ano/período: 2006
Público alvo: estudantes universitários
Pessoal envolvido: PUC e IDS.
Resultados alcançados até o momento: despertar alunos universitários para a questão de sustentabilidade, analisando a visão dos vários setores envolvidos.

Projeto: GRIMPA - Pinheirais Contra a Mudança Climática
Local: Araucária
Objetivos: Diminuição da emissão de CO_2 através do plantio do Pinheiro. As empresas patrocinam os plantios e como retorno, são colocadas placas indicativas das empresas nas propriedades. O plantio deverá ser realizado em áreas de preservação. As empresas adquirem cotas de plantio de mudas.
Ano/período: 2008
Público alvo: proprietários rurais e empresas (ganham selo ambiental "Amigo dos Pinheirais")
Pessoal envolvido: IDS, Embrapa, IBF, CREA-PR, FUPEF (para fazer auditoria as propriedades)
Resultados alcançados até o momento: não há, pois ainda encontra-se no início.

Instituto Sócio Ambiental Arindiana Jones

Projeto: Conhecendo as Trilhas do Paraná
Local: Patronato Santo Antônio – São José dos Pinhais
Objetivos: promover a sensibilização do educando; proporcionando conhecimentos científicos, tecnológicos e qualidades morais, que permitam o desempenho efetivo na preparação e manejo de processos de desenvolvimento; conscientização das crianças da comunidade e dos alunos internos, com atividades de Educação Ambiental, caminhadas, teatro e plantio de mudas.
Ano/período: 11 de julho de 1998
Público alvo: crianças da comunidade e internos do Patronato Santo Antônio.
Pessoal envolvido: professores, membros da ONG e Secretaria Municipal de Cultura de São José dos Pinhais – PR.
Resultados alcançados até o momento: aproximadamente 300 crianças ganharam um espaço de lazer e entretenimento, além de assimilarem conceitos básicos como: defesa da natureza, da flora e da floresta, do meio ambiente, da ecologia, preservar os ecossistemas e os habitats, combater a depredação dos recursos naturais, a poluição de mananciais e do lençol freático.

Projeto: Blitz Ecológica
Local: Portal da Boneca do Iguaçu, em São José dos Pinhais.
Objetivos: educar e conscientizar os motoristas a não jogarem lixo para fora do carro. Estes eram abordados e recebiam um panfleto explicativo, um saquinho de lixo e uma muda floral.

Ano/período: 20 de setembro de 1998
Público alvo: motoristas e pedestres que circulavam pela Avenida das Torres – Portal da Boneca do Iguaçu
Pessoal envolvido: membros e voluntários da ONG
Resultados alcançados até o momento: conscientização e Educação Ambiental

Projeto: No Limite com Deus
Local: Tijucas do Sul
Objetivos: favorecer a tomada de consciência do impacto que a degradação e devastação da natureza pode causar à natureza e ao ser humano. Desenvolver atividades físicas e intelectuais (gincanas) que estimulam as pessoas a apresentar soluções práticas para a reversão do quadro de destruição o meio ambiente bem como aplicá-las nas comunidades locais. Plantar mudas para recomposição da mata ciliar do Rio Negro, em Tijucas do Sul – PR.
Ano/período: maio de 2002, abril de 2003 e janeiro de 2008
Público alvo: jovens e comunidade evangélica
Pessoal envolvido: membros e coordenadores da ONG
Resultados alcançados até o momento: integração com o meio ambiente, espírito de equipe e recomposição de mata ciliar.

Projeto: A importância de reciclar – Arte em Papel Reciclado
Local: Curitiba, São José dos Pinhais e Campo Largo.
Objetivos: Ensinar técnicas para a confecção e a montagem de cartões e envelopes, e também de artesanatos diversos em papel reciclado, valorizando a arte do papel.
Ano/período: 2001
Público alvo: Professores, mães, alunos e comunidade em geral.
Pessoal envolvido: Usina de Conhecimento, CEFET, Ouro Fino, membros da ONG
Resultados alcançados até o momento: bons resultados, pois desenvolveu-se um trabalho junto a familiares de funcionários da empresa Ouro Fino, onde estas pessoas aprenderam técnicas de reciclagem de materiais, transformando-os em artesanato, gerando renda para si e para sua família. E também foi desenvolvido um trabalho junto à turma de pós-graduação do Cefet e em escolas municipais de São José dos Pinhais, sempre com o foco de transmissão de conhecimentos e geração de renda. Conseguiu-se resultados de 85% de aproveitamento nos cursos

Projeto: Projeto Oficinas Pedagógicas – Inclusão: Vida e Arte
Local: Curitiba - PR
Objetivos: desenvolver ao máximo o potencial de cada jovem e/ ou adulto, no que diz respeito a suas habilidades intelectuais, éticos, estéticos, cívicos, moral e físico, tornando-os autogestores, atuantes no meio em que se encontram, através da socialização, comunicação, cuidados pessoais e conhecimentos de mundo, priorizando sua qualidade de vida; cumprir regras, individuais e coletivas; desenvolver elementos de valorização dos participantes, conscientizando-o da sua importância na introdução de conceitos e valores para as novas gerações, incentivando a discussão de problemas locais junto às escolas e comunidades, encorajando-as a buscar soluções próprias e coletivas para a melhoria da sua qualidade de vida.
Ano/período: 2008
Público alvo: Estudantes do ensino público municipal.
Pessoal envolvido: Secretaria Municipal de Saúde, uma instituição religiosa e o Arindiana Jones, professoras das escolas.
Resultados alcançados até o momento: foi realizada uma primeira avaliação do projeto, envolvendo os parceiros e, de um público de 800 alunos, 100 estão participando ativamente das atividades propostas, ou seja, oficinas de motivação e treinamento de jovens.

Liga Ambiental

Projeto: Aqüífero Guarani na TV e na escola
Local: Curitiba
Objetivos: Produção de 10 programas de 10 minutos sobre o que é o Aqüífero Guarani e a sua importância para a vida das pessoas.
Ano/período: 2005/2007
Público alvo: Classe média que assina TV a cabo e crianças e adolescentes da rede pública municipal (cujas escolas estão localizadas em regiões pobres da cidade).
Pessoal envolvido: quadro técnico da Liga Ambiental, empresa produtora de vídeos, entrevistados (professores e autoridades).
Resultados alcançados até o momento: incompletos, pois os vídeos ainda não foram totalmente produzidos devido à falta de recursos ocasionada pela variação brusca do câmbio (dólar/real)

Projeto: Eficiência Energética Popular
Local: Curitiba - PR
Objetivos: Criar equipamentos de eficiência energética doméstica de baixíssimo custo e de fácil instalação.
Ano/período: 2007 até hoje
Público alvo: Habitantes de casas da região metropolitana de Curitiba (Campina Grande do Sul e Colombo, num primeiro momento).
Pessoal envolvido: quadros técnicos da Liga Ambiental, empresa fabricante de estruturas de stands, técnicos em meio ambiente com formação de nível médio.
Resultados alcançados até o momento: incompletos (pois os coletores estão sendo montados e testados em pequena escala).

MEACAM - Movimento Ecológico Amigos do Cambuí

Projeto: Plano Diretor do Parque Cambuí
Local: Campo Largo - PR
Objetivos: instalação do Plano Diretor para o parque à ser implantado.
Ano/período: 1993/1996
Público alvo: comunidade em geral
Pessoal envolvido: PUC, Fundação O Boticário, Prefeitura de Campo Largo.
Resultados alcançados até o momento: o Plano Diretor ficou pronto, mas o parque não foi implantado.

Outras ações:
- Passeio ciclístico com o objetivo de conscientização da população para uma vida mais saudável.
- Elaboração de jornais informativos à respeito do meio ambiente.
- Participação e elaboração de EIA/RIMA a serem utilizados em audiências públicas para a instalação de empresas locais.

TERRA MATER - Instituto Indigenista e de Estudos Sócio Ambientais

Não desenvolve projetos na Região Metropolitana de Curitiba

SPVS - Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental

Projeto: Condomínio da Biodiversidade
Local: Região Metropolitana de Curitiba

Objetivos: extensionismo conservacionista. Incentivar atitudes que invertam processos de degradação ambiental e preservem a biodiversidade nas áreas de remanescentes de vegetação nativa. Orientação técnica a proprietários de áreas nativas, manutenção da qualidade ambiental nas propriedades.
Ano/período: desde 2000
Público alvo: população em geral, proprietários de áreas nativas.
Pessoal envolvido: associados dos setores públicos e privados, pessoas físicas e instituições da sociedade civil.
Resultados alcançados até o momento: pessoas físicas já estão participando com ações pontuais em suas áreas e também observa-se o interesse de escolas, associação, pousadas, dentre outros.

SOS - Biodiversity Gaia

Projeto: Plantio de Mudas em Datas Comemorativas
Local: Almirante Tamandaré
Objetivos: incentivar as crianças a preservar e recuperar o meio ambiente, através do plantio de mudas nativas. As mais de 800 mudas já plantadas foram obtidas como doação.
Ano/período: desde a criação da ONG
Público alvo: população em geral
Pessoal envolvido: estudantes, professores, Sanepar.
Resultados alcançados até o momento: somente 30% das metas foram atingidas e, conforme Luiz Augusto Alves Barbosa, "é pouco, mas um dia ajudará".

Outras ações: participação em conferências estaduais, regionais e municipais sobre meio ambiente. Porém a percepção é que há muita discussão, com poucos resultados práticos.

UNIBIO - Universidade Livre de Proteção á Biodiversidade

Projeto: Educar e Transformar
Local: Fazenda Rio Grande
Objetivos: atender crianças que apresentam vulnerabilidade social. Educadores recebem capacitação em áreas temáticas como saúde, cidadania, deficiência sensorial e mental, tabagismo. Passeios eram realizados para a interação das crianças (zoológico, pequeno Cotolengo, Museu Oscar Niemeyer)
Ano/período: 2000/2005
Público alvo: crianças e adolescentes (9 a 16 anos) que se encontram em situação de risco: prostituição, dependência química de familiares, dificuldades de interação, desconhecimento de princípios éticos e morais.
Pessoal envolvido: SED (Secretaria do Estado de Educação), SECAD/MEC (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade)
Resultados alcançados até o momento: houve interesse dos alunos e da comunidade escolar (percebido por depoimento dos alunos, cartinhas, etc). Houve um resgate do aluno enquanto cidadão.

Projeto: Fábrica de Sabão - Uma Alternativa Biodegradável
Local: Jardim Gralha Azul - Fazenda Rio Grande
Objetivos: ensinar a comunidade a fabricar sabão biodegradável utilizando óleo de cozinha. Com isso evita-se o descarte do óleo em lugar impróprio, bem como gera lucro para a comunidade. As aulas ocorrem na escola, em parceria com o curso Técnico em meio Ambiente (Escola Estadual Jaime Canet)
Ano/período: 2007
Público alvo: comunidade, alunos e professores.

Pessoal envolvido: técnicos da escola, UNIBIO (com a tecnologia, o monitoramento e o efeito multiplicador) **Resultados alcançados até o momento:** geração de renda para a comunidade e proteção ao meio ambiente. **Outras ações:** - ações na justiça para reparação do dano ambiental, para estabelecer o ambiente pretérito. - denúncias contra o plantio de soja transgênica.

FONTE: Pesquisa de campo (2008)

Ao analisar os O*bjetivos* dos projetos, verifica-se uma grande quantidade de menções relacionadas com atividades voltadas à Educação Ambiental, algumas direcionadas a questões como recursos hídricos, resíduos sólidos, reciclagem e geração de rendas, conservação de ecossistemas; outras são aplicadas de uma forma mais ampla, englobando diversos setores. Observa-se, também, a grande quantidade de denúncias realizadas pelas ONGs ambientalistas, sendo que estas abrangem diversas áreas, dentre as quais destacam-se resíduos sólidos, lixo tóxico, esgoto, fauna, rios, degradação de ecossistemas.

Atividades ligadas à proteção da biodiversidade também são realizadas. Umas de divulgação, como programas de televisão e jornais informativos; outras relacionadas à conservação de ecossistemas específicos ou ainda o incentivo de criação de áreas de proteção.

Interessante observar que projetos socioambientais específicos, voltados para a comunidade local, não são muito freqüentes. O que ocorre são projetos ambientais que visam melhorar a qualidade de vida das pessoas, ou os que procuram fazer campanhas de sensibilização, demonstrando ações ambientalmente corretas para a população. Porém, poucos visam fazer um trabalho de base com a comunidade, isto é, que se inicie por ela e tenha ramificações ambientais.

Com relação ao L*ocal* dos projetos, nota-se que a área de atuação da maioria das organizações é o município onde estão sediadas, estendendo-se para os municípios da RMC, para o litoral do Paraná e Serra do Mar e, finalmente, todo o estado do Paraná. Somente algumas desenvolvem atividades fora do Estado, verificando-se que há uma facilidade maior de detecção dos problemas e das possíveis soluções, quando estes ocorrem mais próximos à realidade das ONGs. No Mapa 2 podem ser visualizadas as áreas de atuações destas organizações, o alcance de suas atividades, bem como a concentração de ações em determinadas regiões.

MAPA 2 ÁREAS DE ATUAÇÕES DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

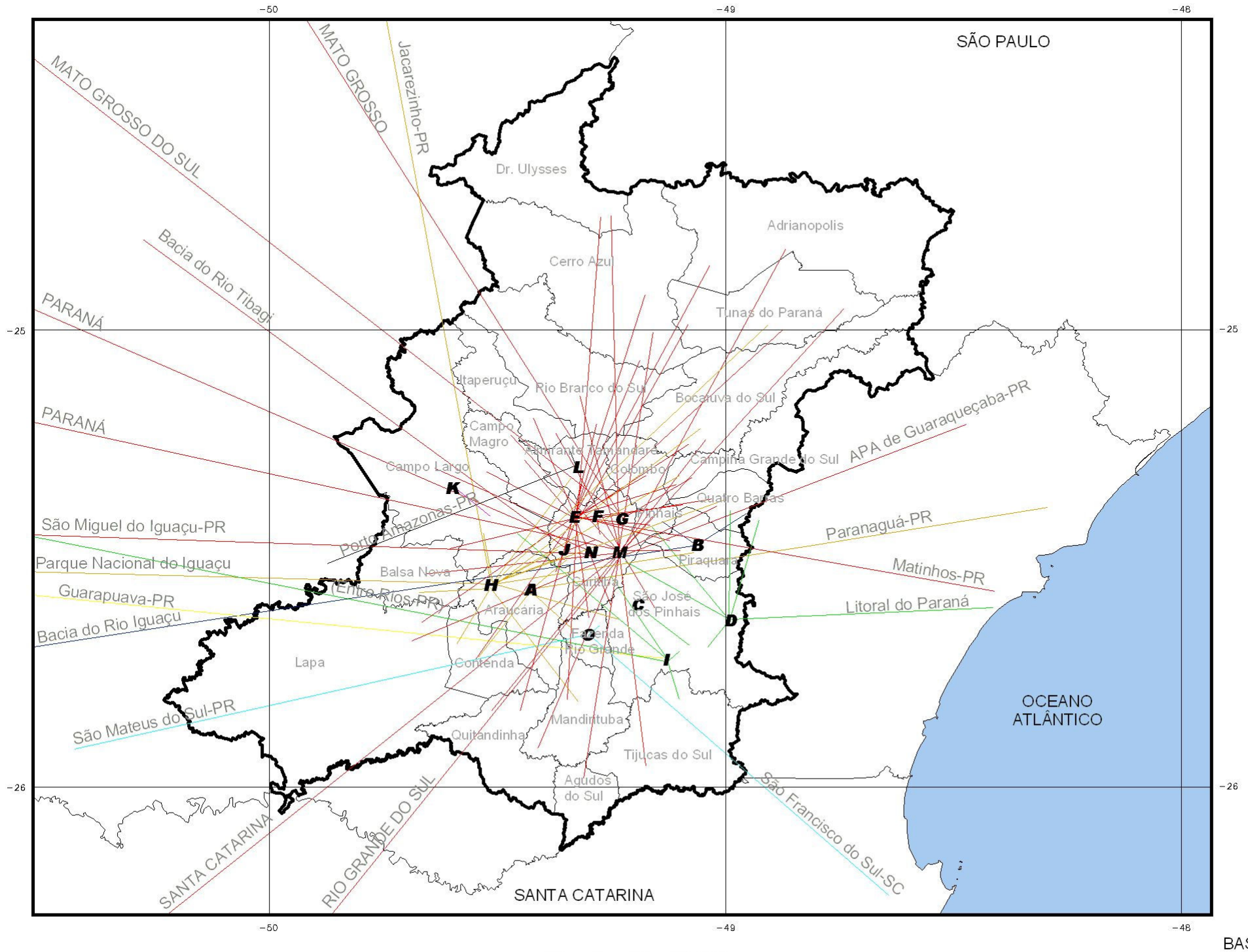
LEGENDA:

- (A) AMAR (Araucária-PR, Contenda-PR, Curitiba-PR, Fazenda Rio Grande-PR, Paranaguá-PR)
- (B) APPAM (Piraquara-PR, Pinhais-PR, Bacia do Rio Iguaçu, Serra do Mar-PR)
- (C) ARCO-IRIS (São José dos Pinhais - PR)
- (D) CARAMURU (Serra do Mar ,Litoral do Paraná, Curitiba-PR, Quatro Barras-PR, São José dos Pinhais-PR)
- (E) CEDEA (Matinhos-PR, Vale do Ribeira-PR, Região Metropolitana de Curitiba)
- (F) CESLG (Curitiba-PR e Quatro Barras-PR)
- (G) IDÉIA AMBIENTAL (Campinha Grande so Sul-PR,Curitiba-PR,Mato Grosso e Mato Grosso do Sul)
- (H) IDS (Jacarezinho-PR, Parque Nacional do Iguaçu,Curitiba-PR, Almirante Tamandaré-PR, Araucária-PR, Bocaiúva do Sul-PR, Campo Largo-PR, Colombo-PR, Contenda-PR, Piraquara-PR,São José dos Pinhais-PR, Rio Branco do Sul-PR, Campina Grande do Sul-PR, Quatro Barras-PR, Mandirituba-PR e Balsa Nova-PR)
- (I) INSTITUTO ARINDIANA JONES (Entre Rios-PR e Guarapuava-PR,São José dos Pinhais-PR, Tijucas do Sul-PR,Curitiba-PR e Pinhais-PR)
- (J) LIGA AMBIENTAL (Bacia do Rio Tibagi-PR e Curitiba-PR)
- (K) MEACAM (Campo Largo-PR)
- (L) SOS BIODIVERSITY GAIA (Porto Amazonas-PR e Almirante Tamandaré-PR)
- (M) SPVS (APA de Guaraqueçaba - PR, todo o Estado do Paraná, região Sul do Brasil)
- (N) TERRA MATER (todo o estado do Paraná, São Miguel do Iguaçu - PR, Baía de Paranaguá - PR)
- (O) UNIBIO (São Francisco do Sul - SC, São Mateus do Sul - PR e Fazenda Rio Grande-PR)

As informações constantes no Mapa 1 e no Mapa 2 permitem à elaboração de um mapa síntese (Mapa 3), onde a visualização das redes formadas pelos locais de atuações das ONGs é facilmente observada. Ao realizar a análise do Mapa 3 verifica-se, com maior clareza, que grande parte das organizações pesquisadas apresenta sua sede na cidade de Curitiba ou nos municípios limítrofes a ela, formando redes de atuações mais densas nestas regiões. Os municípios mais distantes da cidade pólo não deixam de ser beneficiados pelas ações destas organizações, entretanto suas atividades formam uma rede menos densa, indicando que as preocupações também estão voltadas para estas regiões, porém, em menor intensidade.

Outro fator a ser ressaltado é com relação à escala de abrangência das ações destas organizações, pois, quando perguntado a elas qual a área de atuação da instituição, grande parte respondeu “nacional” (Gráfico 4), porém ao analisar o Mapa 3 verifica-se que a rede formada pelas áreas de atuações apresenta-se visivelmente mais densa nos municípios que compõem a Região Metropolitana de Curitiba. Desta forma observa-se que, mesmo que estas organizações procurem uma articulação entre o local e o nacional, as interações ocorrem mais frequentemente entre os atores locais ou regionais.

MAPA 3 REDES FORMADAS PELOS LOCAIS DE ATUAÇÕES DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS



LEGENDA:

ONG (Sede)
(A) AMAR (Araucária-PR)
(B) APPAM (Piraquara-PR)
(C) ARCO-IRIS (São José dos Pinhais-PR)
(D) CARAMURU (São José dos Pinhais-PR)
(E) CEDEA (Curitiba-PR)
(F) CESLG (Curitiba-PR)
(G) IDÉIA AMBIENTAL (Curitiba-PR)
(H) IDS (Araucária-PR)
(I) INSTITUTO ARINDIANA JONES (São José dos Pinhais-PR)
(J) LIGA AMBIENTAL (Curitiba-PR)
(K) MEACAM (Campo Largo-PR)
(L) SOS BIODIVERSITY GAIA (Almirante Tamandaré-PR)
(M) SPVS (Curitiba-PR)
(N) TERRA MATER (Curitiba-PR)
(O) UNIBIO (Fazenda Rio Grande-PR)
Região Metropolitana de Curitiba

10 0 10 20 Km

BASE CARTOGRAFICA: IBGE,2000

Quanto ao *Ano da Implantação das Atividades*, observa-se que a grande maioria dos projetos relacionados foram realizados a menos de 10 anos, e dentre estes, a maioria nos últimos 5 anos.

Na análise do *Público Alvo*, percebe-se que a *sociedade em geral* é o grande foco de ações das entidades, sendo englobadas neste quesito os participantes de clubes, telespectadores, integrantes de feiras, entre outros. A *comunidade local* foi a segunda categoria mais mencionada, nesta categoria também estão os proprietários de áreas e os usuários locais. Em terceiro plano ficaram *crianças e adolescentes,* seguidos de perto por *estudantes*.

Nas entrevistas também foi levantado o Pessoal Envolvido nos projetos e ações das ONGs, obtendo-se o seguinte resultado: *técnicos e integrantes das ONGs* foram os mais mencionados, depois foi o *poder público* (Prefeituras, Secretarias da Educação, da Cultura do Meio Ambiente, dentre outras) e as *entidades de ensino* (fundamental, médio e superior). Interessante observar que a *comunidade* aparece somente em quarto lugar, seguido pelo *Ministério Público*, por *voluntários* e *empresas*. Itens que tiveram apenas uma menção foram: *outras ONGs, Igreja, Órgão Financiador.*

O último item analisado no Quadro 8 foram os R*esultados Alcançados até o Momento.* Na opinião da grande maioria dos entrevistados, os resultados de suas ações foram positivos, pois conseguiram sensibilizar e mobilizar os atores envolvidos, sendo que alguns casos apresentaram um retorno social fenomenal; houve a criação de associações, espaços de lazer, de leis municipais e estaduais; ações similares foram reproduzidas em outros locais e por outras instituições; as denúncias foram atendidas ou ainda estão em tramitação legal.

Após análise dos pontos positivos, faz-se necessário comentar os resultados negativos. Algumas ONGs atingiram as metas propostas com resultados muito satisfatórios, porém não conseguiram dar continuidade aos trabalhos devido à mudança de governantes, fazendo com que os projetos fossem interrompidos. Com outras, os resultados não foram satisfatórios, ficando bem abaixo do esperado, pois houve pouca participação e interesse da comunidade, do poder público ou do público alvo, corroborando com a afirmativa de Furriela (2002, p.160) quando diz que as ONGs dependem em ampla escala de sócios e voluntários para a execução de

seus projetos, pois nem sempre é possível contar com a colaboração da comunidade em geral.

4.11 PROCESSO PARTICIPATIVO DA COMUNIDADE

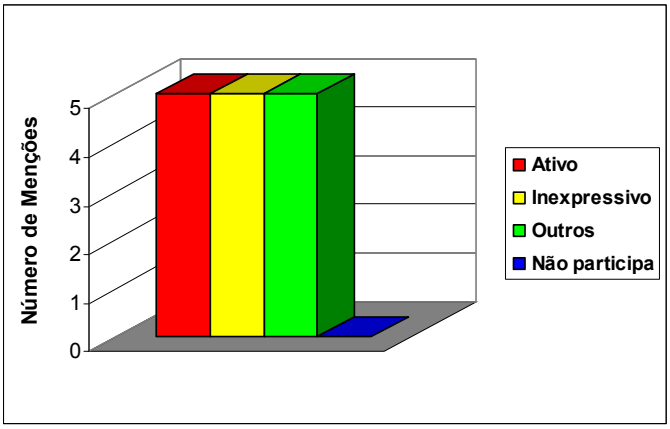
Para verificar o comprometimento da sociedade em resolver questões ligadas ao meio ambiente, foi perguntado, durante as entrevistas, como é considerado o **processo participativo da comunidade**, com o objetivo de conhecer o respaldo da população em relação às atividades das ONGs. Com este dado pode-se perceber se as redes que estas organizações procuram formar, em defesa do meio ambiente, são permanentes ou efêmeras.

As respostas podem ser observadas no Gráfico 5, onde verifica-se um resultado interessante de ser observado, pois as três menções realizadas - *Ativo, Inexpressivo* e *Outros* - obtiveram o mesmo percentual. A única menção não considerada foi a de que a comunidade *não participa* do processo.

Estes resultados demonstram que a mobilização ocorre e é ativa, se o que está sendo proposto vem ao encontro das necessidades e anseios da população, ou seja, visa o bem comum. Porém, na menção que afirma ser o processo participativo inexpressivo, notam-se duas lacunas a serem preenchidas: a primeira diz respeito à falha de comunicação, pois as informações são repassadas, mas não explicadas; e a outra é o receio do poder despótico ou daquele fundado na autoridade, levando a certa omissão da população no momento de agir em benefício do grupo. Por fim, a menção outros, indica situações de dúvidas, de receios ou de aprovações parciais das atividades, mostrando que as redes formadas deixam bastantes espaços a serem preenchidos.

Os dados coletados podem ser analisados no gráfico a seguir:

GRÁFICO 5 - PROCESSO PARTICIPATIVO DA COMUNIDADE



FONTE: Pesquisa de campo (2008)

Alguns entrevistados afirmam que a comunidade participa quando o trabalho da ONG é pró-ativo, isto é, quando eles agem depois do respaldo da comunidade. A demanda precisa vir dela (comunidade) e a entidade agir depois de conhecê-la. Também foi mencionado que a comunidade mostra-se extremamente interessada quando as ações envolvem a escola e seus alunos. Neste caso, há uma mobilização de pais, alunos e professores.

Quando foi afirmado que o processo participativo é *Inexpressivo*, os comentários foram diversos. Com relação às denúncias, foi comentado que a comunidade não age por medo, que ela necessita que a "alguém" faça o papel delas ou, por outro lado, ela "apenas denuncia, mas raras vezes participa do processo de pressão feita às autoridades" (AMAR). Outro comentário foi o de que a participação está "engatinhando" (UNIBIO), que a comunidade "tem muito que aprender, pois ela tem a informação, mas não tem o conhecimento" (BIODIVERSITY), que seriam necessários mais projetos de extensão universitária, mais empenho da diretoria dos colégios, mais participação de órgãos governamentais, pois "continuidade é o problema" (BIODIVERSITY). Interessante colocar o comentário do representante da ONG MEACAM, que diz que "as preocupações com o meio ambiente são mínimas, eles já estão cansados de ouvir o mesmo discurso", explicando que: as atitudes práticas têm muito mais efeito que a simples retórica.

A menção *Outros* teve vários comentários, mas o que mais se destacou foi a expressão "depende". Depende se "lhes afetam" demonstrando falta de mobilização local (CEDEA); depende se é do interesse deles, "demonstrando um sentimento egoísta, uma falta de consciência de que eles fazem parte do todo" (CARAMURU);

“depende se há provocação e fôlego dos projetos, a construção participativa tem ótimas chances de ocorrer” (SPVS); depende do ponto de vista, se for das mudanças nas políticas públicas, a participação é pífia, mas se for mudanças paulatinas de mentalidade na população em geral, houve avanços importantes (LIGA AMBIENTAL).

4.12 PERCEPÇÃO DA ACEITAÇÃO DA COMUNIDADE LOCAL COM RELAÇÃO ÀS AÇÕES DESENVOLVIDAS

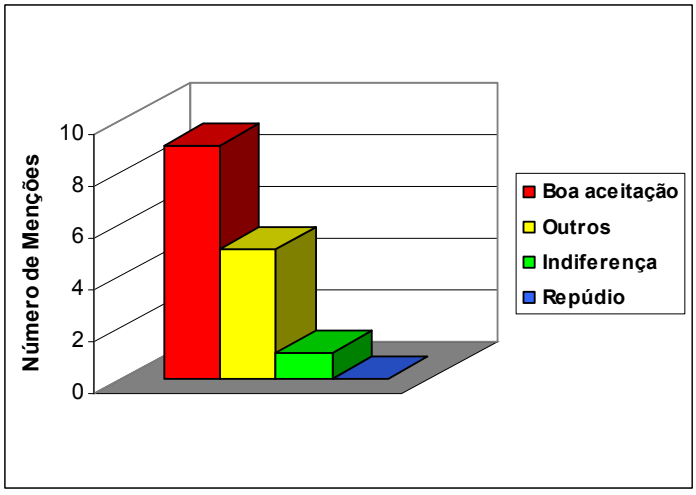
Depois de analisado a participação da comunidade, investigou-se como é percebida, pelos entrevistados, a **Aceitação da Comunidade Local com Relação aos Projetos Ambientais**.

A investigação apresentou como resultado 60% de menções positivas, isto é, a comunidade apresenta uma *Boa Aceitação* dos projetos; em seguida têm-se 33% de menções *Outros* e 7% de *Indiferença*.

Estes resultados corroboram com as afirmativas, até agora realizadas, de que o poder político é mais fácil de ser exercido se tiver o aval da comunidade. Outra confirmação é a de que quanto mais próximo às ações estiverem da realidade dos grupos mais facilmente as territorialidades serão formadas. Por último, nota-se o valor da informação para o desempenho de um projeto, visto que só há formação de redes de ações se houver eficiência na comunicação.

No Gráfico 6 encontram-se as citações feitas pelos entrevistados com relação ao assunto abordado.

GRÁFICO 6 - PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS SOBRE A ACEITAÇÃO DA COMUNIDADE LOCAL EM RELAÇÃO ÀS AÇÕES DESENVOLVIDAS



FONTE: Pesquisa de campo (2008)

A *Boa Aceitação*, muitas vezes, é devida a um trabalho de sensibilização realizado antes da implantação dos projetos. Naqueles projetos que "vêm" da comunidade, eles participam e "geralmente pedem mais" (IDS), desejam participar mais, querem "conhecer o projeto" (IDÉIA AMBIENTAL). Porém, este sentimento de participação é demonstrado somente pelo grupo diretamente atingido pelas ações, do "grupo que está agindo no local" (MEACAM) ou, em outros casos, o interesse surge no início das atividades, mas vai arrefecendo no decorrer dele, sendo "difícil de manter" (BIODIVERSITY). Este desinteresse ocorre, em grande parte, devido à maioria aceitar qualquer projeto, sem conhecê-lo. Somente no seu decorrer é que seus idealizadores saberão se ele será levado adiante ou não, pois a continuidade dos projetos depende da participação da comunidade.

Na menção *Outros*, observa-se que a aceitação depende de diversos fatores como: uma abordagem adequada, a população sentir simpatia pela causa, a causa lhes afetar, o alcance da mídia, a falta de políticas públicas, a localização do projeto pois, segundo Clóvis Borges , representante da SPVS: "projetos urbanos têm melhor aceitação".

Quanto à comunidade ser *Indiferente* às atividades realizadas é por que ela "já está cansada de ouvir discursos, faz-se necessário ações concretas" (ARINDIANA JONES).

4.13 DIFICULDADES ENCONTRADAS NA RELAÇÃO ESTABELECIDA ENTRE A ORGANIZAÇÃO E O GOVERNO, EMPRESAS E A COMUNIDADE.

Um dos principais temas investigados durante as entrevistas foi a inter-relação das ONGs com os demais atores da sociedade, como governo, empresas e a comunidade, visando perceber o processo de articulação para a formação de possíveis redes de atuações, as dificuldades encontradas na implantação das ações e as diferenças relacionais entre as instituições investigadas.

4.13.1 Governo

Ao analisar as respostas, verificou-se que 80% das instituições não possuem uma visão muito otimista frente às ações governamentais, mencionando diferentes motivos para que essa percepção ocorra. Apenas 20% afirmam não encontrar dificuldades no relacionamento com os representantes do governo.

Diante do que foi levantado durante as entrevista, verifica-se que a conexidade que as ONGs procuram formar com os órgãos governamentais, no exercício de suas ações, está longe de ser a ideal para as atividades lograrem o sucesso almejado. Ficando evidente que as relações de poder que se formam são assimétricas, onde uma das partes possui menos meios de se conseguir o efeito desejado que a outra.

No Quadro 9 podem ser observadas as diferentes menções realizadas com relação ao Governo.

QUADRO 9 - PERCEPÇÕES ENCONTRADAS COM RELAÇÃO AO GOVERNO

1. Agem para desacreditar as ONGs, fazem muitas críticas e denigrem a imagem das instituições.
2. O Governo é réu em várias ações e não gosta disso
3. “Nenhum governo gosta de ser fiscalizado. Portanto, tratam-nos como inimigos.”
4. Existe uma burocracia exagerada e morosidade na aprovação e liberação de recursos para patrocínio de projetos e também existem setores que são mais beneficiados por seus membros possuírem influência políticas junto ao governo.
5. “Conservação de áreas naturais não é prioridade do governo e não atuam a partir de um plano estratégico”
6. É necessário o cumprimento à lei e que os governos ouçam a sociedade civil.
7. “Só empecilhos”, atrasam liberação de verbas, de alvarás.

8. É necessário o Governo dar mais credibilidade às ONGs sérias
9. O Governo não tem ideologia, é o que mais descumpre as regras ambientais.
10. Dificuldade na liberalização de financiamentos, mesmo com o projeto aceito.
11. O Governo não quer entraves e a ONG tem posição sempre contrária ao Governo.
12. Agem como intermediários em projetos ambientalmente errados.
13. Não há conflito, a idéia é desenvolver parcerias.
14. Não ocorrem dificuldades no relacionamento, pois não há envolvimento com o Governo.
15. Não há dificuldades, existe um bom relacionamento.

FONTE: Pesquisa de campo (2008)

Analisando o quadro acima, verifica-se uma postura um tanto descomprometida dos governos atuais frente às causas ambientais e uma pouca interação entre as ações das ONGs ambientalistas e os atores governamentais. Dificuldades como a morosidade na liberação de recursos financeiros para desenvolvimento de projetos, excesso de procedimentos burocráticos e descontinuidade das ações, foram as mais comentadas pelos entrevistados.

Observa-se, também, que as menções que afirmam não encontrar dificuldades, também não encontram uma ação em conjunto, apenas uma “idéia” de desenvolver parcerias ou um não entrar na esfera do outro, mas não um trabalho que envolva ação conjunta entre as partes.

4.13.2 Empresas

Analisando a relação que as ONGs mantêm com as empresas, verifica-se que apenas 20% das instituições contam com o apoio das empresas em seus projetos, verificando-se, com 80% das menções, que a participação da iniciativa privada ainda é tímida. Neste caso, a maioria das empresas não prioriza as relações sociais existentes ou o bem comum, apenas há o interesse econômico em questão. As melhorias socioambientais são relegadas ao segundo plano, ou esquecidas, por apresentarem-se muito dispendiosas sendo, portanto, insignificante a vinculação necessária para o desempenho dos projetos.

Observa-se que as empresas que procuram manter parcerias com as ONGs são aquelas que investem em projetos socioambientais como diferencial competitivo, uma vez que, em paralelo a essas iniciativas começa-se a discutir os princípios e preceitos da responsabilidade social empresarial.

No Quadro 10 observam-se as principais menções a respeito do relacionamento mantido com as empresas.

QUADRO 10 - PERCEPÇÕES ENCONTRADAS COM RELAÇÃO ÀS EMPRESAS

1. Pouco se relacionam
2. “É um caminho de duas mãos”.
3. “Apenas uma fração mínima apresenta preocupação com a conservação de áreas naturais”
4. Desconfiam em patrocinar projetos se não conhecerem quem elaborou e são muito fechadas para projetos que interfiram em suas rotinas.
5. Tratam as ONGs como causadoras de prejuízos. “Nenhuma empresa está disposta a cobrir os custos sócio-ambientais que são externalizados”
6. As ações são com elas mesmo (denúncias)
7. Dificilmente chamam para conversar para uma mobilização, encaram a atividade das ONGs como de policiamento.
8. Não estabelecem relações com as empresas
9. Tentaram alguns diálogos, mas o poder econômico é o maior divisor. Algumas denúncias foram resolvidas com acordos, outras através de multas.
10. Tem mais interesse econômico - marketing verde ou devido às multas
11. Apresenta algumas dificuldades, pois as empresas sabem que estão erradas, mas por trás sempre há o interesse econômico.
12. “Apóiam pela imagem”.
13. Bom relacionamento
14. “São receptivos, demonstram interesse, ouvem a instituição”.
15. Ótima, são elas que embasam os projetos.

FONTE: Pesquisa de campo (2008)

Ao analisar o quadro acima, percebe-se o pouco interesse das empresas com relação ao meio ambiente, ao desenvolvimento de ações integradas que levem ao bem comum ou, simplesmente, em apoiar as iniciativas das ONGs. Para elas, as ONGs ambientalistas são vistas como a *oposição*, como entidades que querem prejudicar, querem denunciar, querem policiar suas atividades.

Embora atualmente as empresas estejam manifestando um maior interesse pela área ambiental, ainda existe um certo preconceito com o trabalho destas instituições. Dificilmente encontra-se uma *união das forças*. Algumas empresas só participam de certos projetos que dêem retorno de mídia, sendo que, para a grande maioria, o foco não é o trabalho social ou o ambiental, propriamente dito, apenas associar sua marca ao “ambientalismo”.

4.13.3 Comunidade

Quanto à relação estabelecida com a comunidade, demonstrada no Quadro 11, verifica-se que pouco mais da metade das instituições não encontram grandes dificuldades em desenvolver um trabalho de parceria com a comunidade. Isso demonstra que as ONGs buscam atuar em comum acordo com o grupo beneficiado por suas ações, procurando manter-se no poder através do conhecimento e da realização dos anseios do grupo envolvido.

No quadro abaixo pode ser analisado as percepções dos entrevistados com relação à comunidade.

QUADRO 11 - PERCEPÇÕES ENCONTRADAS COM RELAÇÃO À COMUNIDADE

1. O relacionamento é bom, pois ela é matéria-prima da ONG
2. Não há nenhuma dificuldade, são de fácil acesso.
3. Há uma interação, pois algumas vezes são chamados pela comunidade científica para passar experiências.
4. “Perfeita”
5. “Nós somos a comunidade”
6. “Não há dificuldades”
7. Desde que fale sua linguagem, é a que mais trabalha.
8. Não apresentam dificuldades com relação aos projetos realizados.
9. “Vêem-nos, às vezes, como ”salvadores da pátria”, às vezes como entendidos, e às vezes como lunáticos”
10. Existem preconceitos que geram conflitos entre aqueles que querem preservar e os que degradam sem preocupações em preservar.
11.”Superficialidade conceitual e ignorância impedem a sociedade de ser mais reativa”
12. Não tem consciência com o lixo, a propaganda não os atinge.
13. “O povo é medroso e acomodado”. Eles precisam ver resultados práticos.
14. Olham a ONG com uma certa desconfiança. Acreditam que por trás das ações há uma intenção não declarada, uma promoção da instituição.
15. Desejam ser beneficiados pelos projetos, mas não participam efetivamente no processo de implantação. Os lideres comunitários não podem achar que só o trabalho da ONG resolverá todos os problemas, eles precisam envolver-se mais no processo de execução do projeto e interar-se mais dos benefícios que estes trarão para sua comunidade.

FONTE: Pesquisa de campo (2008)

De uma maneira geral, a maioria das ONGs contam com a participação da comunidade em suas ações, dizendo ter uma relação próxima com a população e afirmando que quanto mais interada a ONG estiver das necessidades locais, maior

será a participação comunitária.

As demais organizações, ao colocarem uma posição contrária, afirmam que percebem certa acomodação e descomprometimento da população. Eles querem resultados práticos e rápidos, mas não demonstram interesse em se envolver com os problemas e suas possíveis soluções, surgindo ações isoladas e desarticuladas. Outras vezes, por falta de formação ou de informação, a comunidade acaba não valorizando o trabalho das instituições, pois não consegue ver a *necessidade* de tais ações.

4.14 PREOCUPAÇÃO COM OS RESULTADOS E A EFICIÊNCIA DAS AÇÕES

Durante as entrevistas buscou-se verificar se há uma **preocupação das entidades ambientalistas com a eficácia de suas atividades e os efeitos de suas ações**. Com os resultados, demonstrados no Quadro 12, pode-se perceber se as ONGs procuram manter um comprometimento com o resultado e a continuidade de suas atividades.

QUADRO 12 - PREOCUPAÇÃO COM OS RESULTADOS E A EFICIÊNCIA DAS AÇÕES

1. São realizadas reuniões no início do ano para verificar as ações implantadas e elaboração de novas ações.
2. Há um comprometimento dos técnicos com suas ações.
3. Há uma busca constante por investimentos direcionados a demandas prioritárias.
4. Realizam um feedback da direção das escolas quanto aos comentários e atitudes dos alunos em relação ao conteúdo aplicado.
5. “A eficiência de nossas ações não podem ser medidas no curtíssimo prazo, pois algumas das nossas lutas já têm muitos anos e, certamente, ainda se arrastarão por vários outros”.
6. Só não monitora mais, como gostaria, por falta de pessoal, falta de equipe.
7. Fazem acompanhamento, voltam ao local, a preocupação existe.
8. Realizam reuniões, procuram pessoas de associações para conversar.
9. Em alguns projetos realizam ações de monitoramento, procuram dar continuidade aos programas, ou verificam sua reaplicabilidade.
10. Criam métodos qualitativos e quantitativos de monitoramento, fazem reuniões para rever o caminho percorrido.
11. Acompanham as ações, telefonam para escolas e centros comunitários para saber do andamento das atividades.
12. Fazem reuniões, voltam às comunidades.
13. Desenvolvem mecanismos (parcerias) para mostrar as mudanças como, por exemplo, a

parceria com o programa Band Pé no Rio.
14. Fazer por fazer não tem sentido, porém, é difícil ter indicadores para mensurar.
15. Possuem um compromisso em repassar as informações, se a comunidade captar 10% , ótimo, se captar 50%, melhor ainda. Se trabalhar pensando nos resultados, fica muito frustrado!

FONTE: Pesquisa de campo (2008)

Analisando as menções, constata-se que a grande maioria das instituições desenvolve mecanismos que procuram verificar os frutos de suas ações, mas nem sempre o monitoramento ocorre da maneira desejada devido à limitação de recursos financeiros e humanos para esta atividade. Por isso as ONGs precisam contar com a grande participação e interesse da comunidade em dar continuidade ao que foi proposto e implantado pelas ONGs.

4.15 OBSERVAÇÕES E COMENTÁRIOS

No final das entrevistas, foi aberto um espaço para as ONGs manifestarem seus anseios e preocupações, realizarem comentários sobre seus trabalhos e sobre a interação entre as diferentes instituições que atuam na RMC, bem como colocarem algumas observações que julgassem importantes a respeito da atuação das entidades ambientalistas. Neste momento, surgiram diversos comentários sobre diferentes aspectos, sendo que os principais foram retratados no Quadro 13.

QUADRO 13 - OBSERVAÇÕES E COMENTÁRIOS REALIZADOS PELOS ENTREVISTADOS

1. O trabalho das ONGs precisa aliar tecnologia + ambiental + social, se ficarmos só no ambiental, viraremos o objetivo da Estocolmo. É necessário mais união entre as ONGs, elas pensam muito diferente e não fazem questão da interação em congressos e reuniões.
2. O trabalho das ONGs é bem feito, falta apenas capacitação. Não é errado ver uma ONG como empresa, ver a profissionalização, mas tem que ser por gostar e não trabalhar como profissionais de gabinete, que se mantêm distantes da realidade. As ONGs precisam achar um ponto de equilíbrio, seriam um novo segmento de ONGs (as ONGs do futuro), nem só denuncias, nem só empresas.
3. As ONGs do Paraná precisam ter mais articulação entre si, elas poderiam pegar o modelo de agir de forma cooperativa e por consenso dos índios. “Sinto que esta ONG vai acabar em mim, os novos são muito capitalistas”
4. É bastante difícil de ser ouvido, por isso a ONG tem que ter clareza no seu ideal. 99% do nosso trabalho é ideológico.

5. O trabalho toma muito tempo dos colaboradores, a demanda é grande, mas os recursos são escassos (“Ninguém quer financiar a crítica”). As ONGs precisam de pessoas mais comprometidas e que visem menos o dinheiro, falta mobilização dos colaboradores. Atualmente encontram-se 03 tipos de ONGs: as antigas, que surgiram por amor a arte, as empresariais e os ING (indivíduos não-governamentais).
6. Faz-se necessário um maior fortalecimento das relações institucionais
7. É um trabalho crescente. No início com poucos, mas depois formam-se redes.
8. As ONGs estão morrendo, pois a problemática ambiental tornou-se banal, não existe mais sensibilização ambiental. Muito se fala, mas as pessoas já estão cansadas de ouvir. Por outro lado falta consciência da cidadania, o associativismo está em baixa, falta representação em vários setores, não só o ambiental. O combate direto é que funciona, projetinhos como plantar árvores e retirar lixo das ruas NÃO! Isso é função do governo.
9. O Governo não sabe usar a força das ONGs. A falta de subsídios dos fundos prejudica as ONGs que trabalham com assistência social.
10. É muito difícil de sobreviver, sofrem a ameaças, invasão de propriedades, só não atuam mais porque não se vendem.
11. Não existe integração adequada entre as ONGs no Paraná, existem excelentes iniciativas inovadoras no campo da conservação de áreas naturais, mas sem capacidade ainda de se tornarem políticas públicas.
12. Muito ambientalista é de reunião, pois se aproximar muito do mundo tecnificado, perde o contato com a comunidade. As ONGs precisam sair do mundo das reuniões, não devem brigar entre si, mas devem criar opções. Elas devem vivenciar e praticar o que pregam.
13. O trabalho vale a pena, pois atua diretamente com jovens. É um trabalho voluntário pró-ativo.
14. O trabalho das ONGs poderia ser melhor utilizado, dando condições para que se desenvolvessem tarefas que os governos e empresas não dão conta de realizar. O trabalho das ONGs é uma porta aberta para o desenvolvimento de novas pesquisas e tecnologias, a custo baixo, beneficiando empresas, comunidades e governo. Várias ONGs trabalham em rede, mas poucas parcerias são firmadas, apenas trocam informações que não trazem muito sentido aos projetos. Alguns componentes das ONGs não estão preparados para fóruns de discussões mais elaborados, eles ficam apenas debatendo posições pessoais.

FONTE: Pesquisa de campo (2008)

Observa-se que um dos pontos principais de questionamento das instituições é a falta de articulação entre as ONGs paranaenses. Os diálogos, quando ocorrem, são superficiais, existindo apenas troca de informações e não uma verdadeira ação em conjunto para combater uma mesma causa.

Outro fator de crítica foi a profissionalização das ONGs sem um acompanhamento do que está ocorrendo no local, sem um conhecimento da comunidade, do que pensam e de como agem. Os técnicos são “técnicos de gabinetes” e os projetos surgem de “cima para baixo”. A critica não é exatamente sobre a profissionalização do setor, pois esta deve existir para um aprimoramento

das ações. O que não deve existir é um distanciamento entre os formuladores das ações e os problemas sócio-ambientais existentes. Estes profissionais devem conhecer muito bem a comunidade e seus anseios antes de elaborarem as ações locais.

Outro ponto colocado foi a necessidade de fortalecimento das instituições. Elas precisam adquirir mais credibilidade perante o Estado, as empresas e a comunidade. O seu trabalho precisa aparecer, necessita ser divulgado, pois elas têm condições de desenvolver ações com a comunidade e o meio ambiente em determinadas escalas que, muitas vezes, o Governo e as Empresas não conseguem alcançar. Mas, para isso, precisam adquirir uma determinada sinergia com outras ONGs, com outras instituições e com a população em si.

CONCLUSÃO

Nos últimos tempos observa-se que o ambientalismo brasileiro tem apresentado uma crescente influência na elaboração e implantação de políticas públicas, bem como na promoção de novos caminhos para um modelo sustentável de desenvolvimento. Ele apresenta-se como um ator relevante que assume uma ampla escala, baseada num diálogo com outros atores sociais. Este leque de práticas e atores lhe confere um caráter multissetorial, que incorpora diversas tendências e propostas que norteiam suas ações, levando em conta valores como a justiça, cidadania, democracia, igualdade e conservação ambiental.

Hodiernamente, os embates colocados pelos ambientalistas estão relacionados à constituição de uma cidadania para os desiguais, à ênfase dos direitos sociais, à degradação socioambiental e à necessidade de ampliar práticas centradas na sustentabilidade.

Este contexto apresenta um nicho de atividades para uma parcela da população preocupada com as lacunas deixadas pelo Estado e com as deficiências de instituições clássicas, que vêm perdendo força, capacidade de regulação e integração, além de apresentarem uma acomodação frente à dinâmica do mundo oficial em diversos setores, inclusive o socioambiental, constituindo, desta forma, as Organizações Não-Governamentais Ambientalistas.

Estas organizações, ao entenderem que existe uma omissão por parte do Estado em relação às questões sociais e ambientais, elaboram propostas para minorar as carências apresentadas por tais setores, caracterizando-se como entidades propositivas e de resistência. Porém, para que isso ocorra, é preciso que elas apresentem legitimidade em suas ações, pois estas correspondem aos interesses da sociedade em geral, em oposição à lógica da exclusão vigente. As ONGs não são globais nos seus trabalhos, nem possuem recursos suficientes para tal fim, não apresentam representatividade política, não tem perfil estatal. Sua missão é conhecer as causas dos problemas sociais, apontar soluções, elaborar modelos de intervenção e procurar envolver a população na busca de um desenvolvimento mais justo e sustentável.

Um país democrático se faz pelo exercício participativo em todas as suas esferas de poder, e as entidades não governamentais têm influenciado, de maneira benéfica, este processo. As ONGs apresentam-se como novas formas de governança, intermediando governantes e cidadãos, configurando-se , através das redes formadas, como verdadeiras “costuradoras” de programas de ações que melhor aproximem intenções governamentais e necessidades comunitárias, oferecendo às ações uma cobertura e uma capilaridade que os órgãos governamentais que, por um ou outro motivo, não conseguem alcançar.

Neste estudo foi observado que, na área pesquisada, o despertar da sociedade civil organizada para a questão ambiental é relativamente recente, coincidindo com a mobilização geral da população brasileira no período da ECO-92, acontecimento que deu uma popularidade ao tema ambientalismo.

As ONGs estudadas procuram realizar ações que envolvam a comunidade local, oferecendo, através de programas de sensibilização, condições para que estes atores sociais compreendam suas realidades e o ambiente em que habitam, constituindo verdadeiras redes de atuação em torno de um objetivo comum a ser atingido. Através da disseminação de informações e da multiplicação práticas de atuação, estas entidades procuram instituir seu poder, formando verdadeiros cidadãos, críticos e conscientes de suas ações. Assim, estes grupos se fortalecem e conseguem mais facilmente obter resultados satisfatórios nas ações que promovam uma melhoria social e ambiental.

O fato de apresentarem como público-alvo, principalmente, a sociedade em geral e a comunidade do entorno, certifica que elas procuram agir em uníssono com a comunidade, legitimando o poder a elas atribuído, formando novas territorialidades onde possam implantar suas idéias, exercer suas atividades, melhorando a qualidade de vida das pessoas que ali habitam. Ao apresentarem áreas bastante abrangentes de atuações e uma distribuição proporcional entre estas áreas, certifica-se a presença de uma visão holística do meio, ou seja, todas as atividades que estão relacionadas ao meio socioambiental são focos de atuação e interesse destas entidades, confirmando que estão preparadas para atuarem em várias esferas, pois possuem uma vasta gama de representações.

A participação das ONGs estudadas em espaços públicos de gestão ambiental, como conselhos, fóruns e comitês, é bastante expressiva. É nestes

espaços que os valores e as diferenças se expressam, os argumentos se articulam e as opiniões se formam, são espaços que definem parâmetros de gestão em benefício de um todo. Portanto, a presença nestes espaços públicos indica um nível mais elevado de organização que, além de facilitar ações mais direcionadas, possibilita a influência nas políticas públicas, tal participação também leva à formação de redes de relacionamentos, que fortalecem as ações em grupos.

Estas entidades procuram estender suas ações nacionalmente, formando redes de atuações com os atores locais, consolidando diferentes territorialidades que são mantidas pelas múltiplas escalas de poder e de identidade, procedentes de cada organização. Tais territorialidades apresentam-se móveis, pois nem sempre as ações propostas obtêm uma aprovação unânime da população alvo, levando à formação de novas redes, preenchendo os espaços deixados. Porém, ao analisar os projetos mais a fundo, verifica-se que poucas mantêm atividades distantes de sua sede, pois a área de abrangência e a formação de redes também dependem da infra-estrutura das entidades. Quanto maior for a organização, a capacitação de seus integrantes, os recursos financeiros e o poder de comunicação, mais eficientes serão as articulações formadas, no entanto, a infra-estrutura das ONGs estudadas apresenta-se, na maior parte das vezes, carente.

As preocupações centrais das ONGs entrevistadas dizem respeito a questões relacionadas à educação ambiental, proteção da biodiversidade, denúncias em diferentes áreas, recursos hídricos, preservação dos ecossistemas, conservação da fauna e flora, unidades de conservação, recuperação de áreas degradadas, Agenda 21 e populações tradicionais. Havendo uma maior concentração de atividades na Região Metropolitana de Curitiba, principalmente nos locais de onde estão estabelecidas as sedes das instituições, em segundo plano encontram-se projetos realizados em outras regiões do estado do Paraná, mais especificamente na Serra do Mar e no litoral e, por último, em locais mais distantes, que ultrapassam os limites do estado.

Interessante pontuar que os trabalhos de base, voltados para a comunidade local, não aparecem constantemente, o que se nota são campanhas de sensibilização que visam um aprimoramento da qualidade de vida através de atitudes ambientalmente corretas, mas não ações que tenham sua gênese na comunidade e depois se ramifiquem em outras áreas de abrangência, como a

ambiental. Por outro lado, a comunidade também não demonstra muito envolvimento com as atividades propostas pelas organizações não-governamentais, sendo que outros segmentos como os técnicos e integrantes das ONGs, o poder público e as escolas participam mais ativamente do processo que a sociedade local.

A dinâmica dos projetos muitas vezes não consegue assegurar o seu caminhar de forma regular, devido às mudanças de governo levando à intermitência dos projetos, e também ao descrédito, a pouca participação, a desconfiança ou mesmo a rejeição de membros comunidade, do poder público ou mesmo empresários dos ramos público e privado. No entanto, a visão da maioria é a de que os resultados de suas ações foram positivos, pois ao mobilizarem e sensibilizarem os atores envolvidos, reproduzirem suas ações em outros lugares, conseguirem que as denúncias sejam atendidas e perceberem um retorno social considerável, acreditam que já saíram vitoriosos do processo e que a concentração de seus esforços surtiu algum efeito.

As redes de atuações que estas entidades procuram formar precisam, necessariamente, da participação da comunidade, no entanto, este processo participativo está intimamente ligado a questões como, por exemplo, informações aliadas ao conhecimento, anonimato dos atores envolvidos nas denúncias, acreditar no projeto proposto e, finalmente, o trabalho ser pró-ativo, ou seja, vir de encontro às necessidades da população, visando o bem comum. Para tanto se faz necessário conhecer a comunidade, perceber seus anseios, preocupações e inquietações e somente então, elaborar e implantar as ações, ou seja, agir depois de conhecê-la. O processo não pode ser realizado de cima para baixo, embora algumas assim o façam, pois, desta forma, a implantação até poderá ocorrer, mas a continuidade será muito difícil, uma vez que não vem de encontro ao que o grupo local realmente necessita.

Logicamente, a formação destas redes não é simples, pois a população nem sempre tem a consciência de que ela faz parte de um todo, demonstrando certas vezes um sentimento egoísta, individualista, atuando apenas quando lhes interessa ou quando a atividade não necessita de muito empenho e envolvimento. Por isso as entidades precisam visar uma mudança paulatina de mentalidade, procurando mostrar através de atitudes práticas o discurso por elas apresentado na teoria, fazendo com que as pessoas entendam que é somente através da participação

comunitária que as mudanças podem ocorrer, que estas mudanças precisam ter continuidade e que a continuidade depende desta rede de ações formadas pelas pessoas.

Para que o poder político que é delegado às ONGs, e que elas procuram manter, seja mais facilmente exercido, suas propostas precisam estar em consonância com os objetivos aspirados pela sociedade, conseguindo, de tal modo, o aval da comunidade, tornando-se verdadeiras interlocutoras das demandas do grupo. Nos casos estudados, embora a comunidade não tenha demonstrado grande empenho na participação das ações propostas, ela procura olhar com 'bons olhos' as iniciativas propostas pelas entidades. Esta boa aceitação origina-se de um sólido trabalho de base realizado pelas ONGs , através da implantação de idéias que tenham surgido no interior do grupo local, da realização de um eficiente trabalho de sensibilização, do repasse de informações de um modo inteligível, do despertar do interesse e da simpatia pela causa.

No estabelecimento de suas territorialidades, as ONGs formam uma teia de relações com diferentes setores, as quais dependem do ambiente onde se formam e atuam, dos objetivos que compartilham, da cultura e da política desempenhada por seus membros e dos pontos mais facilitadores para suas atuações. Nos casos estudados analisam-se as dificuldades encontradas pelas ONGs no relacionamento com três destes setores, quais sejam, o governo, as empresas e a comunidade.

Sabe-se que a relação entre ONGs – Estado se faz importante pois tais entidades encontram-se envolvidas na formação de políticas públicas e são vistas como entidades que assumem responsabilidades sociais que são negligenciadas pelo Estado, entretanto, as entidades estudadas afirmam não possuírem uma visão muito otimista frente às ações governamentais e as parcerias que deveriam surgir como alternativas de ações não ocorrem sem o aparecimento de obstáculos. O Estado apresenta entraves burocráticos e sistemas ineficientes que prejudicam o andamento das atividades, influenciando negativamente na imagem das organizações e a união entre entidades e atores governamentais, tão necessária para o andamento das atividades, está longe de ser a ideal para se conseguir o sucesso almejado.

Tal situação repete-se quando se analisam as relações estabelecidas com o setor privado. A participação das empresas é pífia, pois, a visão do lucro se

sobrepõe ao bem estar comum, e como as mudanças sociais e ambientais requerem investimentos, são relegadas a segundo plano. Somente empresas preocupadas com suas imagens e que apresentam como uma de suas bases à responsabilidade social, é que se envolvem nestas questões, entretanto, nem sempre elas dão a credibilidade necessária às ONGs, indicando certo preconceito com estas instituições, criando uma imagem de 'oposição', preferindo criar departamentos próprios para atuarem com este setor, do que fazer parcerias com as organizações ambientalistas.

A rede formada entre comunidade e ONGs lhes confere um conhecimento das bases e consequentemente penetração nestas comunidades, apresentando-se como um eficiente instrumento de implementação de suas ações. As instituições estudadas não encontram grandes problemas nas parcerias feitas com a comunidade, afirmando que, quanto mais interada a ONG estiver dos problemas locais, maior será esta interação. No entanto, a acomodação e o descomprometimento dos atores locais podem influenciar positiva ou negativamente as ações, sendo preciso um grande envolvimento ONGs – comunidade para que as ações sejam implantadas e tenham um contínuo segmento.

Preocupadas com a eficiência e a eficácia dos seus resultados, os erros e acertos são verificados e analisados na tentativa de se compreender todo o processo, sua dinâmica e seus resultados, No entanto, estes monitoramentos soam um tanto quanto superficiais, devido à limitação de recursos humanos, materiais e financeiros, tornando-se imprescindível a participação da população para dar continuidade ao que foi proposto.

A falta de articulação entre as ONGs paranaenses, o ativismo pago e profissionalizado, a necessidade de se adquirir competência técnica para a elaboração dos projetos, a falta de articulação e o pouco comprometimento dos atores sociais, a ausência de consciência de cidadania, são pontos que necessitam serem revistos pelas organizações num todo, para que estas entidades não acabem abrindo mão daquele núcleo que as formou, ou seja, o compromisso com as questões sociais, a ação cidadã.

Ao finalizar este trabalho espera-se ter contribuído com o entendimento dos limites e potencialidades apresentadas pelas ONGs e com a compreensão de quais as ações que devem ser tomadas hoje para garantir a performance destas

organizações no presente e no futuro. Estas entidades não devem ser confundidas com as formas tradicionais de participação e organização política em torno de um foco coletivo de interesse. Para isso, elas devem gerir suas áreas adequadamente, adaptando-se e alterando-se de acordo com as demandas sociais e do ambiente. Elas, em alguns momentos são valorizadas e em outros discriminadas, recebendo uma responsabilidade que nem sempre corresponde ao que realmente fazem ou são capazes de fazer.

Tais entidades possuem alicerces ligados ao ambientalismo, o que as dota de dinamismo, adaptável às novas realidades, mutáveis e mutantes, perfeitamente antenadas à marcha da humanidade, procurando uma melhor adaptação a tais realidades. Utilizando-se do poder a elas atribuído, da comunicação e do convencimento, universalizam a preocupação ambiental, formando-se redes que se revelam muito mais eficazes que os esforços governamentais. Elas não são uma resposta final para todos os problemas socioambientais, mas mobilizam energias em prol do meio ambiente, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência ecológica, fazendo com que indivíduos e governos tornem-se mais cientes de suas responsabilidades. A capacidade de auto-organização e a estrutura operacional por elas apresentada torna-se, cada dia, mais complexa, em virtude disso, e de toda inviabilidade política que se descortina, só resta o endosso a estas entidades, para que sirvam como mola propulsora para o implemento de metas que venham a investir em recuperação, manutenção e melhoria das condições sociais e ambientais.

REFERÊNCIAS

AMARAL, V. **Redes sociais e redes naturais:** a dinâmica da vida. Rits - Organizações em rede. Tema do mês de fevereiro de 2004. Disponível em < wttp://rits.org.br/redes_teste/rd_tmes_fev2004.cfm> Acesso em: 06 jan.2009.

ARANTES, P. E. Esquerda e Direita no Espelho das ONGS. In: Cadernos ABONG. **ONGS identidade e desafios atuais.** São Paulo: Editora Autores Associados, 2000. p. 3-27.

ARENDT, H. **Da violência**. Brasília: Universidade de Brasília, 1985.

BAILEY, M. Fundraising in Brazil: the major implications for civil society organisations and international NGOs. **Development in Practice**, Londres, v. 9, n. 1-2, february 1999.

BAYMA, F. et al. O privado a serviço do público: o terceiro setor e o movimento Viva Rio. **Revista de Administração Pública**, Rio de janeiro, v.29, n.4, p.182-93, out./dez., 1995.

BREDARIOL, C.; VIEIRA, L. **Cidadania e política ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

BORN, R H. Articulação do capital social pelo movimento ambientalista para a sustentabilidade do desenvolvimento no Brasil. In: TRIGUEIRO, André. **Meio ambiente no século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2003. p. 107-121.

BOVO, C. R. M. **Anistia internacional: roteiros da cidadania-em-contrução**.São Paulo: Annablume:Fapesp, 2002.

CARNEIRO, A. C. **A história do ambientalismo**: o socialismo, a direita e o ecologismo.Porto Alegre: Sagra Luzzatto S/A, 2003.

CAMPOS, J. R. B. **As organizações não-governamentais nas áreas ambiental, indígena e mineral**. Disponível em: < www.senado.gov.br/conleg/artigos/especiais/OrganizacoesNaoGovernamentais.pdf> Acesso em: 15 mai. 2008.

CASTRO, I. E. **Geografia e política: territórios, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - COMEC. **Plano de Desenvolvimento Integrado - PDI**. Curitiba: 1985.

_____. **Plano de Desenvolvimento Integrado - PDI**. Curitiba: 2006.

DAMIANI, A. L. Geografia política e novas territorialidades. In: PONTUSCHKA, Nídia Nacib ; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Orgs.). **Geografia em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 17-26.

DESCHAMPS, M. V. **Vulnerabilidade socioambiental na Região Metropolitana de Curitiba.** 2004. 192 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias de; COSTA GOMES Paulo César da; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil,1995. p.141-162.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: Saraiva, 2001.

FERNANDES, R. C. **Privado, porém público – o terceiro setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994

FERREIRA, L. C. Conflitos sociais contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo brasileiro. **Revista Ambiente e Sociedade**. Ano II, n, 5, 2º semestre de 1999.

FERREIRA, V. C. P. **ONGs no Brasil: um estudo sobre suas características e fatores que têm induzido seu crescimento**. 2005. 271f. Tese (Doutorado em Administração) - Escola de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

FONSECA, G. A. B.; PINTO, L. P. S. O papel das ONGS. In: LOPES, Ignez Vidigal et al. **Gestão Ambiental no Brasil – Experiência e Sucesso**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2002. p. 295-346.

FOULCAULT, M. **História da sexualidade**: a vontade do saber. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

FOWLER, M.B. A necessidade de novos instrumentos da política urbana. In: LIMA, Renato Eugenio de (coord.) . **Uso dos solos e dos rios conceitos básicos e aplicações para a região de Curitiba**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.

FURRIELA, R. B. **Democracia, cidadania e proteção ao meio ambiente**. São Paulo: Annablume, 2002.

GARCÍA, F. E. S. **Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing**. Curitiba: Palavra, 1997.

GOHN, M. G. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**. São Paulo: Cortez, 1997.

HADDAD, S. **Apresentação**. In: Cadernos ABONG. **ONGS identidade e desafios atuais**. São Paulo: Autores Associados, 2000. p. 1-2.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF, 2002.

_____. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Paraná: variável população residente, ambos os sexos e todos os grupos de idade.** Disponível em:< http://www.sidra.ibge.gov.br> Acesso em: 13 jan. 2009.

IPARDES- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Indicadores intrametropolitanos 2000:** diferenças socioespaciais na região metropolitana de Curitiba. Curitiba: IPARDES, 2005.

IPARDES/COMEC. **Meio ambiente e recursos naturais da região metropolitana de Curitiba – 1ª fase**. Curitiba: agosto/1979a.

_____. **Meio ambiente e recursos naturais da região metropolitana de Curitiba – 2ª fase**. Curitiba: dezembro/1979b.

LANDIM, L. **A invenção das ONGS: do serviço invisível à profissão sem nome.** 1993. 239 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

LIMA, S. M. F. **ONGs uma investigação sobre sua natureza**. Campinas, 2002.210f.
Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

LOMBARDI, J. C. **O terceiro setor no Brasil**. Disponível em: <http://www.feajr.org.br/cajunews/2003/outubro/acaosocial.shtml> Acesso em: 02 set. 2006

LOUREIRO, C. F. B. **O movimento ambientalista e o pensamento crítico:** uma abordagem política. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.

MARTELETO, R. M. Análise de Redes Sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciência da Informação**. IBCT – Instituto Brasileiro da Informação em Ciência e Tecnologia. Disponível em < http://www.scielo.br> Acesso em: 12 fev. 2009.

MATER NATURA. **Auditoria ambiental não-governamental ao Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba - PROSAM.** Disponível em: <http://www.maternatura.org.br/qfazemos/projetos/proj_aaprosam.htm> Acesso em: 25 jan.2009.

MATTOS, S. M. S. N. **Perfil das ONG's ambientalistas atuantes na Baía de Guanabara, 1990-2001,RJ.**2002. 101f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) -Curso de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Centro de Estudos Gerais, Instituto de Geociência, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

MATTOS, S. M. S. N; DRUMMOND, J.A. O Terceiro setor como executor de políticas públicas: ONGs ambientalistas na Baía de Guanabara (1990-2000). **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n. 24, p.177-192, jun. 2005.

MENEZES,C. L. **Desenvolvimento urbano e meio ambiente: a experiência de Curitiba**. Campinas: Papirus, 1996.

MONTEIRO, M. F. **Análise sócio-ambiental de bacias hidrográficas de mananciais da região metropolitana de Curitiba, baseado no acelerado processo de urbanização**. 2006. 162f. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba.

NALINI, J. R. **Ética ambiental**. Campinas: Millennium, 2001.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Como andam as metrópoles**. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/como_anda/como_anda_RM_curitiba.pdf Acesso em: 10 jan.2009.

OLIVEIRA, D. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: Ed. Da UFPR, 2000.
OLIVEIRA, M. **A trajetória do discurso ambiental em Curitiba** (1960-2000). Revista de Sociologia e Política. Curitiba, n.16, p. 97-106, jun. 2001.

PÁDUA, J. A. **Ecologia e política no Brasil**. Rio de janeiro: Espaço e Tempo/IUPERJ, 1987.

PAIVA, F. O papel político das ONGs. In: FIEGE, Hans-Jurgen (org). **ONGs no Brasil: perfil de um mundo em mudança**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003. p. 67-105.

PEREZ, O. C. **ONGs e governo: um estudo sobre as organizações não governamentais que trabalham com meninos(s) no centro de São Paulo e as relações com a administração municipal**. 2005. 206f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

PINTO, C. R. J. As ONGs e a política no Brasil: presença de novos atores. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p. 651 a 613, 2006.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTANA, M. R. C. Caráter territorial urbano das redes. **Diálogos & Ciência – Revista da rede de ensino FTC**. Set., n. 11, 2007. Disponível em <http://dialogos.ftc.br/>. Acesso em: 12 jan.2009.

SEDU/COMEC. **Gestão do saneamento e do meio ambiente urbano na Região Metropolitana de Curitiba**. Versão Preliminar. Curitiba, ago.1994.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; COSTA GOMES, Paulo César da; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,1995.

TAVOLARO, S. B. F. **Movimento ambientalista e modernidade: sociabilidade, risco e moral**. São Paulo: Annablume, 2001.

UNILIVRE. **Boletim de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente**. Curitiba: Universidade Livre do Meio Ambiente, ano 1, n. 2, jan./fev. 1992a.

_____. **Boletim de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente**. Curitiba: Universidade Livre do Meio Ambiente, ano 1, n.4, mai/jun. 1992b.

VIOLA, E. “O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável”. In: GOLDENBERG, Mirian (Coord.). **Ecologia, Ciência e Política: participação**

social, interesses em jogo e luta de idéias no movimento ecológico. Rio de Janeiro: Revan, 1992. p. 49-75.

VIDAL, F. A. B. et al. **Terceiro setor à luz da teoria crítica:** racionalidades da gestão de ONGs. Artigo. Disponível em: <http://www.rits.org.br/rets/download/centro_estudos_300307.pdf.> Acesso em: 25 mai.2008.

WÖHLKE, M. **A atuação do terceiro setor no turismo alternativo – análise do desempenho das ONGs ambientalistas no Brasil**. 2005. 122f. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) - Universidade do Vale do Itajaí, Centro de Educação de Balneário Camboriu, Balneário Camboriu.

YIN, R.K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman Companhia Editora, 2005.

ANEXO - QUESTIONÁRIO APLICADO NAS ENTREVISTAS